



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 138

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 2016

ANO V



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA Capa

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO 3049

TAQUIGRAFIA

ATA DA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

Em 09 de Agosto de 2016

Presidência dos Srs.

Edson Martins 1º Vice - Presidente

Marcelino Tenório - Deputado

Léo Moraes - Deputado

Secretariado pelo Sr.

Lebrão - 1º Secretário

(Às 15 horas e 02 minutos é aberta a Sessão.)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Ailton Gurgacz (PDT), Alex Redano (PRB), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PDT), Jesuino Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PMDB), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PMDB), Ribamar Araújo (PR) e Rosângela Donadon (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Jean Oliveira (PMDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**

1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**

2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**

2ª Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**

3º Secretário: **ALEX REDANO**

4ª Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 36ª Sessão Ordinária Legislativa da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Eu quero registrar a presença aqui do Vereador Dário, Presidente da Câmara Municipal de Urupá; e também do Vereador Roberto; e agradecer a presença de todas as pessoas presentes. Se tiver mais Vereadores, autoridades presentes me desculpem, é que não me chegou as minhas mãos aqui, ainda, mas mesmo assim nós vamos estar registrando a presença de cada um. Muito obrigado pela presença.

Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede a leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

Está lida a Ata, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observação, dou-a por aprovada. Solicito...

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado Ezequiel Júnior.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Quero registrar a presença aqui do ex-sindicalista e ex-Vereador em Machadinho d'Oeste, pré-candidato a Prefeito pelo PHS, Leomar Patrício, meu amigo que está aqui, conta com o meu apoio lá no município; e também o pré-candidato a Vice, atual Vereador lá do município, do PRB, Partido do Deputado Alex Redano, João do BEC que está conosco aqui, os dois estão aqui, hoje, nos dando alegria das presenças.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado Deputado Ezequiel Júnior, registrar a presença aí lá das autoridades do

Município de Machadinho. Muito obrigado pelas presenças.

Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura do Expediente Recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 155/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Dispõe sobre a alteração do Quadro de Cargos de Direção Superior de Órgãos do Poder Executivo Estadual e dá outras providências”.

02 – Mensagem nº 156/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o montante de R\$ 98.525.000,00, em favor das Unidades Orçamentárias: PGE, SETUR, CGE, SEAE, SUGESP, SEGEF, SUPEL, SEFIN, DER, SESDEC, SEJUCEL, SEPOAD, FES, CETAS, SEDAM, SEAGRI, IDARON, SEJUS e SEAS”.

03 – Mensagem nº 157/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Institui a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado de Rondônia – PEFESRO cria o Conselho Estadual de Economia Solidária e dá outras providências”.

04 – Mensagem nº 158/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON a alienar os bens imóveis registrados ao Fundo Previdenciário Financeiro do Estado de Rondônia”.

05 – Mensagem nº 159/2016 – Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei que “Dispõe sobre o tempo máximo de espera para atendimento nas lojas operadoras de telefonia fixa e celular, e dá outras providências”.

06 – Ofício nº 032/2016 – Poder Judiciário, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Estabelece regulamento próprio para concessão e controle de férias dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, observadas as disposições do artigo 98, c/c os artigos 110 a 115, todos da Lei Complementar nº 68/1992”.

07 – Ofício nº 036/2016 – Poder Judiciário, encaminhando Projeto de Lei que “Dispõe sobre a cobrança de custas dos serviços forenses no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia e dá outras providências”.

08 – Ofício nº 2.815/2016 – DITEL, reiterando solicitação feita através do Ofício nº 75/2016-GG/RO, o qual solicita a indicação de 2 (dois) representantes da ALE, para integrar a Comissão Especial de Revisão, Compilação, Consolidação e Informatização da Legislação Estadual.

09 – Ofício nº 2774/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 664/16, de autoria dos Senhores Deputados Jesuíno Boabaid e Lazinho da Fetagro.

10 – Ofício nº 2773/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2543/16, de autoria do Senhor Deputado Aécio da TV.

11 – Ofício nº 2776/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2474/16, de autoria do Senhor Deputado Lazinho da Fetagro.

12 – Ofício nº 2777/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2542/16, de autoria do Senhor Airtón Gurgacz.

13 – Ofício nº 2800/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2348/16, de autoria do Senhor Deputado Jean Oliveira.

14 – Ofício nº 2766/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2348/16, de autoria do Senhor Deputado Jean Oliveira.

15 – Ofício nº 2744/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2377/16, de autoria do Senhor Deputado Léo Moraes.

16 – Ofício nº 511/2016 – Tribunal de Justiça, informando que declarou a inconstitucionalidade do Parágrafo Único, do art. 6º, da LC nº 536 de 2009 e, por arrastamento, o art. 1º, da LC nº 579 de 2010, ADIN nº 0002826-59.2013.8.22.0000.

17 – Ofício nº 512/2016 – Tribunal de Justiça, informando que declarou a inconstitucionalidade Formal e Material da Expressão “Mediante Prévia Autorização Legislativa” do art. 4º da Lei Estadual nº 1.184 de 2003, ADIN nº 0801183-62.2015.8.22.0000.

18 – Ofício nº 513/2016 – Tribunal de Justiça, informando que declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 3.582 de 2015, ADIN nº 0801943-11.2015.8.22.0000.

19 – Ofício Circular nº 11/2016 – Gabinete do Vice-Governador, encaminhando 01 (um) DVD contendo as proposições nº 76 e nº 77, do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia e Política de Desenvolvimento Industrial da Amazônia Legal, a fim de que, caso julgue pertinente, encaminhar sugestões até o dia 01 de setembro de 2016.

20 – Ofício nº 177/2016 – Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Rondônia, solicitando informações e cópias dos documentos públicos produzidos pela ALE/RO, que tratam da CPI da Carne, presidida pelo Senhor Deputado Adelino Follador.

21 – Ofício nº 036/2016 – Programa de Pesquisa em Saúde, informando celebração do Primeiro Termo Aditivo ao convênio CNPq/FUNDAÇÃO RONDÔNIA, registrado no Sistema SICONV.

22 – Ofício nº 1189/2016 – CAIXA, notificando sobre os créditos de recursos financeiros, sob bloqueio, que tem por objeto a “Aquisição de trator agrícola”.

23 – Ofício nº 1244/2016 – CAIXA, notificando sobre os créditos de recursos financeiros, sob bloqueio, que tem por objeto a “Ampliação do SAA da sede Municipal aduana rede ligações intradomiciliares, macromedidores e setorização Condicionante”.

24 – Ofício nº 1243/2016 – CAIXA, notificando sobre os créditos de recursos financeiros, sob bloqueio, que tem por objeto a “Implantação de Sistema de Abastecimento de Água no Distrito de União Bandeirantes localizado no Município de Porto Velho”.

25 – Requerimento do Senhor Deputado Só na Bença, justificando ausência na sessão do dia 09 de agosto de 2016.

26 – Ofício nº 1126/2016/GAB-PGJ – Ministério Público do Estado de Rondônia – Encaminhando Projeto de Lei Complementar que “institui no âmbito do Ministério Público do estado de Rondônia o Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), destinado aos Servidores de seu quadro efetivo que preenchem os quesitos para a aposentadoria voluntária e dá outras providências”.

Lido o Expediente, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Lido o Expediente Recebido, passemos às Breves Comunicações. Com a palavra o ilustre Deputado Hermínio Coelho, por cinco minutos, sem apartes.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Boa tarde a todos. Cumprimentar o Deputado Edson que está presidindo a Sessão; cumprimentar nossos deputados e as deputadas; cumprimentar nossos servidores, cumprimentar todos que estão participando desta sessão. Eu ocupo esta tribuna agora para falar sobre algumas situações de algumas categorias e alguns segmentos de servidores do nosso Estado. Agora mesmo eu cheguei aqui na Assembleia e encontro aqui vários trabalhadores do Estado que trabalham no DER, principalmente os engenheiros, mas não só os engenheiros do DER, são todos os servidores do DER que vivem cobrando do Estado, Deputado Airton, condições dignas de trabalho. Hoje o Estado exige, vive cobrando deles, mas não dá a mínima condição de trabalho para esses trabalhadores do DER. Eu queria dizer, não deu tempo nem ouvir os nossos engenheiros do Estado que prestam serviços à frente do DER para saber da realidade, mas há tempos que a gente vem recebendo reclamação. Eu queria falar para o nosso Secretário Diretor do DER, o Ezequiel Neiva para que crie condição, que o Estado crie condição realmente dos trabalhadores, os servidores prestarem um bom serviço para o Estado. Agora há poucos dias eu estava conversando com a Deputada Lúcia Tereza e ela me falando que a estrutura do DER estava lá em Espigão para arrumar lá umas estradas no município de Espigão, mas que os trabalhadores e o maquinário, a estrutura ficava em Cacoal, quando os servidores e a estrutura ia chegar em Cacoal já era quase 11 horas da manhã, quando era para eles trabalharem em média 7, 8 horas por dia trabalhava 3, 4 horas só porque perdia a metade do tempo só se locomovendo de um município para outro, por isso eu quero dizer para nossos engenheiros e os servidores do DER que nós estamos com eles na luta. Nós sabemos sim que o Estado tem muita propaganda que está tudo bem, que o Estado é maravilhoso, está tudo bem, nós sabemos que não é e a prova está aí, o DER que é um órgão estratégico e essencial para o Estado está aí todo endividado, as obras daquele financiamento, daquele empréstimo foram feitos aí um monte de lambança de processos mal feitos estão aí a maioria parado outros nem começaram e estão aí o Estado com várias obras importantes que foram anunciadas e que infelizmente não foram concluídas e o dinheiro pelo jeito sumiu. Eu queria pedir para o Presidente que está tendo muita conversa aqui, muita zoada aqui no plenário, está atrapalhando aqui a tribuna, se for o caso a gente para aqui e espera o povo falar para depois a gente continuar. Presidente Edson, está muito falado aqui, a gente não está conseguindo, está desconcentrando aqui a nossa fala aqui na tribuna o falatório aqui no plenário.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Só queria pedir a atenção para a gente garantir a fala do orador, parece que o som está com problema, deem uma olhada para ver se tem condição de melhorar o som.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Eu vivo divulgando, que se as pessoas que estão aqui não querem ouvir a gente não tem

problema nenhum, mas a questão é a seguinte, eu fico divulgando aqui o site da Assembleia para que o povo do Estado acompanhe o andamento, como é, o que o deputado faz, como ele procede aqui dentro da Assembleia e peço para o povo acompanhar e cobrar e ajudar o seu deputado a melhorar o mandato no nosso Estado, por isso a gente está falando aqui, além de estar falando para quem está aqui presente estamos falando também para muitas pessoas em Rondônia e no Brasil que está acompanhando agora pela TV Assembleia, aí pela nossa equipe competente que consegue levar o nosso trabalho aqui até para fora do país. A Polícia Civil, por exemplo, a nossa Polícia Civil além de ter o por piso do Brasil, a estrutura da Polícia Civil em Rondônia está aos pedaços. Os deputados, eu não sei se vocês todos conhecem a maioria das delegacias de Rondônia, mas sem exceção todas as delegacias do Estado de Rondônia em todos os municípios estão caindo aos pedaços, todas, todas, todas, todas, falta tudo, inclusive zeladora, hoje nossos policiais civis quando ele quer ter o ambiente de trabalho deles mais ou menos limpo, Deputado Ezequiel, ele tem que fazer o papel de faxineiro porque o Estado a maioria das delegacias não tem ninguém nesta área de limpeza para cuidar do espaço onde os nossos servidores da Polícia Civil trabalham. Viaturas. Nós não temos uma viatura, a não ser algum carro velho de viatura na Polícia Civil. Você chega em qualquer Estado do Brasil, as viaturas, tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil são carros bons, carros bonitos, carros novos. Aqui em Rondônia, a Polícia Civil principalmente, quanto tem uma viatura é uma viatura é velha, caindo aos pedaços. Na época do Governo Cassol, que eu nunca defendi o Governo Cassol, mas em 2004 o Cassol fez o maior concurso da Polícia Civil de Rondônia, 2004. Em 2009, o Cassol também fez o segundo maior concurso da Polícia Civil em Rondônia. Nos 08 anos de Cassol, o Cassol contratou, chamou através de concurso público, 1.400 trabalhadores para a Polícia Civil, em 08 anos de mandato. O Confúcio, em 06 anos, que vamos agora para 06 anos de mandato, chamou 133. Fez um concurso só e chamou 133 trabalhadores para a Polícia Civil. E nesse período desses 06 anos, Deputado Luizinho, Deputado Ribamar, Deputado Lazinho, Deputado Lebrão, nesses 06 anos que o Estado chamou 133 servidores para a Polícia Civil, teve muito mais de 133 que aposentaram ou largaram a Polícia Civil. A nossa Polícia Civil hoje é um caos. A estrutura da Polícia Civil é uma vergonha. É de uma vergonha, que nos tempos de hoje é inaceitável. É inaceitável um Estado que nem o nosso, um Estado que eu vejo a propaganda do Governo dizendo que o nosso Estado está muito bom, que o nosso Estado paga em dia, que o nosso Estado é isso, o nosso Estado é aquilo e está lá a situação desses trabalhadores da Polícia Civil. O sucateamento da nossa Polícia Civil é vergonhoso, é triste e principalmente num Estado que tem uma criminalidade muito alta, tráfico de droga e todo tipo de crime que tem neste Estado. Precisariamos ter uma Polícia Civil bem equipada, bem preparada, bem remunerada para poder prestar um serviço melhor para a nossa população. E mesmo assim, com toda a dificuldade, eles ainda fazem muito, ainda faz muito a nossa Polícia Civil. Eu quero aqui parabenizar todos os servidores da nossa Polícia Civil deste Estado, parabenizar todos pela luta, pelos movimentos, movimentos criativos, que não estão prejudicando a população, com outdoors, com manifestos.

Parabéns a nossa Polícia Civil, e a gente está junto com eles. Eu pediria, eu queria que os nossos Deputados aqui, que eu sei que são comprometidos com nossa Polícia Civil, eu sei que todos aqui são comprometidos, que a gente cobrasse do Estado, do governo o compromisso que ele fez com a Polícia Civil para que nós resolvêssemos de uma vez por todas, pelo menos amenizasse, melhorando as condições de trabalho, de salário desses trabalhadores, dessa categoria que é tão importante para o nosso Estado, que é a Polícia Civil. E tem também os nossos Agentes Penitenciários. Eu já vi gente, no governo, dizer que os Agentes Penitenciários de Rondônia ganham rios de dinheiro. O salário do Agente, o piso do agente de dois mil e poucos reais, para você trabalhar em condições insalubres e perigosas, de alta periculosidade e insalubre que são os nossos cadeiões deste Estado, que é outra vergonha para Rondônia são os cadeiões deste Estado. E nossos trabalhadores, nossos Agentes Penitenciários trabalham feito condenados, correndo risco de vida toda hora, de vida e de pegar doença, e ganham dois mil e poucos reais e o governo ainda se vangloria dizendo que esses trabalhadores ganham bem. E os trabalhadores da Saúde, a categoria da Saúde também são outros que sofrem o pão que o Diabo amassou, com más condições de trabalho e salários miseráveis que são pagos aos nossos trabalhadores, tanto aos enfermeiros quanto aos nossos técnicos, tanto aos auxiliares servidores da Saúde sabem o sofrimento trabalhar nesse João Paulo da vida e outros hospitais aqui de Rondônia, com condições mínimas de trabalho e salários muito abaixo do que mereciam ganhar. Por isso queria falar para o governo do Rondônia, para o Governador Confúcio Moura que ele sim, ele melhorou algumas categorias, melhorou para algumas categorias, mas nenhuma merece mais do que a outra. Se ele melhorou para umas ele tem que melhorar para as outras categorias. Até porque ele fez compromisso. Com os Agentes Penitenciários, ele teve, Deputado Edson, reunião com toda a categoria e garantiu que nesse segundo mandato faria Plano de Cargos, Carreira e Salário dos trabalhadores que cuida do sistema carcerário de Rondônia. Por isso eu quero dizer aqui para todos os trabalhadores de Rondônia que o problema não está aqui na Assembleia. Eu sou um defensor 100% dos trabalhadores e todos os Deputados aqui estão a favor dos trabalhadores. Jamais um Deputado aqui votou nada contra os trabalhadores. Só depende do governo mandar para cá, manda para cá, se chegar agora, nós estamos aqui, são 15:30 horas, se chegar qualquer Plano, qualquer projeto aqui que beneficie os trabalhadores do Estado, meu amigo Deputado Airton, nós colocamos na pauta ainda hoje e votamos. Por isso, muitas vezes tentam jogar que a Assembleia também é responsável por isso. Queria dizer que a Assembleia não é, infelizmente é o Estado que não tem uma política de valorização e dignidade para os servidores do Estado. Dizer para os nossos engenheiros que estão aqui, que nós vamos cobrar do Estado, vamos denunciar, vamos denunciar o desmando que está o DER, que não é culpa do Ezequiel que eu sei que não é eu sei que não é o Ezequiel, que quando ele pegou esse DER estava caindo aos pedaços, o Lúcio Mosquini acabou com o DER, quebrou o DER e seja verdadeiro meu companheiro Ezequiel, chama os trabalhadores, discute, vamos melhorando as condições de trabalho e de salário desses trabalhadores, para que eles venham a produzir mais para o nosso

Estado. Era isso Deputado Edson, obrigado Deputado Edson, eu usei um tempo maior no Pequeno Expediente, para deixar a mensagem aqui e um abraço a todos os trabalhadores de Rondônia e, principalmente os nossos servidores que estão na luta por dignidade, por melhores condições de salário e trabalho. Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado Deputado Hermínio Coelho. O Deputado Hermínio em seu discurso quando fazia algumas comparações Deputado Hermínio, muito bom, diante de números eu acho que não há o que contestar. Eu posso dizer que a Polícia Civil, hoje realmente está muito deficiente, tem algumas delegacias que estão péssimas, mas a gente tem o alento de que estão sendo construídos neste Governo vários UNISPs que com certeza assim que ocuparem os novos prédios, vai melhorar. Mas com os PIDISEs, os PROINVEST por alguns detalhes que ainda falta concluir. E com certeza é bom, o processo precisa de um Governo após o outro para dar sequência e quando falam, fazem comparação e que V. Ex^a falou em agente penitenciário com muita justiça, eles foram uma categoria que teve mais de 100% de melhoria salarial e ainda é muito deficitário o salário deles. Então, também tiveram conquistas. Infelizmente, nenhum Governo vai conseguir resolver todos os problemas. Trabalhar como, o Lúcio Mosquini Deputado Hermínio, o tanto que ele fez através do Projeto Mão Amiga, e a parceria com os municípios, com certeza vai, nunca existiu ou vai custar ter outro Diretor para atender tão bem o Distrito de Rio Pardo, União Bandeirantes, todos esses Distritos. Eu nunca tinha visto uma patrol e com certeza foi feito muita coisa, até porque também foram compradas muitas máquinas novas na época do Lúcio Mosquini Diretor, e Ezequiel com certeza está fazendo um bom trabalho, mas, vai ter que fazer muito para atender o município, a parceria da forma que foi feita na época do Lúcio. Com certeza nós temos que ter este reconhecimento e temos também que fazer críticas àquilo que deixou de ser feito. Com isto Deputado Hermínio, gostaria de parabenizar Vossa Excelência que sempre em defesa do servidor, eu acho que o agente penitenciário merece e com certeza assim como os Delegados tiveram conquistas muito boas neste Governo, os engenheiros do DER agora a pouco, a Deputada Lúcia procurou se o Ezequiel chegou a esta Casa, eu acho que nada mais justo do que chegar, mandar para esta Casa para nós votarmos também a melhoria também da gratificação dos engenheiros civis. Então realmente nós temos que deixar aqui o nosso reconhecimento a todos aqueles que realmente estão trabalhando por nosso Estado.

Encerradas as Breves Comunicações, passamos ao Grande Expediente. E no Grande Expediente o primeiro orador inscrito é o Deputado Cleiton Roque e depois o Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. CLEITON ROQUE – Cumprimentar Deputado Edson Martins que comanda a Sessão, em nome do Deputado Edson cumprimentar todos os demais Deputados e Deputadas aqui presentes; cumprimentar o público que nos acompanha pelos veículos de imprensa, de comunicação; os funcionários da Casa, as pessoas que estão aqui na galeria da Assembleia Legislativa. Senhor Presidente, eu venho a esta Tribuna hoje, para de fato relatar as ações que vêm ocorrendo no município de Pimenta

Bueno, aplicação de recursos do Governo do Estado de Rondônia, principalmente através de Emendas Parlamentares dos Deputados desta Casa. Nós estamos praticamente concluindo, Deputado Hermínio, a execução daquela obra de dois milhões, novecentos e cinquenta mil reais, na qual Vossa Excelência disponibilizou oitocentos mil reais para recapeamento, micro revestimento, tapa buraco, no município de Pimenta Bueno, emenda do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Maurão de Carvalho, do Deputado Só na Bença, e um milhão e duzentos de emendas de minha autoria ao orçamento do Estado, totalizando dois milhões, novecentos e cinquenta mil reais, mas a contrapartida, este recurso ultrapassa os três milhões de reais. De fato, tem melhorado as condições das ruas e avenidas Deputado Airton, do município de Pimenta Bueno, onde nós estamos vendo a população satisfeita e de fato demonstra o compromisso que nós temos com o município, com a região; sabemos da importância do recurso público que não é meu não é do Governador do Estado de Rondônia, que é um recurso da população do Estado de Rondônia, da população do município de Pimenta Bueno que recebe um pacote de obras, ações, deixar muito bem claro que são do Governo do Estado de Rondônia recurso chegando naquele município, município muito importante, então nós temos aqui que agradecer, agradecer primeiramente a população que nos deu a oportunidade de estarmos aqui representando, contribuindo para que de fato seja promovida essas ações que vai de benefício a população do nosso município.

Tenho também Presidente Edson, relatar sobre uma dívida antiga que existia dos gestores que ali passaram à frente daquele município que era com a famosa Avenida Riachuelo, todo ano inundação, enchente, desde que assumimos o mandato em janeiro do ano passado eles tinham uma obra parada, muitas pendências de engenharia, técnicas e nós de fato nos aproximamos do corpo técnico do DER, os profissionais, os engenheiros, de fato os problemas técnicos foram sanados. Por diversas vezes, duas vezes o Cel. Caetano, três vezes o atual Diretor Geral do DER me chamou no DER de fato para cancelarmos o contrato existente que se arrastava desde o começo de 2014 e nós desde o primeiro momento não aceitamos que fosse cancelado aquele contrato, não foi cancelado, foi reajustado, foi adequado e a obra da Avenida Riachuelo e das ruas adjacentes no bairro Liberdade, no bairro Triângulo Verde estão recebendo investimentos na ordem de três milhões e oitocentos mil reais que a semana começou a capa, ou seja, a parte de terraplanagem concluída, uma belíssima avenida ficará, eu já assumi o compromisso que o ano que vem nós colocaremos a Emenda, no Orçamento do Estado de Rondônia para que o Governo possa executar, Deputado Jesuíno, a iluminação pública daquela avenida que nós sabemos a importância que é para a população de Pimenta Bueno, nós sabemos o trauma vivido durante muitos anos aquela população, aqueles moradores sofriam de maneira demasiada com a enchente em suas casas com a falta da infraestrutura adequada, nós de fato, cobramos que o Governo do Estado executasse aquela obra e pudesse nesse momento agora está vendo a satisfação da população de Pimenta Bueno, onde a obra do Governo do Estado, a obra que o Governo do Estado está executando Deputado Luizinho de fato está trazendo benefício para aquela população e de fato todas ações que acontecem no

município de Pimenta Bueno são recursos do Governo do Estado, parte do recurso do Governo Federal.

Então, nós somos gratos pelo momento que o município vive, que nós de fato não olhamos Partido Político, não olhamos quem está à frente do município, se é do partido “a”, partido “b”, nós estamos de fato cumprindo a nossa obrigação. Quando um gestor público executa uma obra ele cumpre a sua obrigação ele não está fazendo mais que a sua obrigação é para isso que ele foi eleito e nós, desde que assumimos o nosso mandato com cinco meses de mandato já tínhamos colocado à disposição do município de Pimenta Bueno um montante de mais de três milhões de reais para que pudesse está melhorando a infraestrutura do município.

Então eu venho nesta Tribuna hoje para agradecer o Governador Confúcio Moura, para agradecer o Diretor Geral do DER, para agradecer os profissionais técnicos do DER que contribuíram para que nós pudéssemos manter aquele contrato da Av. Riachuelo e hoje pudesse está finalizando a obra quase 80% da obra concluída e a certeza de que nós concluiremos 100% e de fato trazendo benefício para a população.

Senhor Presidente, era isso que eu tinha para esta tarde. Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado Deputado Cleiton Roque, parabéns pela sua grande atuação como Parlamentar nesta Casa, representando o município de Pimenta Bueno e região. Desejo muita sorte nas eleições municipais lá para Juliana Roque, naquele município.

Ainda no Grande Expediente, concedo a palavra ao Ilustre Deputado Jesuíno Boabaid, por 20 minutos com apartes. Só antes, Deputado Jesuíno, eu gostaria de registrar a presença do Wesley Araújo, Líder Comunitário, aqui presente, muito obrigado Wesley e a todos muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Jesuíno Boabaid.

SR. JESUÍNO BOABAID – Boa tarde Presidente! Boa tarde a todos os Deputados, a todos os serventuários desta Casa, a todas as pessoas que se encontram nessa galeria. Na terça-feira passada nós havíamos investido a pauta e nós fizemos o uso da palavra a qual eu deixei algumas questões aí para pronunciar nesta terça-feira, dia 09 de agosto. Eu quero iniciar minha fala quanto ao abuso que o Sr. Capitão PM Garibaldi, Capitão da Polícia Militar e aí eu quero frisar o nome do oficial para não ficar aquela conotação que eu tenho algum problema com algum oficial ou oficialato. Esse Capitão, ele está coordenando o Curso de Formação de Sargentos – CFS, e ele não foi soldado, fez uma Academia de Oficiais, Civil, diga-se de passagem, é um Civil, mas parece que ele tem um ranço, um trauma contra a Praça, é um trauma, é um problema pessoal eu não sei contra os Praças. Ele coloca todos os dias os servidores no horário de meio dia para falar um monte de besteira, 15 minutos para falar um monte de besteira. Não contente ao retornar, ele bota as 14 horas, assim faltando 10 minutos, mais 15 minutos, 15 minutos de besteira. A ASSFAPOM já havia falado com o subcomandante da Polícia Militar, eu já havia falado com o Comando da PM sobre essa tratativa desse oficial, não tem condições mínimas de exercer o papel de Coordenador desse curso, já não passasse, já não bastasse o Coordenador do curso passado de Soldado, Capitão Glauber,

ele é acusado de diversas ações, que eu não vou falar que ele ainda não foi condenado, diversas ações irregulares do curso. Inclusive está sendo apurado na Corregedoria. Então, eu venho hoje na tribuna da Assembleia Legislativa, dizer ao senhor Capitão e ao Comando da Polícia Militar, que estarei, que eu já tenho as imagens, que eu ia passar as imagens, por conta do tempo na terça-feira que vem eu vou fazer as imagens e vou amanhã capitão. Se for caracterizado na minha visão qualquer abuso da sua parte, o senhor vai ser preso, o senhor vai ser preso, chega de tanta arbitrariedade, chega de tantas ações e abusos por partes desses oficiais. Ou o Comandante da Polícia Militar, coronel Ênedy, o qual eu tenho muito respeito, tome uma medida, medida administrativa ou afaste ou fale, coloque esse capitão no lugar dele. Se você quer ter uma formação de qualquer servidor, servidor esse que vai laborar, que vai trabalhar com a sociedade, não é tratando dessa forma. Eu sei que somos militares, que eu defendo, que não era para estar vinculado ainda militares das Forças Auxiliares do Exército. Somos servidores públicos, diferente de um soldado do Exército, que exerce o papel transitório de um ano. Eu quando adentrei na Polícia Militar fiz o concurso público a qual eu tinha uma expectativa de carreira e quem quer exercer o concurso, ele faz o certame certinho, tem o prazo. Quando ele vai, faz academia, tem uma formação. Agora, quando o Sargento, ele tem que se especializar, ele tem que ter, enriquecer os seus conhecimentos, é isso que eu defendo. Não é esse tipo de tratamento aí para tentar desqualificar, tentar menosprezar, humilhar, oprimir. Então, capitão, se o senhor quer alguma coisa, faça; não sei, vá fazer com o senhor mesmo, vá fazer o curso no Exército de comandos, guerra na selva que lá os cabras bate mesmo, peão assim, que gosta de fazer os outros sofrer, também tem que sofrer. Eu vou tirar o chapéu para você que não tem a dignidade, o senhor, você vá fazer um curso para pegar porrada também. Porque só assim, acredito que vai começar a mudar a sua concepção. Infelizmente eu venho falar o que está acontecendo isso na Polícia Militar. Mudou, muita coisa mudou e vem mudando. Mas, infelizmente ainda acontece essas arbitrariedades, essas mazelas e vai ser, eu vou levar para Comissão de Segurança Pública tal conduta para ser apurado e o processo próprio, porque a nossa comissão, a Comissão de Segurança Pública dentro de forma regimental deve lá também apurar as questões das Leis, essas problemáticas que existem na Segurança Pública. Então, eu quero dizer para o senhor Capitão Garibaldi, que o seu processo certamente será instaurado aqui nesta Casa e vai ser apurado. E se for detectado qualquer ação, que na minha visão é sim, é um ato desnecessário, é um abuso, é um abuso de poder, porque que está fazendo esse tipo de coisa com o servidor. Porque hoje eu quero fazer o seguinte; qualquer preso, o recluso que estiver lá, os Direitos humanos, se você colocar um recluso no sol quente por um certo tempo, já caracteriza tortura, já caracteriza tortura. Tem uma série de situações. Inclusive na, que nós somos signatários do Pacto de Costa Rica, que é a questão dos Direitos Humanos e hoje as audiências de custódias, tem um rito, tem um rol de que é tortura. Até você não permitir, olha só; que o preso não faça a devida comunicação com o seu advogado ou sua parte, já pode caracterizar tortura. Chegou do tempo que não era previsto, já pode caracterizar tortura. E porque que é o inverso? Eu sou vice-presidente dos

Direitos Humanos, a qual eu tenho aqui a Presidência o Deputado Léo Moraes. Eu defendo os Direitos Humanos, certo, mas para os trabalhadores também. O princípio da dignidade da pessoa humana deve ser respeitado e dentre está ao meu ver está sendo desrespeitada e vou levar também este tema para Comissão de Direitos Humanos para ser discutido. Eu quero perguntar para esse cidadão, para esse oficial; se ele tem alguma frustração pessoal. Porque não é a primeira vez, ele já veio recambiado lá do interior, para ver que ele tão boa pessoa que ele já veio, oh. Chega num lugar passa um tempo, recambia, tem que recambiar. Infelizmente é um oficial da Polícia Militar do Estado de Rondônia. E não é diferente também com o Bombeiro. O bombeiro, foi necessário a entidade ASSFAPOM acompanhar, porque também tinha um policial que queria aplicar uma regra deferente criou agora uma situação de questões físicas, de testes físicos, ele mesmo criou uma portaria da cabeça dele, olha vai ser assim, se no exército é dez, vai fazer trinta no Bombeiro. Eu não sei, sinceramente, infelizmente eu tenho que, não era para eu está gastando meu tempo aqui, oito minutos para estar falando sobre isso, era para estar falando sobre outras questões, mas eu tenho que dizer, eu tenho que informar dá a devida publicidade, era para estar falando outras questões aqui de melhorias da situação que hoje também eu quero já mudar, dá muita ênfase que o meu tempo é razoável, da PLP 257. Hoje Capitão Augusto, que é Deputado Federal, vem e diz que tudo que o Esperidião Amin, tinha falado na terça, segunda passada, que retirava uma série de questões de artigos que iriam prejudicar os servidores, veio à tona de novo, após reuniões e reuniões com Presidente, com Ministros, eles se convenceram que tem que prejudicar o servidor, e hoje, salvo engano, eles vão colocar em pauta para aprovar ou não. Eu fico assim me perguntando por qual motivo prejudicar a classe trabalhadora? Governos que quando estão na sua fase no caso, quando estão ali no período eleitoral faz uma série de promessas, faz uma série de propagandas, inclusive que disse que não teria nenhum aumento de imposto, foi à propaganda da Presidente afastada Dilma Rousseff. Quando assumem no outro dia, já começa as mazelas, já começa a mostrar a outra face, a verdade, o povo se engana e aí não tem nem como afastar, fica quatro anos nessa situação humilhante, nessa situação degradante, e os servidores não são diferentes, elegem os seus representantes e quando é para exercer o seu papel, vou votar contra essa matéria, vou fazer todas as medidas regimentais para tentar embargar ou, e não fazem nada, tem muitos Deputados Federais, Senadores que cruzam os braços, que ficam lá assistindo de camarote o povo se arrebatando, seja a classe trabalhadora, seja o cidadão, é disso que eu quero dizer, é disso que sempre prego aqui. Nós estamos em período eleitoral, passou três anos e meio de peia, de taca, não fizeram nada, aí começa a fazer um asfaltozinho, um tapa buraco, faz uma situaçãozinha aqui, uma besteira aqui, encascalha e diz: olha quando eu for eleito, eu asfalto, é assim que está funcionando em alguns locais, eu tenho até denúncia. E aí, eu não posso acreditar que o nosso povo vai manter mais quatro anos uma praga dessas, que eu posso dizer que é uma praga, eu não posso acreditar, sinceramente, é igualmente, eu não estou falando de mim não, eu falo até de mim, se eu não produzir nada, o povo tem que retirar, é o direito da gente Estado Democrático de Direito, o Poder Emana

do Povo, então é o povo que é o dono do poder, e é ele que deve indicar suas representatividades políticas, aí fica aí quatro anos, mais quatro anos e ainda tem gente que vai reclamar, aí eu vou lá ver no TER no dia da contagem dos votos, o cara foi eleito com quase, no primeiro turno, já pensou, aí meu amigo pode pegar chicote todo dia e dar uma chicotada, sabe, se alto flagelar que merece é peia mesmo. E não reclame não, eu não gosto nem de ouvir quando o cabra reclama assim, porque às vezes o cara é tão covarde, fala, não, eu não votei não, aí o cara vai ver lá no fundo votou ainda puxou voto. Então, era isso que eu queria falar, meu povo, vamos ter consciência, vamos aprender a votar, vamos ver cada plano de Governo, vamos pegar o histórico de cada trabalho desse cidadão, não se emprenhe só por promessas, peguem o histórico de trabalho, vejam o que essa pessoa trouxe de benefício para sua sociedade, para sua comunidade, é isso que deve ser analisado, é isso que deve ser visto no momento das suas eleições que hoje tramita a situação municipal. Mas daqui dois anos, dois anos e seis meses aproximadamente, quatro meses vai vir uma eleição para majoritária, para Governo, para Deputado Federal, para Senador, para Presidente, é aí eu quero ver qual vai ser o posicionamento do povo brasileiro, eu vejo aí neguinho vir para a rua, vai para rua e quando acaba isso, é o imposto cantando, e a peia cantando. No Senado tramita uma série de Leis, Senado, na Câmara; e eu não vejo, eu não vejo sabe essa movimentação também para ir contra, para ir contra essas ações. E quero dizer também ao senhor Governo Confúcio Moura, Confúcio Aires Moura, Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, senhor Governador, o senhor deixa de pagar dívida do BERON, de quase vinte milhões de reais, o senhor tem uma série de benefícios e eu não posso acreditar que o senhor é signatário a essa PLP 257, e o porquê eu digo isso? Porque tem uma ação tramitando no STF que está suspenso o pagamento dessa tarificação no caso, desses valores. E, aí, eu quero ser signatário, exemplo são quase 17 Governadores que já tem uma tendência a assinar essa PLP. Então se o Governo Confúcio Moura assinar essa PLP ele está assumindo essas dívidas. Eu quero acreditar que o Governo Confúcio Moura, Deputado Aécio, o senhor que é economista, não vai assinar esse documento, porque ali ele está abrindo até mão das ações judiciais, por que, por que é que eu digo isso? Porque ele deixou de pagar um ano, quase um ano ou dois anos, essa bendita, bendita que eu vou falar, não vou falar nem multa, ou que diabo que seja essa, isso que foi empregado através do IPERON, essa dívida. Dívida esta que a exemplo era R\$140.000.000,00 vou dar exemplo, já que está em R\$580.000.000,00, R\$53.000.000,00, o Deputado Adelino está falando, e é só juros sobre juros, sobre juros, sobre juros. E, agora o Governo vem, já pagou três, quatro vezes essa conta e assina dívida com o Temer para fazer a média. Eu não sei, deve ter alguma coisa aí, deve ter alguma coisa, alguma coisa vai ter para o Governo Confúcio Moura assinar, pode ter certeza disso, só se mudaram a Constituição Estadual hoje. Se os deputados se reunirem hoje e mudarem a Constituição, mudar o seu artigo 46, quem sou eu para ir contra. Mas enquanto ela vigorar, se o artigo 46 que diz: 'e compete à Assembleia Legislativa fiscalizar a questão contábil do Estado', eu vou propor um requerimento como foi lá no Chile. Lá no Chile a dívida era em torno de trinta bilhões, vou dar um exemplo, aí

contrataram, o Chile contratou uma especialista, uma Auditora que é aposentada e foi lá fazer a análise nas contas do Chile. Ela fez tudinho. Sabe qual foi a dívida encontrada por essa Auditora que é especialista, doutorada, é renomada? Somente 30% dos valores que eram apontados pelo Governo. E, aqui nós vamos fazer diferentes também. Se o Governo Confúcio Moura insistir nós iremos propor que o Estado contrate um especialista para demonstrar qual é a conta, a dívida de Rondônia com Brasília, Governo Federal. Aí, sim, aí eu quero que o povo tenha ciência: olha, Rondônia está morrendo, deve pagar essa dívida por isso, por isso e isso. Agora vir querer empurrar projeto goela abaixo, porque tem que ter uma lei autorizativa para o Governo assinar este Termo de Acordo. E porque é que eu digo isso? Nós, nós não, eu votei contra, eu não sei se eu votei a favor, se votei contra, mas acredito eu, fui o crítico daquele consórcio. O Governo teve que passar um Projeto de Lei para assinar aquele consórcio. Que para mim eu quero perguntar agora eu vou fazer um requerimento para o Estado de Rondônia, qual foi o benefício deste consórcio que o Governo do Estado de Rondônia entrou com quase dois milhões de reais? Nada, nada. Então assim, é muita balela, é muita sabe lei que não tem eficácia, é muito prejuízo para o Estado, porque o Estado de Rondônia deixa de arrecadar. E eu vou até agora fazer, eu tenho que parabenizar esse mutirão que foi feito. Pelo menos isso. Chamaram os contribuintes que estão com problema, que estão em dívidas, foram muitas pessoas que procuraram, esperam que ali tenham uma espécie de uma arrecadação também vai tirar você vai dar a oportunidade de tirar o seu nome dos cadastros de inadimplentes. Então é desta forma que eu vejo que o Governo deve agir. Se eu tenho uma dívida que está praticamente já perdida, então vamos buscar outros meios legais para recuperar, parcelar. Então é plausível, sim, essa atitude, mas que não foi só do Governo, foi o Tribunal de Justiça, foram os demais órgãos também.

Dois minutos e vinte nem falei o que era para falar. Falar deste último Projeto que discute sobre as Cotas do Rio Madeira. Ontem estivemos reunidos na Comissão Especial, Temporal, que discute sobre as tarifas de água e de energia e esgoto. E os SEFINS vieram aqui, os responsáveis pela SEFIN. Senhores, o ano de 2013 houve uma certa, um aumento por parte da ANEEL, a qual havia a recessão de água. E o Governo manteve o percentual de 20% de ICMS, 17 para 20. Quando a ANEEL mandou reduzir tudo, todas as taxas, o que é que Rondônia fez? Mandou o projeto para esta Casa. E, aí, eles de forma inteligente, que eles são assim, tirar 'opa! Está na LRF, não pode tirar não, deputados, se tirar o senhor vai ter que apontar da onde é que vai vir essa receita, mas para aumentar arrebenta, pode aumentar, pode aumentar. Cidadão pode pagar tarifas altíssimas, mas para tirar tem que compensar. E, querem aprovar o aumento desta Cota. E várias pessoas, inclusive o Chefe da Casa Civil, Secretário Emerson, tenho muito respeito por ele, a pessoa do Emerson, Secretário a gente pode até divergir. O Secretário diz que nós estamos tendo prejuízos na questão de ICMS. Aí eu perguntei para o Auditor: qual é o prejuízo? Ele não conseguiu responder. Não deputado eu não sei não, só se os equipamentos não foram comprados, mas eu desconheço, então o que nós queremos? Eu quero descobrir qual o valor que Rondônia está deixando

de arrecadar de ICMS para que esses projetos que para mim, eu já sou totalmente contrário, inclusive eu estou requisitando informações que tem liminar que proíbe de que haja esse aumento dessa cota de 85%, mas na minha visão esses consórcios estão tão abusados que já deve ter tido esse aumento há muito tempo, eles já fizeram de forma tácita, do jeito que eles são assim agem por conta, é da União, quer que se arrebe o Estado.

Sr. Presidente, só mais um minuto para finalizar, eu quero cumprir o Regimento, deve cumprir o Regimento, só para finalizar, nós iremos pedir todas as informações quanto que há de arrecadação de ICMS, quanto que o Estado está deixando de ter para os seus cofres, que vai para a fonte 100, e porque eu digo isso, que nós iremos propor nessa comissão a compensação de reduzir, ou seja, hoje quem paga 220 quilowatts ele tem uma tarifação acima de 20%, abaixo 17%, então que nós aumentamos isso ou que haja uma redução para compensar esses valores. Era isso que eu queria falar nesta tarde. Muito obrigado a todos.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Obrigado Deputado Jesuíno Boabaid pelo seu discurso. Registrar a presença do meu amigo Vereador Roberto, meu companheiro lá de Urupá, Vereador Zé Roberto muito obrigado pela sua presença.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Aproveitar e, do Roberto e do Dário, Presidente do PT, Presidente da Câmara, Vereador e futuro Vereador de novo em Urupá, se Deus quiser.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Vereador de muitos mandatos já.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - De muitos mandatos.

O SR. LAERTE GOMES - Estender, Presidente, estender os cumprimentos também ao Vereador de Urupá o Dário, é Vereador Dário, o nome dele não é Dário do PT, é Dário, Vereador Dário e Vereador Roberto lá do município de Urupá.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Vereador Dário do PT, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Pode falar que é Dário do PT, não tem problema.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Obrigado Deputado Lazinho do PT, da Fetagro, não é? Lazinho da Fetagro. Registrar também a presença do Francisco Roque, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário - SINJUR, muito obrigado Francisco a você e aos demais membros deste sindicato, muito obrigado pela presença. Registrar também a presença do Ênio Milani, meu amigo lá do município de Colorado, lá no Cone Sul, obrigado Ênio, também o ex-prefeito Souza, Souzinha lá de Corumbiara, ex-prefeito que fez um grande trabalho naquele município, muito obrigado pela presença e as demais pessoas, muito obrigado.

Ainda no Grande Expediente, eu concedo a palavra ao Ilustre Deputado Laerte Gomes, por 20 minutos, com apertes.

O SR. LAERTE GOMES - Cumprimentar, Sr. Presidente, o Deputado Lazinho do PT da ex-presidente Dilma Rousseff, só na outra encarnação para voltar novamente. Cumprimentar os nobres colegas deputados; cumprimentar os amigos aqui que estão aqui no auditório, no nosso plenário; cumprimentar os nossos internautas, a todos os amigos. O que me traz aqui, Sr. Presidente, a esta tribuna hoje é uma questão que está afetando a nossa região da BR 429, e que eu e o Deputado Lebrão estivemos em várias reuniões já, inclusive com o Presidente Maurão, tratando desse tema que foi a invasão das fazendas Terra Boa, Recanto da Paz e Bom Futuro no município de Seringueiras. Essa invasão ocorreu, senhor Presidente, no dia 17.07 por um movimento chamado 'Liga Camponesa', e onde homens fortemente armados invadiram essa propriedade, essa fazenda e fizeram de refém o proprietário delas doutor Augusto Nascimento Tulha, um senhor de 81 anos, deixaram, Deputado Lebrão, como V.Ex^a tem sempre acompanhado, deixaram esse senhor de refém amarrado das 5:00 horas até quase meia noite, depois tiraram da sua fazenda e jogaram na estrada como se fosse um bicho, proprietário dessas fazendas que já está nessa região desde 1980 e alguma coisa. Eu cheguei em Rondônia em 1987, Deputado Ribamar, e o primeiro lugar que eu fui foi nessas fazendas lá no município de Bom Princípio na época, hoje Seringueiras, e o doutor Augusto Tulha, inclusive na fazenda dele eu fui, o Dr. Augusto já estava lá, Deputado Edson, já estava lá, Deputado Adelino, desbravando aquela região. E o fato, Vereador Roberto, o fato disso tudo foi um movimento criado na BR 429, um movimento criado pelos movimentos todos pela BR 429 onde todos os produtores rurais se uniram para prestar solidariedade, prestar ajuda a esse proprietário rural, mas também cobrar das autoridades que faça a reintegração, que já está expedida pela Justiça a reintegração dessa área. Foi fechada a BR, o movimento foi feito, foram feitas reuniões, Deputada Lúcia, na Câmara Municipal de São Miguel, na Câmara Municipal de Seringueiras com a participação do Ministério Público Federal, participação do Incra, participação da Assembleia, representada pelo Deputado Lebrão, representada pelo Presidente Maurão, representada por mim junto, em muitas ocasiões, os Prefeitos da BR 429. Um movimento que realmente unificou todos os municípios da BR 429, preocupados também, nós temos aqui que falar, que com esse movimento se espalhe naquela região, se espalhe por toda região da 429 esse movimento da Liga Camponesa, que já fez um estrago danado aqui na região do vale do Jamari, invadindo propriedades, invadindo fazendas, de uma forma que eles fazem que a gente se pergunta: será que é movimento de produtores rurais? Será que é movimento, Deputado Lazinho, de pessoas que querem realmente um pedaço de terra ou são pessoas, são bandidos infiltrados no meio de pequenos produtores, que são pessoas que querem terra, inocentes, tentando causar terror nas regiões. E a forma que o fizeram, Deputado Lúcia, que estão fazendo na fazenda, é um crime. Estão queimando toda a área de pastagem, destruíram a sede, acabando com cerca, acabando com o trabalho de um homem, de mais de 30 anos, 40 anos que ele está na fazenda, formando aquelas propriedades. Então, senhoras e senhores Deputados, a gente fica preocupado. Uma região da BR 429, do Vale do Guaporé, uma região pacificada, uma região tranquila, uma região onde produtores rurais há 30, 40 anos foram para aquela

região atrás do sonho de conseguir um pedaço de terra, compraram, venderam suas propriedades de outros lugares menores, compraram suas propriedades lá, desbravaram, Deputado Dr. Neidson, muitos pegaram malária e não puderam acompanhar esse desenvolvimento que aconteceu naquela região porque morreram de malária. Outros não suportaram e foram embora. Mas aqueles que persistiram, hoje, com o asfalto na BR 429, com toda estrutura, com energia, as terras se valorizaram, esses estão colhendo os frutos. E na hora de colher os frutos de uma vida toda de sofrimento, começam esses movimentos de invasão, que eu digo aqui mais uma vez, Deputado Lazineiro, eu não acredito que seja movimento de pessoas que realmente querem terra. Os interesses são totalmente outros. São pessoas preparadas, treinadas, que entram como guerrilha e fazem o terror na região. Causando isso, a desvalorização das propriedades, a insegurança das famílias que moram lá. Então a gente se preocupa muito. Foi criada uma Comissão mista de mediação, já teve duas tentativas para essa mediação entre os produtores, que na verdade não cumpriram, algumas vezes, Deputado Lebrão, o que ficou acordado. Nem resposta deram aos produtores rurais. Os produtores trancaram a BR, fecharam a BR, os produtores rurais, os pecuaristas da BR 429. O Governo esteve lá, o Governador Confúcio Moura esteve lá na Câmara, levado pelo Deputado Lebrão, conversou, eles desbloquearam a BR, mostrando um gesto que ninguém quer briga, ninguém quer guerra, mas infelizmente nada aconteceu ainda. Nada aconteceu ainda e a gente sente a preocupação, a cobrança é muito forte daqueles produtores daquela região.

O Sr. Lebrão – Um aparte, Deputado?

O SR. LAERTE GOMES – Deputado Lebrão.

O Sr. Lebrão - Primeiramente agradecer o aparte e parabenizar Vossa Excelência pelo seu pronunciamento. Dizer da nossa preocupação quanto à reintegração de posse lá da Fazenda bom Futuro e eu tenho certeza que a Polícia Militar está demorando um pouco para fazer a reintegração, mas está analisando a maneira que será feita. E é uma honra, uma questão de honra a Polícia Militar fazer a reintegração de posse daquela área. Que ali nós não temos pessoas que precisam de terra. Ali nós temos uma fazenda invadida por malfeitores, bandidos fortemente armados e não é somente a reintegração de posse que tem que ser feita. Têm que ser incriminados todos aqueles que participaram desse cárcere privado do Dr. Augusto, um senhor de mais de 80 anos que ficou por mais de 07 horas amarrado, vedado. Isso é uma falta de respeito. Inclusive fere o Estatuto do Idoso. Além disso tem o crime ambiental que foi feito, queimada quase que toda aquela fazenda. Além de roubo, porque eles estão roubando gado, roubando pertences daquela fazenda e fazendo de uso próprio. Então, isso tem que ser feito um processo individual para cada um daqueles que praticaram esse tipo de crime e que sejam punidos. Agora, eu entendo que a Polícia Militar, através do Poder Judiciário, já está demorando um pouco demais para fazer a reintegração de posse e eu espero que nos próximos dias seja resolvida essa reintegração e que esses criminosos sejam certamente punidos. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES – Parabéns, Deputado Lebrão. Vossa Excelência, assim como a gente, tem cobrado constantemente do Secretário de Segurança, da Polícia Militar, do Governador que se cumpra. Para vocês terem uma noção, a Polícia Militar foi cumprir um mandato de busca e apreensão que foi expedido pela Juíza da Comarca, e foi recebida a tiros e emboscada na fazenda, o que fez a PM, acertadamente, a Polícia Militar recuar. No dia 23/07 nós estivemos lá como eu já falei aqui, em São Miguel e nos foi pedido para intervir e resgatar a segurança da região. Foi criado o Movimento que nós já intitulamos aqui, de Movimento Todos pela BR 429. No dia 29 do 7, o Governador recebeu as lideranças dos quatro Municípios e um Distrito, aonde fez um compromisso e nós estávamos lá presente Deputado Lebrão, com a decisão judicial de busca e reintegração, assim que expedida. Esse mandado de reintegração, ele já foi expedido, mas eu estive hoje, com o Secretário de Segurança na parte da manhã, com o Dr. Reis, a qual eu quero aqui, ratificar a atenção que ele tem dado e o Governo do Estado em si. Tanto a Secretaria de Segurança, tanto a Casa Civil, como o Comando da Polícia Militar, a atenção que tem dado a esta causa. Sempre que eu ligo, e eu converso com eles diariamente sobre esta questão, porque nós somos cobrados diariamente pelos produtores rurais, sobre essa questão da reintegração ele responde na hora, tenho certeza de que o Deputado Lebrão também não é diferente, mas até hoje Deputado Lebrão, até agora de meio dia, o Estado não tinha sido notificado ainda, não tinha sido notificado da reintegração de posse. O Estado tem a cópia da reintegração? Tem, porque é público, mas o Estado ainda não pode agir, porque ainda não foi notificado pelo Oficial de Justiça, assim são as palavras do Secretário de Segurança, de que ainda não foram notificados, nem ele, nem o Comando da PM, nem a Governadoria, nem a Casa Civil, nem o Comando de Batalhão Militar de Ji-Paraná, ainda não foi notificado. Acredita-se que devem ser notificados de hoje para amanhã, e aí, aí o Estado tem dez dias para fazer a reintegração e, logicamente que eu não sei se vai ser feito nesses dez dias, mas logicamente que o Estado, como o Deputado Lebrão muito bem falou, é questão de honra para o Estado. Quem foi afrontado nesta questão foi o Estado de Rondônia, foi a instituição o Estado, foi a Polícia Militar que foi recebida a tiros. É uma questão de honra para o Estado, fazer a reintegração, não tenho dúvida nenhuma disto, mas logicamente que eles devem estar trabalhando uma estratégia, uma estratégia para que não haja conflito. Acho que o diálogo está sendo feito, mas a gente espera que seja rápido, porque o prejuízo é enorme, e muito mais do que o prejuízo, enorme é a insegurança que virou a nossa região, a nossa BR 429. Creio eu que nós temos que criar as situações administrativas e aí é muito importante o que foi falado na reunião, para uma reforma agrária, muito importante o que nós falamos lá em São Miguel, inclusive o Deputado Lebrão, ele fez essa colocação, que é um pleito antigo do Estado de Rondônia, que é a criação do Instituto de Terra. Eu acho que nós precisamos através do Instituto de Terra, o Governo enviar para esta Casa a criação do Instituto de Terra, para nós fazermos a regularização, para que Rondônia faça a regularização de suas áreas. Eu acho que isto Deputado Adelino, vai evitar muita invasão, vai evitar muito conflito e evitar até mortes, como está acontecendo muito em sua região, no Vale

do Jamari. Eu queria aqui, senhor Presidente, e eu já vou quase encerrar, e depois eu queria só dar uma lida aqui no resumo que o Juiz despachou, mas eu queria aqui parabenizar os organizadores do movimento dos produtores rurais da BR 429. Eu quero aqui parabenizar o Edson Afonso, parabenizar o João, lá Presidente do Sindicato de São Francisco, e todos, o Roberto lá de São Miguel. Inclusive, foi espalhado folhetos, esse povo é tão organizado, esse Movimento da Lei Camponesa, que espalhou folhetos na região toda, tentando denegrir, denegrir o nome, a imagem, a história dessas pessoas, desses produtores rurais, que simplesmente estão defendendo o seu patrimônio, fruto do seu trabalho. Eu queria parabenizar todos esses proprietários, todos da região da 429. Eu nunca vi uma união como esta, é que nem abelha, vem aquele enxame de abelha, aquele enxame de produtores vem para a reunião, cobrando duro, cobraram duro o Deputado Laerte, cobraram duro o Deputado Lebrão, cobraram duro os representantes do Ministério Público, do INCRA, o Governador, porque estão defendendo o suor da vida deles, o sonho da vida deles. Então eles foram unidos, mesmo não sendo com eles, mesmo não sendo com o produtor de Costa Marques o que aconteceu, mesmo não sendo com o produtor de São Francisco ou de São Miguel, mas estavam todos, todos vindo ali, todos se uniram mais de duzentos produtores rurais, e se precisar traz todo mundo, mais de trezentos, todos vieram ali em solidariedade ao colega deles, produtor rural, senhor Augusto, mas também cobrando uma posição do Estado, porque eles falam em alto e bom som: não vão aceitar que o Vale do Guaporé vire uma região conflitante, uma região de invasões, eles não vão aceitar. Eles vão às últimas consequências se preciso for, às últimas consequências, não que eles sejam contra assentamentos, não são. Eles não são contra assentamentos, eles são contra crime, eles são contra como bandidos entrando em fazendas, destruindo as fazendas como está acontecendo lá. Agora aquelas pessoas que realmente precisam de um pedaço de terra, de chão, é diferente. Nós não estamos falando dessas pessoas. Muitos filhos de pequenos produtores rurais que querem ter uma terra, nós não estamos falando dessas pessoas. Nós estamos falando, Deputado Lebrão, de pessoas que entram em uma propriedade, sabendo que aquela propriedade não vai ser desapropriada, que aquela propriedade está dentro do limite que a Lei diz; inclusive Deputado Edson, Deputado Lebrão e Deputado Adelino, essas propriedades, essas fazendas, a maioria é mata, a maioria é reserva, eu acho que mais de 60 70% é reserva. Então você percebe que se tem outros interesses por trás disso, por trás desse movimento, isso se chama essa Liga que tem que as pessoas vão entrar lá para conversar com eles como foi o Brito do INCRA que é o nosso, o nosso Superintendente do INCRA e outras pessoas foram, recebem todo mundo e eles recebem todo mundo encapuzados, até as crianças encapuzadas. Então o movimento, o movimento correto, o movimento justo, o movimento que sonha Deputado Lazinho, o MST, por exemplo, que sempre quando faz essas ações você vai lá conversar com eles e estão todo mundo com a cara limpa mostrando a cara.

Então a gente se preocupa com isso Deputado Lazinho, porque a nossa região nunca teve isso. Ali em Alvorada nós temos assentamentos ali, Alvorada, Castanheira, Brasilândia, Presidente Médici, mas ali aconteceu tudo de forma ordeira,

foi desapropriado, foi feito assentamentos, Chico Mendes I, Chico Mendes II, Oziel, enfim, Bela Vista, inclusive, nós estamos fazendo lá, o Governo está fazendo 90 km de estrada, nosso pedido aos assentamentos para dar condições dignas para aqueles produtores poder escoar os seus produtos, então é diferente. Nós estamos falando do movimento que está trazendo terror, está trazendo terror para uma região, está tirando a segurança dos produtores e causando medo, causando medo, porque como o Deputado Lebrão falou aqui: estão matando gado, estão roubando gado, inclusive um caminhão de sal foi entregar sal, roubaram o caminhão de sal, roubaram o sal do caminhão. Então a gente vê que são pessoas más qualificadas. No documento que o Juiz diz, Srs. Deputados, que consta no documento deferido pelo Juiz de Direito Jorge Luiz dos Santos, do Tribunal de Justiça de Rondônia, que os ocupantes dos imóveis referido devem ser retirados do local, que aqueles que foram lá, os invasores devem ser retirados do local e conduzidos a uma distância de pelo menos 300 km da área, 300 km da área para evitar que promova outra invasão em outras regiões próximas.

Então, já se percebe, já se percebe, que até o próprio Judiciário se preocupa com esse movimento, porque ao tirar 300 km Deputado Edson da região, tirar eles 300 km da região.

O mandato de reintegração deverá ser cumprido imediatamente após as Polícias Civil, Militar e Ambiental, realizar estudos necessários nas áreas para evitar qualquer conflito armado e morte no prazo de 10 dias úteis, ou cuidado do Juiz diz respeito, principalmente, a proteção de criança do acampamento com apoio do Conselho Tutelar do Município de Seringueiras, caso necessário, o Juiz ressaltou também que será solicitado a força nacional. Foi determinado também pela Justiça, pelo Eminente Juiz, que as Polícias Civil, Militar e Ambiental, faça a fiscalização sobre a região onde ocorre o conflito agrário para evitar entrada de arma de fogo. Os policiais que estarão participando da diligência tem autorização legal para providenciar a identificação de todas as pessoas envolvidas na invasão para que seja apurado os crimes de destruição de patrimônio particular, incêndio, organização criminosa e armada, disparo de arma de fogo contra a força pública e desobediência à Justiça. Foi ordenado aos Agentes que deem ênfase a identificação das pessoas que dispararam arma de fogo contra os policiais.

Então, só para vocês terem uma noção disso, eu queria aqui me solidarizar com todos os produtores rurais da BR-429, faço isso Deputado Lebrão, se me permite, em vosso nome também, eu tenho certeza disso, a todos os produtores, colocando o nosso mandato, tanto o meu mandato de Deputado Estadual como o mandato também do Deputado Lebrão é para ajudar, para a gente colaborar naquilo que for possível, nós estamos cobrando do Governador ações, cobrando do Secretário de Segurança, cobrando do Chefe da Casa Civil que nós não podemos permitir uma barbárie dessas, nós não podemos permitir que uma região que foi tão difícil para poder desenvolver que hoje representa 10% do gado de corte do Estado de Rondônia, que hoje tem um peso grandioso da economia do nosso Estado, que nos próximos 10 anos com certeza vai se tornar a região mais produtiva e que mais vai desenvolver no Estado de Rondônia, nós não podemos permitir Deputado

Adelino que bandidos desse naipe, que movimentos que não tem legalidade nenhuma que vão só para aterrorizar entrem em nossa região e estrague tudo isso, um trabalho de 30, 40 anos que as pessoas lá fizeram.

Então eu queria, deixar concluído aqui o meu discurso Sr. Presidente, deixar aqui o nosso repúdio a isso e deixar aqui mais uma vez, mais uma vez, deixar aqui os nossos parabéns também a Polícia Militar que está lá fazendo bloqueios, estão monitorando a região, estão sobrevoando todo o dia praticamente a fazenda, vendo o que está acontecendo lá, a Polícia Civil, o IDARON, Deputado Lazinho que amanhã está indo para lá também, Deputado Lebrão, para ficar junto nas barreiras, a Polícia Ambiental que também está indo para lá, porque como Vossa Excelência falou, estão cometendo crimes atrás de crimes, se fosse, com todo o respeito que eu tenho aqui aos órgãos fiscalizadores ambientais, mas se fosse numa propriedade de um cidadão, um dono de uma propriedade tivesse fazendo 10% ou 1% só do que eles estão fazendo lá contra as reservas, contra as matas já estaria preso, já estaria preso, nem que tinham que entrar aí dentro, prendiam o cara, prendiam mulher, prendia menino, prendia tudo e levava embora.

Então, eu queria deixar aqui, mas de qualquer forma, eu queria deixar aqui e dizer que a gente espera, só que o Estado, como o Governador falou, Decisão Judicial não se discute, Decisão Judicial se cumpre.

Então, eu espero que o Estado cumpra o que a Justiça mandou e devolva a propriedade ao seu proprietário, ao seu proprietário, mas muito mais que isso, que devolva a segurança, que devolva a segurança e a tranquilidade aqueles produtores rurais da região da 429 que muito fizeram por aquela região estão fazendo e muito tem contribuído com o Estado de Rondônia.

Eram essas minhas palavras senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Parabéns Deputado Laerte pelo seu discurso, realmente muito pertinente, é preocupante, quando se vê pessoas que eu diria que talvez nem do Estado de Rondônia vem até de outros Estados, pessoas preparadas para isso se mobilizarem, invadir propriedades produtivas de pessoas que deu a vida trabalhando. Isso com certeza causa uma grande insegurança e podendo causar até conflito. Então, eu acho que nós, o Poder Público acho que precisa realmente agir mais rápido nessas situações, o Poder Judiciário para que possa realmente evitar que conflitos possam acontecer com pessoas que deram a vida trabalhando e hoje, às vezes se ver numa situação dessa sem nenhuma segurança, isso é preocupante. Então, parabéns e com certeza também pode contar com apoio desse Parlamentar e eu acho que o momento breve de se discutir nesta Casa com a revisão da Lei do Estado de Rondônia, que é a nossa Lei do Zoneamento, eu acho que nós também temos que discutir e que nós temos que vedar, no caso mais essa situação. Eu não sou contra cada um ter o seu direito a seu pedaço de terra, a sua propriedade. Mas, isso eu acho que tem que ser feito de uma maneira tranquila, sem que haja crime civil, crime ambiental, como é o caso disso aí, as pessoas tocando fogo em tudo e devastando tudo. Então, isso realmente não pode ser permitido, eu acho que num país democrático isso não pode acontecer.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente só para concluir o que Vossa Excelência falou que é muito importante. Da agilidade do Governo em cumprir esse mandato e aí a gente tem que ressaltar também, como eu já falei no meu discurso, que o Estado não foi notificado. Então, o Estado não pode agir. Mas, nós temos que ressaltar que o Estado mesmo sem ser notificado, mas já tem a decisão, porque é público como eu disse, está fazendo toda uma estratégia, estão fazendo toda uma estratégia para assim que ele for notificado, aí eles não vão logicamente falar; vamos fazer, não vamos passar isso. Porque passa não ser estratégia mais, todos vão saber, vão tomar a decisão, não tenho dúvida nenhuma que eles vão exaurir até o último possível diálogo, para tentar tirar, para não haver o confronto. Mas, se não tiver solução, não tenho dúvida nenhuma que o Estado vai cumprir a decisão judicial e vai cumprir o seu dever.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Agradecer e registrar a presença dos Vereadores Audiclei da Silva Leite e Manoel Oliveira, da Câmara Municipal de Ministro Andreazza. E registrar também a presença do Vereador Dena, o Denair, meu amigo, vereador que tem feito um grande trabalho lá no município de Alto Alegre dos Parecis, estive lá acompanhando esses dias na Casa da Lavoura e realmente serve par modelo do Estado de Rondônia, café clonal com alta produtividade, que precisa de ser seguido isso aí para todos os demais municípios. Então, realmente, está de parabéns o município de Alto Alegre dos Parecis, lá do nosso Prefeito Abadias e do meu querido amigo, Vereador Dena.

Encerrado o Grande Expediente, passo agora as Comunicações de Lideranças e concedo a palavra ao ilustre Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado Senhor Presidente, em nome de Vossa Excelência cumprimento a todos os nobres Deputados presentes nesta Casa; cumprimentar todo o público presente; os funcionários, amigos e parceiros desta Casa; em nome do Vereador Dário, agradecendo pela presença, cumprimentando todos os vereadores. Senhor Presidente, eu vim a essa tribuna nem para usar todo o tempo, mas, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer o nosso Diretor do DER, o nosso Presidente do DER, o nosso Ezequiel Neiva pelo trabalho que ele tem feito e corrido para fazer, a gente sabe das dificuldades que está enfrentando e ele esteve agora a nosso pedido na região de Jarú, verificando as obras que estão em andamento lá em Jarú. O aterro da ponte que liga Jarú a Theobroma, nós detectamos um problema que estava acontecendo na execução da obra, comunicamos ao DER e ele de pronto foi in loco, verificou e realmente vai ter que fazer uma adaptação lá Deputado Adelino, porque a saia de aterro que está sendo feita, na nossa visão não iria suportar o aterro e as enchentes que quando vem naquela região é muito forte. Então, era importante a visita do Ezequiel lá e ele foi in loco. Visitou também a praça que está sendo terminada, finalizada em Jarú e a inauguração está prevista agora para o próximo dia 02 de setembro, a Praça da Baixada em Jarú, depois de muito tempo o DER vai então entregar, o Governo do Estado vai entregar para nossa comunidade aquela praça. Também foi verificar as obras de execução de nossa emenda

colocada no município, a galeria que já está pronta agora, agora está fazendo aterro e posteriormente analisando a parte para asfaltar as ruas que nós colocamos recurso lá. Mas, também eu gostaria de agradecer e ao mesmo tempo alertar. A Comissão de Agricultura, Comissão de Agropecuária desta Casa, junto com o governo do Estado fez uma emenda ao orçamento agora, no orçamento de 2016, onde o orçamento da agricultura para investimento eram dez milhões. Nós negociamos com o Governo, com apoio de toda bancada aqui desta Casa, todos os Parlamentares, com apoio também do Governo através do Secretário George e foi colocado mais oito milhões, foi então para dezoito milhões. Qual que é a nossa preocupação? Até agora, nós não tivemos ainda Deputado Edson, Presidente, nós não tivemos ainda a liberação de nenhuma parte desse recurso. A gente sabe que o Estado está fazendo de tudo para não deixar entrar no vermelho, fazer a parte que precisa ser feito e o George tem feito isso. Agora se nós não investimos nem o que nós colocamos no setor produtivo Deputado Adelino, quando for ano que vem, nós não vamos ter arrecadação maior, nós colocamos recurso para as agroindústrias que já está pronta, sugerimos para implementação da cadeia produtiva do café, onde colocamos recurso para compra de mudas, a mesma coisa para compras de mudas para Cacau Clonal, colocamos recursos na Emater para compras de equipamentos, compra de carros, veículos, pouco recurso dois milhões e meio para isso, mas desses oito milhões, nós ainda não tivemos a liberação para a compra e para a infraestrutura de nada, e aí nós tivemos já com George, ele está trabalhando em cima disso. Mas eu quero pedir para esta Casa, para juntos a gente fazer uma gestão junto ao Governo, para que priorize o setor produtivo, se nós não investimos aonde gera riqueza que é o setor produtivo aqui nesse Estado, nós vamos a cada ano está diminuindo a arrecadação do Estado. Ou a gente realmente prioriza esse setor que é de suma importância para o Estado de Rondônia, não só agricultura familiar, mas como a agricultura empresarial, nós vamos ter que de uma forma ou de outra buscar recurso para isso. Nós sugerimos agora na CPI dos Frigoríficos com relação à carne, nós sugerimos a rediscussão do incentivo fiscal, eu concordo que tem que ter incentivo, agora se nós analisarmos, por exemplo, nós temos dezoito milhões na agricultura, temos de incentivo somente aos frigoríficos no Estado, o ano passado foram trezentos e vinte seis milhões de reais de incentivo. Se nós conseguirmos adequar isso Deputado Edson, tirar 5% só, se a gente conseguir 5% a mais, diminuir esses incentivos em 5% só nos frigoríficos, nós vamos ter um investimento na agricultura e pegar esse dinheiro e investir, nós vamos ter um investimento de mais quinze milhões na agricultura, e assim se a gente tratar todas as outras cadeias. Então, nós temos que nos preocupar, eu tenho a preocupação porque entrou no período eleitoral, o Governo não está preso a isso, mas a gente precisa que esse recurso seja colocado em prática para que a gente possa ter o calcário como foi colocado. Eu estive com o Secretário Padovani, cobrando dele, para que ele também faça gestão junto ao Governo. Foi dada sugestão pelo George, de que a gente fizesse uma gestão junto à Secretaria e a Emater para buscar recurso de fundos que tem para a agricultura no Estado. Então, eu queria pedir aqui para que os nobres Deputados também fizessem essa gestão ou a gente realmente li-

bera o recurso, coloca esses recursos para funcionar ou nós vamos ter uma pane no setor produtivo nos próximos meses, consequentemente uma pane maior na arrecadação. Então, o que você coloca, um real que você coloca na agricultura, no setor produtivo, você tem dez reais de investimento, dez reais de arrecadação. Era isso que eu tinha muito rapidamente Deputado Adelino, pedir para nossa Comissão possa também fazer gestão junto ao Estado, para que esse recurso possa ser o mais rápido possível liberado. Muito obrigado, era isso Senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado ilustre Deputado Lazinho da Fetagro, pelo seu discurso muito importante. Ainda nas Comunicações de Lideranças, com a palavra o ilustre Deputado Adelino Follador, por vinte minutos com apartes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente Edson Martins, Presidente em exercício no momento; Deputados aqui presentes; comunidade aqui presente para nós é um prazer mais uma vez está aqui na tribuna falando vários assuntos entre eles com certeza citar a questão da agricultura, uma emenda que nós fizemos e que o Deputado Lazinho, mencionou. Mas eu quero reforçar que o Governo do Estado, tem investido muito pouco no setor produtivo, nós temos dois milhões e quinhentos mil que é para reestruturar a Emater, a Emater está precisando demais desse recurso que seja agilizado o mais rápido possível. Hoje tivemos uma visita também do representante da CEPLAC em nível Nacional, representante da CEPLAC em nível Estadual, onde a perspectiva é muito boa sobre o cacau, principalmente na agricultura familiar. Então, como o Deputado Laerte, falou, existe investir na agricultura não é gasto, é investimento, então, com certeza cobrar o Secretário de Agricultura que tem feito muito pouco pelo Estado, pela agricultura. Hoje mesmo, entrei em contato com ele, e desde o ano passado, onde tem um calcário, três mil toneladas de calcário para entregar, até hoje está enrolado pela Secretaria de Agricultura, nós entregamos via Emater na época foi tão fácil e nós entregamos a mesma quantidade, três mil toneladas, e agora a Secretaria de Agricultura, Deputado Laerte, desde abril do ano passado, não deu conta de licitar ainda esse calcário. E já fizemos umas cinco reuniões com o Secretário, com Procurador e até agora nada. Então eu queria deixar esse apelo, as Emendas também que são da Agricultura, os equipamentos deste ano não se veem comprando quase nada. Os equipamentos foram comprados no ano passado, o comodato parece que toda hora estão arrumando desculpa, estão pedindo mais documentos, fizemos uma reunião aqui para que os Procuradores falassem a mesma língua. E a gente vê que não adiantou nada, Deputado Laerte. Toda hora pede, tira as pendências aparece outra pendência, até para fazer comodato, que era mais fácil antigamente, agora nem comodato se faz. Tem equipamentos que não só meu, mas de outros deputados aí que eu acho que vai apodrecer lá, porque a Associação não dá conta de trazer documento. Então eu quero deixar aqui uma cobrança ao Secretário de Agricultura que tem que ser mais ágil, eu não sei se sou só eu, mas é uma Secretaria que deveria funcionar melhor, que a maioria dos deputados tem prioridade nesse setor produtivo e a que mais tem encontrado dificuldade.

O Sr. Laerte Gomes – Permita-me um aparte, Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Pois não, Deputado Laerte.

O Sr. Laerte Gomes – Deputado Adelino, Vossa Excelência fala de um tema com muita propriedade porque Vossa Excelência vem do setor produtivo e defende o setor produtivo nessa Casa como ninguém. E Vossa Excelência está correto no que está falando. A gente fala, eu falo isso como líder do Governo eu falo infelizmente eu tenho que concordar com Vossa Excelência como líder do Governo, porque realmente Deputado Adelino o nosso setor produtivo está parado, tanto o deputado Lazinho como Vossa Excelência e como eu também o Deputado Laerte como membros da Comissão de Agricultura, o Deputado Ribamar, fizemos um esforço grande sob a coordenação do Deputado Lazinho que é Presidente da Comissão no ano passado para agilizar recursos de orçamento para a questão de mudas de café, eles não conseguiram Deputado Lazinho, ainda fazer o registro de preço, nem na Emater e nem na SEAGRI, já estamos em agosto, chegando em setembro, como que ainda vai dar tempo? Será que ainda vai dar tempo ainda de comprar essas mudas? Fazer a licitação? E os viveiros de produzir? Eu acho muito difícil. Então, Rondônia que passa por um momento ímpar e único dos nossos produtores estarem investindo, estarem produzindo café, aumentando o plantio do café, do cacau, mas infelizmente a Secretaria de Agricultura ela não está fazendo a parte dela, não está correspondendo, deputado Adelino. E o Governador aonde o Governador está indo, nós temos que ressaltar isso, o Governador, deputado Marcelino, Vossa Excelência também é da área, tem gritado, ele não tem pedido não, ele tem é gritado: vamos plantar café, vamos plantar cacau, vamos melhorar, vamos aumentar a produção de leite, mas parece que isso não chega à Secretaria de Agricultura. Eu falo isso com tristeza e eu espero que o Secretário e toda a equipe da Secretaria acordem e comecem a criar programas de Estado para incentivar e subsidiar os pequenos produtores em parceria com esta Casa para que possam produzir. Porque quando o produtor produz, tem dinheiro no bolso o comércio fica feliz, a cidade fica feliz porque gera emprego e renda. Então deputado Adelino Vossa Excelência, parabéns mais uma vez que Vossa Excelência está trazendo esse tema aqui a esta Casa. Eu visitei, só para concluir, e depois eu gostaria que o Presidente desse o tempo que eu estou usando. Eu visitei um laticínio lá na sua cidade deputado Lazinho, e ele está com a sua capacidade de produção ele poderia produzir o dobro, o dobro, o que está faltando é matéria prima a questão do leite. Porque a gente diminuiu 20. 30% a gente diminuiu a produção de leite no Estado de Rondônia que era para estar explodindo na produção. No momento o Brasil passa por uma crise sendo que poderia estar lá na frente, mas infelizmente este é o motivo que o deputado Adelino muito bem colocou. Parabéns deputado Adelino e conte comigo, com o deputado Laerte nestas ações de cobrança. Nós somos líder do Governo, somos parceiros, somos da base como Vossa Excelência é como eu sou, como o deputado Lazinho é, como o deputado Marcelino é, mas nós também temos aqui o direito e a obrigação de apontar aonde é que precisa ser melhorado. E o setor produtivo, principalmente precisa melhorar e muito.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Parabenizar pelo aparte. Deputado Laerte conhece muito bem, o deputado Lazinho, o deputado Marcelino, deputado Alex, o deputado Ezequiel, os deputados que conhecem a agricultura e defendem a agricultura. A preocupação na questão da muda de café, deputado Lazinho é que não adianta depois que passou o período de plantar não adianta correr atrás, não, já perdeu o ano. O deputado Marcelino conhece bem o setor e sabe muito bem. Agora também, deputado Lazinho. Semana passada eu estive aqui esteve aqui meu irmão que minha família mexe muito com leite no Sul. E nós até pouco tempo, menos de um ano, um ano e meio a diferença do preço do leite do Rio Grande do Sul para aqui era questão de 0,20 centavos, 0,15 centavos, para surpresa minha agora ele chegou aqui e mostrou a nota: R\$1,67 lá na Casa do Agricultor lá no Rio Grande do Sul. Aqui continua com aquele R\$0,80, R\$0,70, R\$0,90, R\$0,87, e na época quando aqui estava 0,80 centavos, 0,85 centavos lá estava 1,00 real, então era pouca diferença e agora para surpresa minha, e tem uma coisa ainda está uma briga por leite lá, um oferecendo mais que o outro e a média lá hoje é 1,67 (um real e sessenta e sete centavos), isso significa uma diferença de quase 50% do preço daqui, então nós temos que fazer alguma coisa. Nós estamos aí com cartel dos frigoríficos e nós estamos com cartel do leite, nós estamos com cartel do transporte, Rondônia está enrolada, infelizmente parece que aqui o pessoal não respeita a população, nós precisamos ver o que a gente pode fazer.

(Às 16 horas e 51 minutos o senhor Edson Martins passa a Presidência ao senhor Marcelino Tenório)

O Sr. Marcelino Tenório (Presidente) - Um aparte, deputado?

O SR. ADELINO FOLLADOR - Deputado Marcelino, por favor.

O Sr. Marcelino Tenório (Presidente) - Deputado Adelino Follador, quero mais uma vez parabenizar V.Exª por trazer este tema que nós debatemos quase que diariamente aqui na Assembleia Legislativa. Como V.Exª mencionou hoje, recebemos ali na Comissão o Diretor Superintendente da CEPLAC/Brasil que veio a Rondônia pela primeira vez, onde ele veio aqui para trazer todo aquele conhecimento e pesquisa que tem a CEPLAC/Bahia para introduzir a nova geração de clones com maior produtividade e acima de tudo maior resistência às pragas, e como sempre nós falamos aqui deputado que no ano passado através do Presidente da Comissão de Agricultura o Deputado Lazinho da Fetagro onde foi feito um esforço que foi deslocado oito milhões de reais para aplicar no agronegócio em geral, onde foi para aquisição de mudas clonais, aquisição de equipamentos para melhoramento genético da nossa bacia leiteira, Agrosilvopastoril, muitos outros segmentos do agronegócio, aquisição de calcário para poder distribuir nos pequenos produtores rurais, principalmente na agricultura familiar, que ele necessita sim de dois, três mil, quatro mil toneladas de calcário, quatro, cinco toneladas para poder fazer o seu trabalho na sua propriedade. Como nós falamos na comissão, uma saca de cacau hoje ela deixa nos cofres do Estado 72,00 de ICMS na primeira etapa, quando você transforma ele, ele deixa aproximadamente aí em torno de 160,00, que hoje está custando 600,00 a saca de cacau.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Uma saca?

O Sr. Marcelino Tenório (Presidente) - Uma saca só. Infelizmente por essa falta desse trabalho com maior tempo lá atrás, se estivesse induzido isso ao produtor, Deputado Lazinho, hoje estaríamos colhendo bons frutos, que hoje eu vejo aqui o Governo do Estado manda para a Assembleia Legislativa aumento de impostos. Quando se fala em aumento de impostos vai tirar um pouquinho de você que está aqui nos ouvindo, você que está na sua casa, você que está no volante de ônibus, em qualquer lugar deste Estado de Rondônia, mas quando você investe nesse segmento você está produzindo ICM, está produzindo riqueza e produzindo trabalho, mas infelizmente eu sempre falo. Quando eu entrei aqui em 2011 no primeiro mandato nosso Estado produzia um milhão e oitocentos mil sacas de café, Deputado Lazinho, produzia quase sessenta mil sacas de cacau e produzia mais de dois milhões e duzentos mil litros de leite, chegamos até a dois milhões e seiscentos no ano de 2013, Deputado Adelino Follador, mas chegamos por quê? Porque a abertura de novas áreas como Jacinópolis, Rio Pardo, Bandeirantes, Vila Nova do Mamoré e outras mais, mas nas regiões consolidadas diminuiu e hoje nós estamos com aproximadamente um milhão e oitocentos mil litros de leite por dia de produção no Estado de Rondônia, e o café? O café este ano a estimativa dele é de seiscentos mil sacas só, cacau de trinta a trinta e cinco mil sacas. Então isso, deputado, que a gente tem sempre trabalhar e solicitar, bater na porta do Governo do Estado para que invista nesses segmentos, não só nessas três áreas, mas também em outras áreas que produzem renda, riqueza e trabalho para nosso Estado de Rondônia. E falando, Deputado Adelino Follador, do preço do leite, em Ouro Preto houve esta semana a exposição de Ouro Preto onde o laticínio lá estava participando ajudando com alguns leiteiros onde ele está pagando já um 1,30 centavo, mas vai pagar muito mais ainda porque não existe esse produto no país, está em falta, então ele vai subir mais ainda, então isso é falta de investimento. O produtor passa 2 anos, 3 anos ganhando quase nada aí quando começa a ganhar alguma coisa aí a produção aumenta e não ganha, então tem que haver essa estabilidade, deputado. Parabéns mais uma vez por essa preocupação com esse segmento que é tão forte no Estado de Rondônia.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Parabenizar o Deputado Marcelino pelo seu conhecimento na área e por ser de Ouro Preto uma região muito produtiva tanto de café como de cacau e também de leite, a nossa região de Ariquemes também, o Deputado Lazinho também que é de Jarú que é a capital do leite. Mas às vezes a gente reclama que a Secretaria, a Secretaria reclama que não tem dinheiro. Nós temos o Programa do Pró-Leite, que é um Fundo que tem e tem muito dinheiro, tem dinheiro. Têm coisas que não depende de dinheiro, porque é um Fundo específico para incentivar. Então nós queremos deixar essa observação. Outra coisa que chamou muito a atenção, até eu liguei para o Secretário de Fazenda na semana retrasada, liguei até para o Deputado Lazinho sobre a questão dos bezerras. A pauta do gado, que baixou até a pauta do boi, da vaca, em torno de 40% e do bezerro só baixou 10%. Então, como a gente está dentro daqui, participa do grupo, do Grito

da Pecuária, onde os produtores têm a oportunidade de fazer suas observações, até parabenizar o Hélio Dia, que é o Presidente da Federação junto com o Adélio que é o Presidente da APRO, pela briga, por também insistir, pedindo, reivindicando para melhorar as melhorias do setor. Mas eu gostaria, eu falei para o Secretário de Fazenda, e pedi até que fosse feito o levantamento no Idaron para provar que hoje ainda precisa continuar com a pauta do bezerro mais baixa. Eu queria que a mesma, baixou 40% o boi e a vaca gorda, baixasse também o bezerro. Porque tem ainda muito bezerro no Estado de Rondônia, e os compradores fugiram com a alta da pauta, tem muita gente que tem bezerro para vender e hoje o pequeno agricultor é que precisa vender o seu bezerro. É hoje um mercado que alimenta os pequenos produtores. O pequeno agricultor não engorda boi. O pequeno agricultor vende bezerro, Deputado. Então eu acho que nós temos que valorizar um pouco o bezerro. Nós precisamos que a pauta volte, pelo menos dê aquele desconto que foi dado ao boi, também ao bezerro, para poder aumentar o comércio. Naquela fase que baixou a pauta houve uma comercialização, houve melhoria na questão do bezerro e agora esfriou, sumiram os compradores. Então, vários amigos meus, inclusive, nesse Grito da Pecuária, que foi criado na época da CPI, que hoje está nas redes sociais, todo mundo tem se posicionado e reclamado porque a pauta do bezerro baixou muito pouco. Então deixar, embora o Secretário de Fazenda pedisse para o Idaron fazer esse levantamento e, nós, olhando aqui o levantamento, junto com o Deputado Lazinho, nós vimos que hoje tem muito bezerro ainda acumulado em Rondônia. Pelo pasto que tem em Rondônia, pela capacidade que tem os frigoríficos aqui em Rondônia tem bezerro demais e se sair um pouco, não faz falta não. É um dinheiro que entra no Estado de Rondônia é um dinheiro que entra no bolso do pequeno agricultor e eu acho que só ajuda Rondônia. Nós temos que movimentar e para movimentar precisa ter comércio e o bezerro então, a meu ver, teria que ter dado, baixar mais ainda a pauta. Embora tenha baixado um pouco, mas teria que baixar mais um pouco para que esteja, comercialize, apareça mais os compradores para poder valorizar mais o produto do pequeno agricultor, que é o bezerro. Obrigado.

(Às 17 horas o senhor Marcelino Tenório passa a Presidência ao senhor Léo Moraes)

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer a presença nas Comunicações, do Deputado Adelino Follador, e já passamos a palavra para o Deputado Marcelino Tenório. Vossa Excelência tem o prazo de 20 minutos.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Senhor Presidente, senhores Deputados, imprensa, pessoas que visitam aqui, nas galerias desta Casa. Eu quero aqui, senhores, trazer a esta tribuna aqui, um acontecimento, mas acontecimento de alegria, da 12ª Agri Show Norte, no município de Ouro Preto do Oeste, que foi realizada de quarta-feira a domingo, 03 a 07 deste mês. Eu quero aqui, de antemão, parabenizar toda a equipe de trabalho, da Diretoria e toda sua equipe, na pessoa do pecuarista José Araújo, que encarou o desafio de trabalhar naquele Parque de Exposição e fazer uma belíssima exposição agropecuária. Agradecer também a toda população dos muni-

cípios circunvizinhos, como é o município de Ji-Paraná, município de Urupá, Teixeiraópolis, Mirante da Serra, Nova União, Vale do Paraíso, Theobroma, Jarú, Jorge Teixeira, Nova União e Mirante da Serra, por ter participado da feira agropecuária no município de Ouro Preto do Oeste. Nós sabemos que hoje as exposições agropecuárias cada vez mais elas estão se reduzindo; é o caso do município de Pimenta Bueno, que sempre fazia uma Exposição em nível do que é o Estado de Rondônia, com a sua capacidade, tamanho da agropecuária do nosso Estado. Mas, por deficiências financeiras e falta de envolvimento do poder público, tanto do município, quando do Estado e do Governo Federal, ela parou de existir e agora, neste ano de 2016, também o município de Jarú, deixou também de fazer a sua Exposição Agropecuária, por falta também de parceria, com esses três entes da Federação. Hoje, os Parques de Exposição não estão mais aguentando fazer Exposição Agropecuária para divulgar o que o Estado tem de melhor para o nosso País. Ji-Paraná por exemplo, houve o leilão dos animais de elite, e é visto em nível nacional e em nível internacional, mas o Governo do Estado, nem o poder municipal, nem o Governo Federal, podem colocar um recurso lá dentro. Ninguém está aqui solicitando um milhão, dois milhões de reais para uma exposição, mas que pelo menos os recursos que sejam provenientes para você fazer a parte do agronegócio, eles terão que existir, porque senão o ano que vem haverá sim, haverá rodeios nas exposições, não mais Exposição Agropecuária, porque nosso município lá em Ouro Preto do Oeste, por três anos consecutivos faz esta parte que o Governo do Estado poderia fazer, faz esta parte que a Prefeitura poderia ajudar a fazer e faz esta parte que o Governo Federal poderia fazer também. O concurso leiteiro é pago com os recursos da Associação. Toda a parte do agronegócio do Estado está ali presente, está lá a CEPLAC, está lá a EMBRAPA, está lá a EMATER, está lá o IDARON, está o Ministério da Agricultura, está o Ministério da Pesca, mas aí a população não pode carregar isto nas costas. Então, temos que rever junto à Secretaria de Estado da Agricultura de nosso Estado, Deputado Airtón Gurgacz, para que se resolva, encontre uma saída para que pelo menos o Estado participe através da SEAGRI, da EMATER, pelo menos no que se refere ao agronegócio dessas exposições, porque falam que se for recurso do Governo do Estado, tem que ser portões abertos. Mas você não pode abrir portões, deixar portões abertos para uma exposição Deputado Lebrão, que ela custa um milhão de reais, onde o Estado poderá contribuir com cem mil reais, você não pode fazer totalmente portões abertos. Lá em Ouro Preto nós fizemos três dias de portões, são cinco, só houve ingressos cobrados na sexta e no sábado, já foram três dias de portões abertos. Isso devemos rever, juntar nós aqui da Assembleia Legislativa através do nosso Presidente Maurão de Carvalho, sentar com os Poderes do Estado, Tribunal de Contas e Ministério Público e encontrar uma saída para esta situação, porque senão, ano que vem só haverá rodeio no Estado de Rondônia e aí o agronegócio desaparece. As palestras sobre o café desaparecem. O concurso leiteiro como lá no município de Ouro Preto do Oeste, um bom exemplo, Ji-Paraná, quem ganhou todos os prêmios do concurso leiteiro, da novilha, de novilha, foi o município do Vale do Paraíso. Você imaginou, em Ji-Paraná, quem ganhou todos os prêmios do concurso leiteiro em novilhas em Ji-Paraná, foi o município do Vale do Paraíso, um

município desse tamanho, mas ele tem esta capacidade de trabalhar e tentar produzir mais. Nós estávamos falando aqui agora que a produção do leite caiu, caiu simplesmente pessoal, seiscentos mil litros/dia. É na exposição onde passa, como lá em Ouro Preto do Oeste, passou mais de cinquenta mil pessoas naquele parque, ali onde tem animais de primeira cria, novilha de primeira cria como foi feito o concurso lá em Ouro Preto do Oeste que teve a capacidade de produção de trinta e seis quilos em duas ordenhas, e aí aquele produtor que às vezes produz quatro quilos no seu animal e se sente até envergonhado de dizer que é produtor de leite, aí ele passa a ter esta capacidade de investimento, mas é nas exposições agropecuárias que isso existe. Essa falha do Estado está existindo, tem que se encontrar uma saída, um meio de pelo menos nas Exposições Agropecuárias que a parte agropecuária mesmo, o Estado, ele que tome conta, porque as Associações não têm como tomar conta, ela já toma conta de tudo. Hoje não pode ter mais policiamento dentro das exposições, a segurança é feita pela entidade que representa. O poder público não pode mais ajudar em nada lá dentro, então para que existir exposição? Você vai ser burro de carga para os outros? Então o Estado tem que rever. Eu acho que está na hora do nosso Presidente aqui da Assembleia Legislativa, Deputado Maurão de Carvalho, sentar com os Poderes constituídos deste Estado e tomar uma direção porque senão vai acabar as nossas exposições. E qual é o maior orgulho nosso de nosso Estado? Nós não temos o São João que tem no Nordeste e vou dar um exemplo só para vocês, eu sei que é para todo mundo. A cidade onde eu nasci nesse último São João que houve, gastou-se mais de um milhão de reais em quatro dias de festas, é para todo mundo, mas é o folclore que tem na região, é como o carnaval no Rio de Janeiro, na Bahia, em certas partes do País, aqui em Manaus os bois Caprichoso e Garantido. E qual o nosso maior orgulho de Rondônia? É a nossa pecuária, é o braço mais forte que tem e o Governo sair de dentro dela isso não existe, por isso que está acontecendo tudo isso com o nosso Estado, como eu falei aqui fazendo um aparte ao Deputado Adelino Follador, quando o Governo do nosso Estado nos manda um Projeto para aumento de impostos, você pode ficar ciente, seja quanto for do seu bolso está saindo um pouquinho, do bolso do vizinho e de todo mundo, mas se nós investirmos no lugar certo com eficiência nós vamos ter mais recurso financeiro e vamos gerar muito mais emprego para o nosso Estado de Rondônia. Então para nós, fica aqui, essa indignação das exposições agropecuárias que faz essa parte para o Estado de Rondônia não ter, não poder receber recurso Deputado Lazinho da Fetagro, dos órgãos federativos, dos municípios, do Governo do Estado e também da União. Então fica aqui, as minhas reivindicações para que nós encontremos uma saída para esse problema que está a cada vez mais afligindo aos nossos grandes parques de exposição. Na sua cidade Deputado Lazinho o Programa Balde Cheio que era trabalhando em conjunto com a EMATER naquele município parou de existir, não existe mais, porque não tem essa convivência das partes que querem o bem para o Estado de Rondônia. Então precisamos encontrar uma saída. Por isso eu peço mais uma vez ao nosso Presidente Maurão de Carvalho que interceda nessa dinâmica para que os parques de exposição possam pelo menos receber aquilo que é investido no agronegócio dentro das exposições. Muito obrigado senhor Presidente, essas são as minhas palavras.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado Deputado Marcelino Tenório e passamos a Ordem do Dia, já que está encerrada as Comunicações de Lideranças.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das Proposições recebidas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Solicito da minha Assessoria Técnica que me envie as Proposições.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Requer à Mesa nos termos regimentais, seja retirado de tramitação o Projeto de Lei nº 302/16 de autoria do Poder Executivo que, altera a redação dos Incisos I, II e IV do § 1º e do § 2º da Lei 982 de 16 de junho de 2001, que dispõe sobre a Defesa Sanitária Animal no Estado de Rondônia e revoga a Lei nº 886 de 21 de março de 2000 e a Lei 969 de 25.01.2001.

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DA MESA DIRETORA. Altera a Tabela 5, Anexo I, da Lei Complementar nº 730, de 30 de setembro de 2013.

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DA MESA DIRETORA. Dá nova redação ao § Único do artigo 16 da Lei Complementar nº 785, de 9 de julho de 2014, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da Assembleia Legislativa.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Que dispõe sobre a suspensão da interrupção de fornecimento de energia elétrica a consumidores desempregados, idosos ou portadores de deficiência física e dá outras providências.

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA. Regulamenta a concessão de licença-paternidade aos membros e servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer aprovação de Voto de Repúdio ao Presidente da Câmara Federal e ao Deputado Federal Rodrigo Felinto Ibarra Epitácio Maia (DEM), pelo impedimento de cidadãos civis, bem como autoridades de todo o Brasil, a terem acesso as galerias para assistir as Sessões Deliberativas ocorridas na Câmara Federal, em Brasília.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora, que solicite ao Ministério Público do Estado de Rondônia, informações quanto a possíveis Ações Judiciais, referente ao Projeto Básico Complementar Alternativo, do aumento da cota de elevação do nível d'água da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, bem como se existe alguma liminar da Justiça Estadual e Federal sobre esta questão.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora, o cancelamento da Sessão Solene que seria realizada no dia 18 de agosto de 2016, às 09:00 horas no plenário desta Casa de Leis, para entrega de Título Honorífico, Medalha de Honra ao Mérito e Medalha do Mérito Legislativo.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa a realização de Sessão Solene no plenário desta Casa de Leis, no dia 18 de agosto, às 09:00 horas, para entrega de Votos de Louvor para Civis e Policiais Militares que colaboram com o desenvolvimento do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Voto de Louvor, para os 16 (dezesesseis) Policiais Militares 1ª Companhia Independente de Policiamento de Trânsito do

Estado de Rondônia, pelo reconhecimento no labor operacional e administrativo em suas carreiras.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Voto de Louvor, para os 20 (vinte) Policiais Militares do 1º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Rondônia pelo reconhecimento no labor operacional administrativo em suas carreiras.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Requer informações sobre a Transferência de alunos da Escola Samaritana para a Escola Padre Moretti, município de Porto Velho.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer a realização de Audiência Pública para o dia 18 de agosto de 2016, às 15:00 horas, para discutir e analisar "Regularização Fundiária do bairro Aparecida".

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Requer à Mesa Diretora que seja solicitado do Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópia a Secretaria Estadual de Saúde – SESAU, pedido de providências quanto a situação da saúde que passa o senhor José Carlos Pereira Fortunato, que se encontra internado na UTI do Hospital São Lucas, na cidade de Vitória/ES.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO EDSON MARTINS. Indica ao Governo do Estado de Rondônia que por meio do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia, conclua a pavimentação asfáltica da Rodovia 473 que liga o município de Urupá a Alvorada d'Oeste, ambos no Estado de Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO EDSON MARTINS. Indica ao Poder Executivo, a necessidade de subsidiar aos produtores rurais do Estado de Rondônia, que exercem atividade vinculada a agropecuária a totalidade das despesas de Energia Elétrica compreendida no período noturno (21h:30min às 06h:00min) que forem utilizadas para irrigação.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO EDSON MARTINS. Indica ao Governo do Estado de Rondônia que por meio do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes, o DER, da necessidade de Patrolamento e Cascalhamento, bem como a recuperação das Pontes e tráfego, ambos na Linha 101 que dá acesso ao Distrito de União Bandeirantes, município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON da necessidade de defesa do patrimônio público do Estado de Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Indica ao Secretário da SEAGRI e ao Senhor Governador do Estado, a necessidade de construir frigoríficos de peixes para atender ao Estado.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua José Osmar, bairro Igarapé em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Panteon, bairro Igarapé em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Fábria, bairro Igarapé em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Chirleane, bairro Igarapé em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Maria de Lourdes, bairro Igarapé em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Santo Ângelo, bairro Igarapé em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Santo Amaro, bairro Igarapé em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Pablo Picasso, bairro Igarapé em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Inglaterra, bairro Igarapé em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Vera, bairro Igarapé em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Ana Nery, bairro Igarapé em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Alba, bairro Igarapé em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua José Fona, bairro Igarapé em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Wilman Maia, bairro Igarapé em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Bom Jardim, bairro Igarapé em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Neuza, bairro Igarapé em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Quatro Ilhas, bairro Aponiã em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Caetano Donizete, bairro Aponiã em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Bidu Saião, bairro Aponiã em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Eurico Caruso, bairro Aponiã em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Gregório Alegre, bairro Aponiã em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Pedro Albeniz, bairro Aponiã em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Antônio Maria Valença, bairro Aponiã em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Clara Nunes, bairro Aponiã em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Telma Regina, bairro Aponiã em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Consagração, bairro Aponiã em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Camburiu, bairro Aponiã em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Joaquina, bairro Aponiã em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Cantogrande, bairro Aponiã em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Andréia, bairro Aponiã em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Ouro Preto, bairro Aponiã em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Nunes Machado, bairro Aponiã em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua do Ouro, bairro Aponiã em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Professor Gilberto, bairro Aponiã em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Antônio Violão, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Tainá, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Lúcia Carvalho, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Rosana, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Marinete, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Itamarati, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Verônica, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Geraldo Bruno, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Beatriz, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Castilho, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Pacaembu, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Wilton Guedes, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Tarcila do Amaral, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Dejanira, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Lígia Claro, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Ibrahim Sued, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Rita Ibanez, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Madre Tereza, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Orlando Teruz, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Sara Ibanez, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Cazuza, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Dona Airan, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Rodolfo Moedo, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Leon da Costa, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Ivan Serpa, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Joventina Barros, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Mestre Valentim, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Edgar Graefe, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Joaquim Brito, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Cosmos, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Vicente Monteiro, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Vitor Brecheret, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Airton Senna, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua A. Cardoso (antiga Trizidela), bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Francisco Barros, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Michele, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Lages, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Gregório Matos, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Antônio Gomides, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Alberto Guignard, bairro Teixeira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Rino Levy, bairro Teixeira em Porto Velho.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Requer à Mesa na forma regimental Voto de Louvor a Associação Beneficente Casa da União em Ji-Paraná.

Lidas as matérias Senhor Presidente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Queria dentro dos termos regimentais fazer verificação de quórum da nossa Sessão por gentileza.

VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM

- Deputado Adelino Follador	- presente
- Deputado Aécio da TV	- presente
- Deputado Airton Gurgacz	- presente
- Deputado Alex Redano	- presente
- Deputado Cleiton Roque	- presente
- Deputado Dr. Neidson	- presente
- Deputado Edson Martins	- presente
- Deputado Ezequiel Júnior	- presente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- presente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- presente
- Deputado Laerte Gomes	- presente
- Deputado Lázinho da Fetagro	- presente

- Deputado Lebrão	- presente
- Deputado Leo Moraes	- presente
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- presente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- presente
- Deputado Ribamar Araújo	- presente
- Deputada Rosangela Donadon	- presente
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- ausente

Havendo quórum, solicito ao senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer a realização de Audiência Pública para o dia 18 de agosto de 2016, às 15:00 horas, para discutir e analisar Regularização Fundiária do Bairro Aparecida.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Léo Moraes. Que requer a realização de Audiência Pública para o dia 18 de agosto de 2016, às 15:00 horas, para discutir e analisar Regularização Fundiária do Bairro Aparecida.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Requer à Mesa na forma Regimental, Voto de Louvor a Associação Beneficente Casa da União de Ji-Paraná.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Ailton Gurgacz, que concede Voto de Louvor a Associação Beneficente Casa da União no município de Ji-Paraná. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontra e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI. Requer Voto de Repúdio ao Presidente da Câmara Federal e ao Deputado Federal Rodrigo Felinto Ibarra Epitácio Maia (DEM), pelo impedimento de cidadãos civis, bem como autoridades de todo Brasil, a terem acesso as galerias para assistir as Sessões Deliberativas ocorridas na Câmara Federal, em Brasília.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Jesuíno Boabaid, em relação ao Voto de Repúdio. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI. Requer à Mesa Diretora o Cancelamento da Sessão Solene, que seria realizada no dia 18 de agosto de 2016, às 09:00 horas, no Plenário desta Casa de Leis, para entrega de Título Honorífico, Medalha de Honra ao Mérito e Medalha do Mérito Legislativo.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Jesuíno Boabaid, que requer o Cancelamento da Sessão Solene. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI. Requer à Mesa Diretora a realização de Sessão Solene no Plenário desta Casa de Leis, no dia 18 de agosto de 2016, às 9:00 horas, para entrega de Voto de Louvor para civis e Policiais Militares que colaboram com o desenvolvimento do Estado de Rondônia.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Jesuíno Boabaid, que requer Sessão Solene para entrega de Voto de Louvor para civis e Policiais Militares. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI. Requer Voto de Louvor, para os 16 (dezesesseis) Policiais Militares da 1ª Companhia Independente de Policiamento de Trânsito do Estado de Rondônia, pelo Reconhecimento no labor operacional e administrativo em suas carreiras.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Jesuíno Boabaid, de Voto de Louvor para 16 (dezesesseis) policiais militares. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI. Requer Voto de Louvor, para os 20 (vinte) Policiais Militares do 1º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Rondônia, pelo Reconhecimento no labor operacional e administrativo em suas carreiras.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Jesuíno Boabaid, que concede mais 20 (vinte) Votos de Louvor aos Policiais Militares do 1º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Rondônia. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – VETO TOTAL Nº 055/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 099. Veto Total ao Projeto de Lei nº 343/16, de autoria da Deputada Glaucione que “Dispõe sobre a coleta de sangue do cordão umbilical nos hospitais obstétricos do SUS no Estado, para dosagem de mercúrio”.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Bem. Esse Veto está vencido, não tem Parecer pela Comissão de Constituição e Justiça. E gostaria de designar como membro da Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Laerte Gomes para fazer o Relatório na tribuna da nossa Assembleia.

O SR. LAERTE GOMES – Gostaria que Vossa Excelência designasse outro relator.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Na condição de liderança nós entendemos, acatamos e já designamos o Deputado Adelino Follador como relator do referido Projeto como membro da Comissão de Constituição e Justiça.

Registrar a presença do Excelentíssimo Senhor Vereador Genésio Mateus, da Câmara Municipal de Espigão d'Oeste. Vereador seja bem-vindo. Nascido em Jacinto Machado, em Santa Catarina.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Veto Total nº055/16 do Poder Executivo/Mensagem 099.Veto Total do Projeto de Lei nº343/16, de autoria da Deputada Glaucione que “Dispõe sobre a coleta de sangue do cordão umbilical nos hospitais obstétricos do SUS no Estado, para dosagem de Mercúrio”.

Por se tratar de uma matéria, nós somos de Parecer. O Governo está alegando Veto Total, mas eu acho que se trata de um assunto muito importante. Então eu acho... O meu Parecer é para a derrubada do Veto, senhor Presidente, pelas Comissões Pertinentes. Fica de cada deputado analisar, o questionamento do Governo é por ter despesa, mas eu creio que a estrutura já tendo, eu não acho que isso não é despesa. Isso é um projeto interessante, e nós somos pela Rejeição do Veto.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Em discussão o Parecer do Deputado Adelino Follador.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Em discussão, Presidente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Em discussão o Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, eu gostaria que de forma Regimental o Projeto de Lei fosse lido a motivação que deixasse aqui para todos os membros desta Casa, que o Procurador ele trouxe aí essas questões da inconstitucionalidade. Então eu queria que fosse colocada aí essa questão porque se é vício material, se é vício formal, era essa questão. Até para a gente ter todos os nobres Pares aqui ter ciência da rejeição ou pela manutenção do Veto.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Deputado, de forma muito clara a Procuradoria se manifesta contrária ao Projeto porque argui que é vício de iniciativa, é um vício formal de competência privativa ao Poder Executivo.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Mas o apontamento?

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Aqui na verdade tem inclusive o posicionamento, Jurisprudência do STF, que foi apensado na defesa que diz respeito a uma ADIN de Lei Complementar 109, de 23 de junho de 2005, no Estado do Paraná, um ato de iniciativa Parlamentar que determinou o prazo para a propositura de ação regressiva pela Procuradoria Geral do Estado, contra agente público que deu causa a condenação do Estado segundo decisão Judicial definitiva e reformada. Então

basicamente é vício de iniciativa, competência oriunda do Poder Executivo.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Só, eu peço ao Presidente, até para que seja invertida esta matéria, eu queria fazer Vista para outro Veto.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Desculpa, desculpa.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Coloque em inversão de Pauta essa questão de discutir...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Gostaria de saber se a autora aí, a Deputada Glaucione, estivesse aí para fazer a defesa.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Inverte só a Pauta, coloca o outro Veto para discussão enquanto a gente no final vota. São três Vetos que nós estamos debatendo, é isso? Quatro Vetos, então a gente inverte. Pode ser?

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Mas na verdade Excelência são todos Vetos que serão tratados aqui.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, é só para a gente fazer uma arrazoada, até para ver aqui e dar uma...poderia ser?

O SR. LAERTE GOMES – Presidente se houver a legalidade de fazer inversão de pauta é sem problema nenhum, a gente vota o último Veto esse aí, até porque a nobre colega deputada não está presente.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Em respeito a ela também.

O SR. LAERTE GOMES – Para a gente analisar melhor.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Os deputados...

O SR. LAERTE GOMES – Eu gostaria até que encaminhasse o Projeto para o Deputado Jesuíno para ele vai dar uma olhada.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Os deputados presentes concordam com a inversão da pauta, permaneçam como estão. Aprovado. E já encaminhamos o Projeto para o Deputado Jesuíno Boabaid para a sua sucinta análise neste Plenário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - VETO PARCIAL Nº 021/16 PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 100. Veto Parcial ao Projeto de Lei 184/15, de autoria do Deputado Aécio da TV que “Dispõe sobre os males causados pelo alcoolismo em locais visíveis de todos os pontos de vendas de bebidas alcoólicas no Estado de Rondônia”.

O SR. AÉLCIO DA TV - Questão de Ordem, deputado. Esse está com parecer já? Não, né?

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Está sem, vamos submeter ao parecer para depois a apreciação e a discussão dos deputados. Gostaria de passar a relatoria deste projeto ao eminente Deputado Jesuíno Boabaid, como membro da Comissão de Justiça.

O SR. JESUÍNO BOABAIID - Sr. Presidente, trata-se do Veto Parcial 021/2016 o qual dispõe sobre Veto Parcial ao Projeto de Lei 184/15 de autoria do Deputado Aécio da TV que dispõe sobre os males causados pelo alcoolismo em locais visíveis de todos os pontos de vendas de bebidas alcoólicas no Estado de Rondônia.

Como o Governador, bem a sua Procuradoria fez um apontamento apenas nos dispositivos que, a análise também foi feita pela Comissão de Constituição e Justiça que realmente é inconstitucional, nós somos de parecer favorável pela manutenção do veto do Governo do Estado de Rondônia. É assim que nós votamos, manutenção.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Pela manutenção do veto o parecer do Deputado Jesuíno Boabaid. Em discussão o parecer do Deputado Jesuíno Boabaid, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado.

O SR. AÉLCIO DA TV - Para discutir o projeto, Sr. Presidente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Em discussão, deputado.

O SR. AÉLCIO DA TV - Eu queria só fazer um pequeno relato, esse projeto nós propomos e existe essa lei em alguns Estados brasileiros como Amapá, São Paulo, e que faz um trabalho de conscientização à população dos males causados pelo alcoolismo. Todos sabemos que o álcool é a droga que mais mata no mundo por causa de tudo que envolve o alcoolismo, não é só a cirrose, mas a violência doméstica, a violência da sociedade, principalmente no trânsito, enfim então o álcool causa muitos males a sociedade, o alcoolismo, ingerir bebida alcoólica e nós sabemos que, assim como aconteceu no Brasil há 50 anos e que 70% da população era fumante e graças ao trabalho de conscientização dos males que o fumo provoca à saúde, à sociedade, hoje menos de 13% da população brasileira é fumante. Então o objetivo não é proibir a venda de bebida alcoólica, pelo contrário, o objetivo é conscientizar dos males, dos perigos que o álcool traz para a sociedade. Então como nós recebemos uma emenda da Deputada Rosângela e nessa emenda ela pedia para colocar fotos e foi vetada somente essa parte das fotos, porque aí o estabelecimento fica responsável por isso e por causa disso o Governo, a Procuradoria achou que ficava inconstitucional, mas a lei vai permanecer, os dizeres, a plaquinha no local de venda de bebida alcoólica vai permanecer. Então eu acho que o objetivo principal que é o trabalho de conscientização a lei atende e por isso eu queria pedir o voto de todos os deputados, que a gente mantivesse o veto, votasse a favor do veto para não prejudicar o projeto.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON - Presidente, eu não vejo que, não vai onerar em nada, não vai ter acréscimo porque essas fotos podem ficar disponível na internet, cada comerciante vai fazer a impressão da sua. Então eu não vejo que vai onerar em nada o Estado e sim vai ajudar.

O SR. AÉLCIO DA TV - Para não prejudicar o projeto, porque corre o risco de entrar com uma ADIN no futuro, eu gostaria que mantivesse o veto, porque a íntegra do projeto vai ser

mantido, apenas com essa pequena alteração que foi feita no projeto que era a necessidade de colocar fotos de acidentes, de colocar fotos dos males, como é feito com a carteira de cigarros. Então, o objetivo foi muito, o objetivo da colocação das fotos por parte da Deputada Rosângela Donadon era extremamente importante no Projeto. Mas como eles vetaram somente esse item e a essência do projeto, que é a placa dizendo dos males foi mantido. Então por isso que eu estou pedindo para manter o Veto, para não atrapalhar o projeto.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Já está em votação. E o pedido de manutenção do Veto Parcial pelo autor, Deputado Aécio da TV.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputada Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- não
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputada Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lázinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- sim
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só na Bença	- ausente

Veto mantido com 15 votos favoráveis e 01 contrário, total de 16 votos. Vai ao Expediente.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu só quero que mude meu voto. Vou votar conforme a liderança. Votar 'não'.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – É 'sim'. Já está correto, Deputado.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – VETO TOTAL Nº 054/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 098. Veto Total ao Projeto de Lei nº 396/16, de autoria do Deputado Airton Gurgacz que "Isenta do pagamento de taxas a emissão da segunda via de documentos danificados ou extraviados por ocorrência de catástrofe da natureza e dá outras providências".

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Esse projeto de autoria do Deputado Airton Gurgacz, que isenta do pagamento de

taxas a emissão da segunda via de documentos, já possui, foi vetado integralmente pelo Executivo e mantido o Veto pela Comissão de Constituição e Justiça. E nós colocaremos em discussão. Alguém que queira discutir. Deputado Airton.

O SR. AIRTON GURGACZ – Eu queria discutir o projeto. Nós aprovamos aqui nesta Casa, eu queria pedir aos companheiros, porque esse Veto trata-se, esse projeto, de quando houver um incêndio em alguma residência, em alguma casa, que o cidadão vai perder a casa, vai perder os móveis, perde suas roupas, perde tudo, são poucos problemas que tem por ano em nosso Estado pela questão do incêndio. Então, por isso nós aprovamos aqui e eu queria pedir aos meus companheiros para que a gente derrubasse esse Veto do governo, que eu tenho certeza, eu não sei quantas casas ou residências se queimam e se pega fogo durante o ano. Eu acho, eu não sei se chega a 10, 15, mas isso não causaria grandes problemas ao governo a não cobrar a segunda via desses documentos das pessoas que já perderam tudo. Quer dizer, o cara já perdeu o imóvel, perdeu roupa, perdeu móveis, perdeu tudo, e ainda precisa tirar um documento tem que pagar. E eu peço aos meus companheiros para que faça a derrubada do Veto, como nós aprovamos. Assim eu peço e fico agradecido se todos puderem me acompanhar. Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Projeto... Em discussão. Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, o projeto do Deputado Airton, isenta o pagamento das taxas de emissão de segunda via de documentos danificados por ocorrência de catástrofe da natureza e dá outras providências. Ele apenas, o Deputado, na sua essência, vou dizer aqui o artigo 1º - Isenta a cobrança da taxa de confecção de segunda via de documentos que tenham sido danificados ou que tenham sido extraviados por ocorrência de catástrofe da natureza, cuja emissão seja atribuída por órgão ou ente público estadual, a seguir enumerado: carteira de identidade, certidão de nascimento, certidão de casamento, carteira nacional de habilitação, certificação de registro, licenciamento de veículos, e outros afins, cuja emissão seja competência do Estado. Essa matéria, o olhar jurídico, sempre a Procuradoria traz uma série de decisões, de ADINs e nós sabemos, ele pega a ementa, coloca lá, exemplo, o julgado, mas quando você vai analisar de forma profunda, nada tem a ver com a discussão que hoje nós estamos debatendo. E o porquê que eu digo isso? É a questão de uma casa que foi incendiada, é a questão da enchente de 2014, que o Estado fez o compromisso com aquelas pessoas, por um certo lapso de tempo em buscar garantir alguns direitos. Então nada impede, na nossa visão, porque isso é um caso que vai ocorrer de forma atípica, é um incêndio, não é todo dia que tem incêndio em imóvel, não é todo dia que tem uma questão de uma enchente como ocorreu. Então, na minha visão, na nossa concepção constitucional, o que foi colocado, os argumentos que foram elencados pela Procuradoria do Estado não trazem de forma igualitária ao seu projeto, a nossa defesa. Então, é por isso que eu peço aos nobres pares, eu acompanho o seu entendimento em derrubar o Veto. E aí, se caso haja o entendimento por parte da Procuradoria, o Governo entrar com a ADIN, aí quem vai ter a decisão final é o STF.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Em discussão, o Deputado Laerte, líder do Governo.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, a matéria do nobre colega, o Deputado Airton, eu não tenho, nós não temos problema nenhum em liberar a bancada do Governo para votar, para derrubar o veto, eu só acho Senhor Presidente, como já foi dito aqui, esta sugestão conversando hoje com alguns deputados, que nós teríamos, que os vetos que chegasse do Governo aqui a esta Casa, a Mesa deveria encaminhar ao jurídico desta Casa, ao departamento jurídico para analisar o Parecer jurídico e por que a PGE levou ao Governador ao veto, ao veto do Projeto. Eu acho que seria interessante nós usarmos a estrutura jurídica da Casa, para termos um Parecer nosso aqui da Casa, se é constitucional ou não. Porque às vezes Deputado Hermínio, a matéria é constitucional Deputado Lebrão, e vem inconstitucional, porque senão a gente fica aqui aprovando as matérias inconstitucionais, e esta Casa fica, fica passando vergonha, fica sem crédito, sem crédito nenhum. Não é o caso do seu Projeto Deputado Airton, eu estou falando aqui no marco geral, eu acho que esta Casa, a assessoria jurídica da Casa, a Procuradoria Geral da Assembleia, Deputado Lebrão, Vossa Excelência como primeiro Secretário, quando vir os vetos, o senhor deveria pegar, analisar, avaliar, para poder dar um Parecer como mais consistência para nós Parlamentares poder estar aqui votando, para que esta Casa não fique desmoralizada votando matérias inconstitucionais. A nobre matéria do Deputado Airton, eu entendo que eu particularmente vou acompanhar aqui o Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Senhor Deputado Jesuíno, ainda em discussão? É só para dar um...

O SR. JESUÍNO BOABAID – A Assembleia Legislativa tem diversas ADINs tramitando no Tribunal de Justiça, e o que eu vejo, acompanho que eu gosto muito de acompanhar essas ações, e na sua maioria Deputado Hermínio, a nossa Procuradoria não tem manuseado os recursos pertinentes para que haja uma discussão no Supremo Tribunal Federal, e o Supremo Tribunal Federal vem sim se posicionando, tem um posicionamento em algumas ações, em algumas leis, diferenciadas. Então, tem que haver, a Procuradoria desta Casa deve sim se debruçar em buscar, auxiliar também. Nós iremos fazer agora, quando um projeto do Governo aportar nesta Casa, que haja um indicativo de inconstitucionalidade, nós temos que buscar também o entendimento desta Casa, desta Procuradoria. Se caso a Procuradoria venha com o entendimento: é realmente buscamos em todos os lugares, o STF tem esse posicionamento; a gente não vai fazer uma Lei também que é inconstitucional para depois ter o vexame de uma Lei que não vai ter e não vai surtir a sua devida eficácia e poderá também no futuro ser derrubada através de uma ação.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Deputado Hermínio, em discussão.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente é o seguinte: todos os projetos, todos os projetos apresentados por Deputados e aprovados aqui neste Plenário, quando tem alguma utilidade para

o povo, todos o Governo veta, todos. Se ele não veta, são aqueles projetos que não tem futuro nenhum, e aprova porque no governo ele não vai fazer diferença porque ele não tem valor nenhum. Têm muitos projetos, eu já vi projetos que falam; que obrigam o Estado a cuidar de doentes. A cuidar de tal doença, por exemplo, aí já é obrigado, a obrigação dele é cuidar de tudo, qualquer tipo de doença, qualquer tipo de problema do cidadão, não precisa de Lei específica para isso. Mas, todos os projetos que são pouco polêmicos, que trazem resultado para o povo, que é apresentado por Deputado, essa Procuradoria do Estado não tem o mínimo de respeito por esta Assembleia e veta todos e veta todos. E aqui meu amigo Deputado Airton, companheiro Deputado Airton e todos os Deputados, todos os bons projetos dos Deputados aqui Adelino, que o Governo veta, nós temos derrubado o veto. Nesta hora aqui nós temos que votar em favor do projeto dos companheiros aqui. Não tem negócio de líder vir aqui para liberar não, não tem esse negócio não líder. Aqui nós não podemos desmoralizar a nós mesmo, porque este projeto aqui, não é porque um cabra lá, um procurador que às vezes nem olha os nossos projetos direito deputado Airton, veta, que nós vamos chegar e dizer então que eles estão certos e nós estamos errados. Eu quero saber que crime tem neste projeto, qual é a inconstitucionalidade que tem neste projeto. Eu não vejo nenhuma, e é um projeto sim, importante, e a gente tem que derrubar sim o veto meu líder, é lógico que eu estou brincando com Vossa Excelência, não é porque o seu flamengo está em segundo lugar que Vossa Excelência vem aqui ficar... Porque o flamengo só presta na zona de rebaixamento. Aí Deputado é isso, vamos sempre valorizar nossos companheiros, já que o Governo e a Procuradoria não valorizam, nós defendemos as ideias e as propostas dos nossos companheiros e derrubar este veto, inclusive com o voto do líder, derrubar por unanimidade este veto da Procuradoria do Estado.

O SR. AIRTON GURGAZC – Senhor Presidente, eu acho que até quando nós formos fazer um projeto, e quando for aprovado por unanimidade nesta Casa, se tiver algum problema, que a Procuradoria da Assembleia já nos oriente e não deixe nem que o processo corra aí, para não sofrer um veto, porque senão nos traz problemas e é um problema assim que não acontece diariamente viu Deputado Laerte, a queima de residências, catástrofes aqui é muito difícil acontecer. Houve a enchente em 2014, tudo bem o Governo ajudou, mas a pessoa perde a casa, perde os móveis, perde a roupa, perde tudo, quer dizer, eu não sei se vão ter 10 incêndios no Estado de Rondônia, então é uma coisa tão, é pequena também porque nós aprovamos. Agora, se esta Casa, a procuradoria da Assembleia dizer que esse Projeto não tem consistência, não vamos nem levar para discussão e nem para votação porque essas coisas também causam aí um transtorno nesta Casa com o Governo do Estado de Rondônia. Então, essa é minha colocação, mas mesmo assim, já que eu peço e agradeço também o voto do Deputado Laerte que é líder do Governo que a gente derrube esse veto porque é uma coisa tão insignificante que essas pessoas que perdem tudo ficam numa situação difícil, eu quero que não aconteça com nenhum de nós, nenhum amigo, nenhum conhecido e que não acontecesse com nenhum cidadão de Rondônia. Muito obrigado.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, só no sentido da questão do que o Deputado Hermínio colocou, da questão do Governo vetar qualquer Projeto, Deputado, logicamente, que veta aqueles que a Procuradoria entende que há alguma ilegalidade, logicamente que o Governo não age só porque é de Deputado vai vetar. Não. De forma nenhuma. Aqueles Projetos que entende que é constitucional como muitos foram aprovados nesta Casa não foram vetados, Sr. Presidente. Então, esse Projeto específico que está gerando o debate, e não é o Projeto que está gerando debate, o que nós estamos debatendo aqui é a questão dos Vetos, eu volto a insistir Sr. Presidente, Vossa Excelência na qualidade de Presidente hoje nesta Casa, exercendo aqui nesta Sessão e o Deputado Lebrão, como 1º Secretário, que nós possamos usar a Assessoria Jurídica desta Casa, para quando virem os Vetos eles deem o parecer aqui da Assessoria Jurídica para nós confrontarmos com o parecer da Assessoria Jurídica do Governo da Procuradoria Geral do Estado, Deputado Adelino. A questão, quando vai votar o Projeto nós temos na CCJ Deputado Adelino, já os Procuradores Jurídicos de cada membro da CCJ. Então, logicamente quando o Veto chega aqui eu acho que a Procuradoria Jurídica desta Casa deve, nós não estamos falando do seu Projeto Deputado Airton, que é da maior das boas intenções, o Governo discute a questão da renúncia, se compreende, anistia, mas é uma coisa pequena, eu acho que isso pode ser superado, mas a questão no tramite geral dos Vetos, nos termos Vetos Deputado Lebrão, nós precisamos que a Assessoria Jurídica desta Casa nos oriente na questão dos Vetos.

O SR. LEBRÃO – A Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Laerte, ela é exatamente para isso, é para analisar a constitucionalidade, a veracidade do Projeto, agora eu quero dizer que não preciso nem ir a Assessoria Jurídica, todo o Projeto de Lei que onera qualquer tipo de despesa ele tem Vício de Inconstitucionalidade, todo o Projeto de Lei que vem trazer renúncia de receita também tem Vício de Inconstitucionalidade, ele só pode vir do Executivo, ele não pode ser elaborado pelo Legislativo, portanto, esse Projeto ele é inconstitucional.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu tenho uma discordância Deputado Lebrão. O Tribunal de Justiça, inclusive, eu tenho guardado e vou trazer para esta Casa que é bom essa discussão, que é o momento, não é? A Casa não pode discutir, é por isso que é uma Casa, é um Parlamento. Renúncia de receita é algo que já está efetivado, a questão aqui não é tributação, não está se debatendo discussão de tributação e nem imposto, apenas é uma tarifa, é algo que é uma taxa, é uma taxa. Então não dá para se discutir como falar em renúncia de receita. Renúncia de receita, seria nós aqui, neste exato momento que tem o percentual cobrando o ICMS a gente reduzir. Aí é uma discussão também. Mas como é uma taxa que é cobrado não é uma receita positivada, não é uma receita que vai ser efetivada dentro do nosso orçamento, aquilo não pode constar e o Deputado Cleiton pode falar: “que taxa de cobrança ele é algo positivo. Ela é oscilante, ela é algo que não tem uma segurança financeira. Então, por isso que o Tribunal de Justiça, bem como o STF entende que não é, por isso que eu me debruço essa corrente majoritária em dizer: “que taxa

não é inconstitucional” quando matéria do Parlamento que já pode legislar de forma bem pequena a gente pode sim dispor nessa questão...

O SR. LAERTE GOMES – E só concluindo Presidente, a questão que o Deputado Lebrão colocou muito bem, só concluindo Deputado Lebrão que dos Vetos que nós temos aqui 04, 03 não passou pela CCJ. Então, é nessa hora que a Assessoria Jurídica, mais uma vez eu falo, a Assessoria Jurídica desta Casa quando chegar os Vetos que não tramitar na CCJ eu acho que ela tem por dever analisar o parecer Deputado Adelino e nos orientar para que a gente possa aqui não votar matérias que sejam inconstitucionais.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Encerrando as discussões e só contribuindo com a opinião já formulada pelo Deputado Lebrão, é importante salientar e mencionar que a Procuradoria da Assembleia Legislativa ela diz respeito à defesa da própria Instituição, isto é, uma defesa de demandas judiciais e por conta disso, nós temos, a Comissão de Constituição e Justiça uma Comissão Permanente que deve dentro do seu bojo discutir todas as nuances das matérias específicas e de acordo com a temática abordada.

Já findada as discussões, vamos à votação do referido Projeto.

Eu gostaria de registrar, no íterim, a presença da nossa colega Ingrid que está presente aqui no nosso Plenário, seja muito bem-vinda.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu queria registrar aqui a presença do Hélio, Ex-Prefeito de Costa Marques, no meio nosso. Também o Ailton, Presidente Rondoniense, eu acho que o Governo ainda não cumpriu o compromisso com vocês, não é? É lamentável. Cumpriu? Não cumpriu ainda a Emenda do Espor-te aí, nós temos que voltar a cobrar esse troço, que é uma dívida.

O SR. LAERTE GOMES – Só Deputado, agradecer ao Deputado Ailton, é Presidente do Rondoniense, que tiraram o Ji-Paraná no tapetão, o Genus e foi lá o Rondoniense vingou o Ji-Paraná. Parabéns.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Encerrar os cumprimentos, registrar a presença do Rondoniense Social Clube que está aqui conosco, a Ingrid Gurgel e o seu marido, Itamar ao seu lado também. Sejam bem-vindos. E vamos concluir a votação, vamos abrir a votação. O painel já está disponível para os Deputados.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Aécio da TV	- não
- Deputado Airton Gurgacz	- não
- Deputado Alex Redano	- não

- Deputado Cleiton Roque	- não
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- não
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- não
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazinho da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- não
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- não
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosangela Donadon	- não
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- ausente

14 votos contrários e 01 favorável. O Veto está rejeitado pela maioria dos Deputados.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – VETO TOTAL Nº 053/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 093. Veto Total ao Projeto de Lei nº 328/16, de autoria do Deputado Léo Moraes que “Dispõe sobre horário especial de trabalho dos Agentes Penitenciários e Sócioeducadores, estudantes matriculados em estabelecimento de ensino superior”.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – O Projeto já tem o parecer dentro da Comissão de Constituição e Justiça. Bem, esse projeto é de minha autoria e ele foi defendido dentro da Comissão de Constituição e Justiça pelo Deputado Jesuíno Boabaid, que também propôs uma matéria bem semelhante no que diz respeito aos Policiais Militares do Estado de Rondônia e obteve sucesso, para que os Agentes Penitenciários e Sócioeducadores, tenham oportunidade de estudar, se aperfeiçoar; haja vista que o regime de trabalho dos mesmos foi alterado e nós devemos, logicamente ser dirigentes e precavidos para que os mesmos possam manter os seus estudos em dia e procurar adquirir conhecimento e novos horizontes em suas vidas. Então, eu gostaria de pedir aos nobres Deputados que acompanhem o posicionamento do Deputado Jesuíno Boabaid, para que possamos rejeitar, conforme já está na Comissão de Constituição e Justiça, rejeitar o Veto proposto pelo Executivo. Em discussão. Em discussão, o Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente, é mais um tema até para os nobres Parlamentares, porque que nós estamos discutindo essa questão da constitucionalidade ou não. Trami-tou nesta Casa, uma matéria também do horário especial e na própria Constituição, na Constituição Estadual do nosso Estado, ele diz no artigo 9º: Compete ao Estado legislar sobre forma concorrente, respeitadas as normas gerais da União sobre; Organização efetiva e garantias das Policiais. O artigo 29 também disciplina no seu inciso XI da mesma forma. Inciso XI.

Artigo 29, desculpa Senhores. Artigo 30 – Cabe à Assembleia Legislativa com a sanção do Governo, dispor sobre todas as matérias competentes do Estado, especialmente sobre: artigo 11 – organização e garantia. E a própria Carta maior, a Constituição Federal, ela diz que é um direito do servidor estudar. Então, o Tribunal de Justiça deu uma liminar suspendendo a eficácia. Como houve um acordo por parte do Governo encaminhar o Projeto de Lei, nós tivemos aí um consenso por parte do Estado de Rondônia encaminhar o projeto e houve a perca do objeto na ADIN. Da mesma forma, o Deputado Léo Moraes apresentou, garantindo apenas que os servidores não irão ter benefícios assim, de ter favorecimento, apenas vão cumprir uma escala diferenciada. Se ele estava no período noturno, vai “comprar” pela manhã, vai cumprir pela manhã. Então, é louvável também é discussão que não foi superada ainda no Supremo Tribunal Federal, por isso que nós demos o voto favorável pela rejeição do Veto, por parte do Governo do Estado de Rondônia. Era isso que eu queria explicar, que na própria Constituição Estadual tem essa garantia, tem esses direitos elencados e na Constituição Federal também. Então, é por isso que nós pedimos aos nobres pares aí que digam não, ou seja, pela rejeição. Era isso que eu queria falar.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado Deputado Jesuíno Boabaid.

Em discussão, se não houver mais discussão, em votação. Painel já está aberto para os nobres pares.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Aécio da TV	- não
- Deputado Airton Gurgacz	- não
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Cleiton Roque	- não
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- não
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- não
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- ausente
- Deputado Lazinho da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- não
- Deputado Leo Moraes	- não
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- não
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- não
- Deputada Rosangela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- ausente

Encerrado agora, 14 votos contrários, derrubando o Veto aposto pelo Executivo, rejeitado o Veto. Vai ao Expediente, senhor secretário.

Próxima matéria, senhor secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – VETO TOTAL Nº 055/16/ MENSAGEM 099 DO PODER EXECUTIVO. Veto Total ao Projeto de Lei, nº 343/16, de autoria da Deputada Glaucione, que “Dispõe sobre a coleta de sangue do cordão umbilical nos hospitais obstétricos do SUS no Estado, para dosagem de mercúrio.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Esse Projeto...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu já dei parecer desse Projeto.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Projeto em discussão, Veto Total ao Projeto de Lei nº 343 de autoria da Deputada Glaucione, que dispõe sobre a coleta de sangue do cordão umbilical nos hospitais obstétricos do SUS no Estado. Veto Total nº 055/16

Em discussão o parecer do Deputado Adelino Follador.

O SR. JESUÍNO BOABAID – O senhor foi pela rejeição não foi?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Pela rejeição sendo um Projeto de suma importância, o Hemocentro já tem a estrutura, não tem gasto nenhum, e não sei porque que o Governo está vetando um Projeto tão importante que pode salvar vidas, pode curar muitos. Então, com certeza, somos pela derrubada do Veto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – O artigo 1º diz: que obriga ao Estado fazer a devida coleta para ser analisada a questão do quantitativo de mercúrio que na questão aí o Deputado Dr. Neidson, pode falar na placenta. E também tem um dispositivo lá nos finais que fala sobre as compensações das usinas, que toda questão orçamentária será através de compensações das usinas. Como bem disse o Deputado Adelino Follador, compensação, então, os valores, o aporte, que para mim, eu acredito que é só, eu acho que é uma seringa, extrair essa questão dessa coleta e encaminhar para o órgão competente para avaliar. Então, não vejo, não podemos aceitar que o Estado de Rondônia, o Governo do Estado de Rondônia, venha vetar com argumento que aumentará a despesa, então, dessa forma a gente também acompanha e pede aos pares aí que, não tem, não tem se fosse dotação orçamentária do Estado, aí eu concordo com o Deputado Lebrão, aí sim fere de morte o artigo 40, que cria despesa para o Estado. Então era assim que a gente...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Já tem os profissionais também todos habilitados.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Em discussão e votação o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Vamos agora à votação do Veto, por gentileza o painel já encontra-se aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Aécio da TV	- não
- Deputado Aírton Gurgacz	- não
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Cleiton Roque	- não
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- não
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazinho da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- não
- Deputado Leo Moraes	- não
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- não
- Deputada Rosângela Donadon	- não
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- ausente

O voto não é para rejeição ao Veto, derrubar o Veto aposto pelo Executivo Estadual, e sim logicamente é para manter.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Esse Projeto não é da Deputada Glaucione? É da Deputada Glaucione.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Nós ainda não temos o quórum para derrubada do Veto, nós temos 11 votos para derrubar o veto, faltam mais dois. Pronto. Mais alguém que queira votar? Nós vamos encerrar a votação.

Votação final 14 votos pela derrubada contrários ao Veto a posto pelo Executivo Estadual. Está rejeitado. Vai ao Expediente. Próxima Matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - Encerrada as matérias, senhor Presidente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia passamos às Comunicações Parlamentares. Não há oradores inscritos.

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente sessão, convoco Sessão Extraordinária para em seguida a fim de apreciarmos as seguintes matérias: Projeto de Lei Complementar 106/16 do Poder Executivo; Projeto de Lei Complementar 108/16 do Poder Judiciário; Projeto de Lei 432/16 do Poder Executivo; Projeto de Lei 423/16 do Poder Executivo; Projeto de Lei 440/16 do Poder Judiciário; Projeto de Lei 444/16 do Deputado Aírton Gurgacz; Projeto de Lei 451/16 do Poder Executivo; Projeto de Lei 452/16 do Poder Executivo e Projeto de Lei 456/16 do Poder Executivo, são essas as matérias senhor Secretário.

Nada mais havendo a tratar e invocando a proteção de Deus, declaro encerrada a presente sessão.

(Encerra-se a presente sessão às 18 horas e 10 minutos).

**ATA DA 40ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA**

Em 09 de agosto de 2016

**Presidência do Sr.
Léo Moraes -Deputado**

**Secretariado pelo Sr.
Lebrão-1º Secretário**

(Às 18 horas e 12 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Aírton Gurgacz (PDT), Alex Redano (PRB), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PMDB), Leo Moraes (PTB), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Ribamar Araújo (PR) e Rosângela Donadon (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PDT), Jean Oliveira (PMDB), Lúcia Tereza (PP), Maurão de Carvalho (PMDB); Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 40ª Sessão Extraordinária Legislativa da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda a leitura da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Peço a dispensa da leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Fica dispensada a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, e determino a sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa.

Passamos a Ordem do Dia. Solicito ao Sr. Secretário que proceda a leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 106/16 DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM 152. Altera a redação do § 2º do artigo 84-A da Lei Complementar nº 432, de 03 de março de 2008.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Pois não, Deputado Marcelino.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Quero aqui registrar as presenças dos Vereadores do Município de Mirante da Serra o Vereador Hilton Emerick o popular Cagado e também o Vereador Sr. Isaías, sejam bem-vindos a esta Casa, Srs. Vereadores.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Projeto de Lei nº 106/16 de autoria do Poder Executivo. Projeto de Lei Complementar

que altera a redação do § 2º do artigo 84-A da Lei Complementar nº 432, de 03 de março de 2008. Tal Projeto encontra-se sem Parecer. Gostaríamos de convidar um membro da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Marcelino Tenório para que emita o relatório do referido Projeto.

O SR. MARCELINO TENÓRIO - Projeto de Lei Complementar nº 106/2016 de autoria do Poder Executivo, Mensagem 152, que altera a redação do § 2º, do artigo 84-A da Lei Complementar nº 432, de 03 de março de 2008. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Presidente, pela constitucionalidade e legalidade do projeto e pelas Comissões pertinentes, meu parecer é favorável à aprovação do projeto, Sr. Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Sr. Presidente, faça a leitura, por gentileza, que artigos são esses que estão sendo revogados nesse dispositivo, por gentileza?

O SR. LAERTE GOMES - Sr. Presidente, essa matéria, esse projeto que o Deputado Marcelino deu parecer, simplesmente ele troca no Conselho do IPERON, ele tira o Secretário, como suplente do Governador, ele tira o Secretário de Planejamento, da SEPOG e no lugar do Secretário coloca o nosso Vice-Governador, mais que justa essa mudança.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Faça a leitura, por gentileza, Deputado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Vou fazer a leitura, Deputado Jesuíno, a alteração diz respeito ao § 2º do artigo 84-A. O artigo 1º diz respeito à nova organização do regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares do Estado de Rondônia e dá outras providências. A alteração é em relação ao artigo 84-A ao § 2º, onde o suplente do Governador anteriormente era um Secretário de Estado e agora será alterado para o Vice-Governador, é somente esta alteração.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Está certo, tranquilo.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Em discussão o parecer. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o projeto. Votação nominal. O painel encontra-se aberto à votação.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente

- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- ausente
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- sim
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- ausente

Com 13 votos favoráveis, Projeto de Lei Complementar aprovado em primeira discussão e votação. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 108/16 DO PODER JUDICIÁRIO - OFÍCIO 032/16. Estabelece regulamento próprio para concessão e controle de férias dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, observadas as disposições do artigo 98, c/c os artigos 110 e 115, todos da Lei Complementar 68/1992.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - O Projeto de Lei Complementar nº 108 se encontra sem parecer pelas Comissões pertinentes, gostaríamos de convidar o Deputado Adelino Follador para emitir o referido parecer.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Projeto de Lei Complementar nº 108/2016 do Poder Judiciário, Ofício 032/2016, que estabelece regulamento próprio para concessão e controle de férias dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, observadas as disposições do artigo 98 em consonância com os artigos 110 e 115, todos da Lei Complementar 68/92. Com certeza este projeto é uma proposição do próprio Judiciário regulamentando a questão de férias dos servidores e nós somos de parecer favorável vez que é um interesse do próprio Judiciário e hoje o sindicato dos servidores esteve conosco e também concordando com este projeto, e somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Em discussão e votação o parecer do Deputado Adelino Follador. Os favoráveis permaneçam como estão e os contrários se manifestem. Parecer aprovado.

Em primeira discussão e votação. O painel já está aberto para votação do Projeto de Lei Complementar nº 108/16.

Senhores Deputados, ainda não temos quorum para a votação do Projeto. Gostaríamos de solicitar aos Deputados ausentes e Deputados presentes que votem.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputada Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim

- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputada Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- sim
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só na Bença	- ausente

Com 16 votos favoráveis ao Projeto do Tribunal de Justiça. Está aprovado em primeira discussão. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 444/16 DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Declara de utilidade pública a Entidade de Obras Sociais da Paróquia São José, município de Ji-Paraná.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Projeto de autoria do Deputado Airton Gurgacz que declara de utilidade pública a Entidade de Obras Sociais da Paróquia São José, município de Ji-Paraná. Projeto de Lei Nº 444/16, gostaria de designar o nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Marcelino Tenório para que emita o relatório em nossa tribuna. Por favor, Deputado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Projeto de Lei 444/16 de autoria do Deputado Airton Gurgacz, que declara de utilidade pública a Entidade de Obras Sociais da Paróquia São José, município de Ji-Paraná. Senhor Presidente, dentro da legalidade, constitucionalidade, meu parecer é pela aprovação do projeto pelas Comissões pertinentes, Presidente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Parecer favorável do Deputado Marcelino Tenório. Em discussão e votação. Os Deputados contrários se manifestem e os favoráveis permaneçam como estão. Está aprovado o parecer.

Vamos agora à discussão do próprio projeto e em votação. Votação simbólica, é apenas utilidade pública. Em primeira discussão. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 440/16 DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM 137. Dispõe sobre criação do Programa de Assistência a Vítima e a Testemunhas Ameaçadas no Estado de Rondônia – PROVITA/RO, de seu Conselho Deliberativo e dá outras providências.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Deputados, Projeto de Lei nº 440/16 do Poder Executivo, Mensagem 137, que dispõe sobre a criação do Programa de Assistência a Vítima e a Testemunhas Ameaçadas no Estado de Rondônia – PROVITA/RO, de seu Conselho Deliberativo e dá outras providências.

Esse projeto encontra-se sem parecer das Comissões pertinentes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, eu peço ao Líder que tire esse projeto. Porque, inclusive, o Ministério Público é o primeiro aí que está elencado no PROVITA, o Tribunal de Justiça. E numa reunião que eu fui do Conselho de Segurança Pública, o próprio Ministério Público agiu suspeito e pediu a retirada da participação do Conselho. Então esse projeto deve tramitar, eu sou relator desse projeto na CCJ, tenho prazo ainda, até dia 02 de agosto, salvo engano, está no prazo ainda. Então eu peço, fiz o compromisso de colocarmos em discussão esse projeto. Então eu peço ao Líder, por gentileza, por contas dessas discussões. Primeiro, o Estado de Rondônia tem orçamento e a Assembleia fica de fora. Aí vem a OAB, nada contra Ordem dos Advogados, vem o Tribunal de Justiça, vem o Ministério Público e todos os órgãos e a Assembleia não tem nenhuma cadeira, dos Direitos Humanos ali, para reivindicar. Então, dessa forma eu peço a retirada desse projeto, ao Líder do governo que colocou em pauta e aí eu peço até desculpa porque quando eu fui analisar realmente, está lá a questão do Ministério Público – Tribunal de Justiça e não tem nenhuma indicação por parte da Assembleia e eles vivem pedindo orçamento para a gente, emendas parlamentares. Então eu peço só que seja discutida na próxima semana a devida ação.

O SR. LAERTE GOMES – Nobre Deputado Jesuíno, este projeto entrou em pauta, inclusive, nós discutimos com Vossa Excelência, o Deputado Lazinho estava junto, Deputado Dr. Neidson estava junto, Vossa Excelência mesmo que pediu para colocar este projeto em pauta, devido o interesse do Ministério Público, nós conversamos, o Ministério Público tem interesse, coloca em pauta.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pois é, mas quando foi analisar ele estava dentro do rol. Analisando a matéria de forma mais profunda, você vê que ele está no rol, ele é o elencado primeiro. Ele vai se julgar suspeito, então eu peço isso. Peço para entrar em contato com o próprio membro do Ministério Público, para a gente discutir isso. Colocar, acrescentar o dispositivo da gente, da cadeira, um membro

O SR. LAERTE GOMES – Por que Vossa Excelência não coloca uma emenda então no Projeto?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, se for aprovar retirando o Tribunal de Justiça e retirando o próprio Ministério Público, e indicando, a gente pode alterar, mas, aí eu quero que, na

própria discussão lá do Conselho, eles pediram: olha eu quero que seja retirado; a gente fica só como ouvinte, a gente não pode deliberar. Foi esta a posição do próprio Dr. Shalimar naquela reunião e é por isso que eu estranhei essa situação do Ministério Público fazer parte deste Conselho, se ele já pede para sair de um Conselho, por que ele vai participar deste outro Conselho? Entenderam mais ou menos? É isto que eu quero dizer.

O SR. ADELINO FOLLADOR – O Ministério Público, ele automaticamente tem acesso a tudo sem fazer parte de Conselho, ele é o fiscalizador, independente de participar. Ele não pode participar com certeza. E como é que ele vai julgar depois, se ele participa?

O SR. JESUÍNO BOABAID – E o próprio Tribunal de Justiça que vai julgar também, se for detectada qualquer situação. Então, se a gente aprovar aqui, vai colocar então para... Então ele coloca para discutir e eu peço vista.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Nós precisamos antes da discussão de vistas ou não, o Parecer da Comissão pertinente.

Este Projeto encontra-se sem Parecer. Deputado Adelino Follador, por gentileza utilize a Tribuna para emitir Parecer das Comissões Pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu acho que é um Projeto interessante, mas também discordo. Eu sou de parecer favorável pelas Comissões pertinentes e gostaria que, como o próprio Deputado já falou que vai pedir vistas, enquanto isto dá tempo de estudar melhor esse questionamento e eu também concordo com o Tribunal de Justiça, e também o Ministério Público, eles já são partes integrantes, sem fazer parte do Conselho. Eu também discordo, mas, pela constitucionalidade, é legal, e pelas Comissões pertinentes é Parecer favorável, mas, deve ser discutido antes de votar, com certeza. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Em discussão.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Em discussão e eu peço vista do Projeto.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Em discussão o Parecer do Deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não pode, eu pedi vistas.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Já pediu vistas?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu pedi vistas.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Pedido de vistas do Deputado Jesuíno Boabaid.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 451/16 DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM 153. Autoriza o Poder

Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$ 1.600.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Penitenciário – FUPEN.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Projeto de Lei 451 de autoria do Poder Executivo, Mensagem 153 que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$ 1.600.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Penitenciário.

O projeto encontra-se sem Parecer e gostaríamos de nomear o Deputado Adelino Follador como Relator nas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei nº 451/16 do Poder Executivo, Mensagem 153. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$ 1.600.000,00 em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Penitenciário – FUPEN. Somos de Parecer favorável pelas Comissões pertinentes, Presidente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Em discussão e votação o Parecer do Deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Parecer aprovado.

Vamos à votação simples do Projeto com todos os Deputados. Deputados favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Projeto aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 452/16 DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM 154. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 700.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Junta Comercial do Estado de Rondônia – JUCER.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Projeto de Lei nº 452 do Poder Executivo, Mensagem 154, autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar de R\$ 700.000,00 em favor da Junta Comercial do Estado de Rondônia.

O Projeto encontra-se sem parecer das Comissões pertinentes, gostaríamos de convidar o Deputado Adelino Follador para o referido parecer.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mensagem nº 154, Projeto de Lei nº 452/16, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 700.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Junta Comercial do Estado de Rondônia. Sou de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, Sr. Presidente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão e os contrários se manifestem. Parecer aprovado.

Em primeira discussão o Projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão e os contrários se manifestem. Projeto aprovado em primeira votação; vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 456/16 DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM 156. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o montante de R\$ 98.525.000,00, em favor das Unidades Orçamentárias: PGE, SETUR, CGE, SEAE, SUGESP, SEGEP, SUPEL, SEFIN, DER, SESDEC, SEJUCEL, SEPOAD, FES, SEDAM, SEAGRI, IDARON, SEJUS e SEAS.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência retirasse de pauta a Mensagem nº 117, Projeto de Lei 432/16, que altera, acrescenta, e modifica dispositivos da Lei nº 1067, que visa suprimir os cargos de médicos, de médicos veterinários da tabela de valores e Gratificação de Atividades Específicas - GAE, do Anexo IV da Lei 1.386 tendo em vista que auferido a estes profissionais a Gratificação de Avaliação de Desempenho, o GADE. Qual o motivo de nós estarmos tirando esse Projeto de Pauta, Sr. Presidente? O motivo é um pedido do nobre Deputado Dr. Neidson, que é médico e pediu essa semana para dar uma analisada melhor ao Projeto, devido avaliar se não há prejuízos a classe desses servidores, mas, com o compromisso, Deputado Dr. Neidson, de na próxima terça-feira nós colocarmos em pauta, esse foi o compromisso que o Deputado Dr. Neidson fez conosco, então, eu gostaria que Vossa Excelência, Deputado Presidente Léo Moraes, gostaria que Vossa Excelência retirasse de pauta esse Projeto, a pedido do Deputado Dr. Neidson.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A pedido do Deputado Dr. Neidson, e o Líder pedindo, pedido aceito, deferido, Sr. Líder do Governo.

PROJETO DE LEI Nº 456/16 DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM 156. Que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito até o montante de R\$ 98.525.000,00, em favor das Unidades Orçamentárias: PGE, SETUR, CGE, SEAE, SUGESP, SEGEP, SUPEL, SEFIN, DER, SESDEC, SEJUCEL, SEPOAD, FES, SEDAM, SEAGRI, IDARON, SEJUS e SEAS.

Esse Projeto encontra-se sem parecer nas Comissões pertinentes.

Líder do Governo. Encaminhar para o membro da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Laerte Gomes para o referido parecer.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, senhoras e senhores Deputados, trata-se da matéria do Poder Executivo/Mensagem 156, Projeto de Lei nº 456/16, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o montante de R\$ 98.525.000,00, em favor das Unidades Orçamentárias: PGE, SETUR, CGE, SEAE, SUGESP, SEGEP, SUPEL, SEFIN, DER, SESDEC, SEJUCEL, SEPOAD, FES, SEDAM, SEAGRI, IDARON, SEJUS e SEAS.

Sr. Presidente, antes de dar o nosso parecer eu gostaria de colocar aqui que o Projeto visa dar cobertura orçamentária as despesas correntes à Unidades Orçamentárias:

PGE, assegurar a remuneração de pessoal ativo e encargos sociais.

SETUR, assegurar a remuneração de pessoal ativo e encargos sociais.

CGE, assegurar a remuneração de pessoal ativo e encargos sociais.

SEAE, assegurar a remuneração de pessoal ativo.

SUGESPE, da mesma forma.

Todas as Secretarias aqui denominadas, é para remuneração de pessoal ativo e encargos sociais.

Pela boa redação técnica, pela legalidade e constitucionalidade, o nosso parecer é pela aprovação Sr. Presidente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Em discussão e votação o parecer do Deputado Laerte Gomes.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Presidente, é 98.000.000,00 ainda continua ainda o Governo conseguir a façanha de aumentar para 20% em querer mandar Projetos, ele manda tudo aportado em um só, discriminando só um remanejamento de R\$ 98.000.000,00 de várias Secretarias e Instituições. É por isso que eu fico analisando, não manda o processo na íntegra. Então, desta feita, eu vou ser contrário, eu quero dizer que eu sou contrário, eu me posiciono contrário, eu não vou pedir vistas, porque dentro dessa matéria na SESDEC tem até pagamento de despesa, ele podia mandar em separado. Pode ver que tem uma situação de dotação orçamentária. Então, vou pedir novamente, é a última vez, a gente já discutiu isso na Comissão de Constituição e Justiça e o Governo insiste em manter esse Projeto, tem que mandar, tem que alterar esse dispositivo, ouviu Presidente Marcelino, a gente tem que mandar, apresentar uma proposição de Lei para acabar com essa palhaçada, mandar R\$ 98.000.000,00 daqui a pouco manda logo de todo orçamento, ele não sabe não, infelizmente, isso é falta de gestão, falta de preparo e fica fazendo esse remanejamento aí, ainda aumenta para 20, aí que vai virar uma balela mesmo, mas tudo bem.

Eu sou contrário, eu já me posiciono contrário até o relatório que foi lido agora eu sou contrário.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, Sr. Deputado Jesuíno Boabaid, respeito Vossa Excelência, primeiro, que os 20% da LOA é só no ano que vem, nesse Orçamento ainda está valendo o remanejamento de 10%. O que foi votado aqui nesta Casa para o Orçamento de 2017.

Segundo, que não tem pagamento de despesa, todos aqui, todas as Secretarias são para pagamento de pessoal, encargos sociais e auxílio aos servidores, aqui só beneficia aos servidores públicos esse remanejamento,...

O SR. JESUÍNO BOABAI – Não. Mas,...

O SR. LAERTE GOMES – Só para colocar a Vossa Excelência,...

O SR. JESUÍNO BOABAI – Sim. Mas tem coisas, se eu pegar agora para mostrar esse Projeto eu lhe aponto que deve ter alguma coisa incumbida aí que é para outro pagamento, nós não podemos generalizar que é tudo para o Orçamento,...

O SR. LAERTE GOMES – É só para colocar para Vossa Excelência, que Vossa Excelência,...

O SR. JESUÍNO BOABAI – Não. Eu só divirjo disso Excelência,...

O SR. LAERTE GOMES – Tenho certeza que a preocupação de Vossa Excelência é com o bom andamento do processo, que não tenha nenhuma pegadinha, mas aqui não tem, nobre Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Ah! Está certo. Então está.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Ainda em discussão o parecer. Discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão e os contrários se manifestem. Parecer aprovado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Contrário, com 01 voto.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Parecer aprovado, com 01 voto contrário do Deputado Jesuíno Boabaid.

Em primeira votação, discussão e aprovação do Projeto de Lei nº 456. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão e os contrários se manifestem.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Contrário com 01 voto.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Deputado Jesuíno Boabaid, contrário, os demais presentes são favoráveis. Aprovado. Vai à segunda votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 423/16 DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM 104. Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996, que institui o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, e dá outras providências.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Projeto de Lei nº 423, Mensagem 104 do Poder Executivo: Institui o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, e dá outras providências.

Gostaria de convidar o Deputado Adelino Follador para emitir o parecer nas Comissões pertinentes em nossa tribuna.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei nº 423 de 2016 do Poder Executivo, Mensagem 104: “Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996, que institui o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, e dá outras providências. Então, esse projeto tem uma Emenda aqui do Deputado Jesuíno propondo para tirar o artigo 107 e o parágrafo único também.

O SR. JESUÍNO BOABAID – É porque ele colocou somente na redação o artigo 107; parágrafo único do artigo 107. E na verdade tem que ser o artigo 107 e seu parágrafo. Pronto.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Então, nós estamos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, com Emenda do Deputado Jesuíno, tirando o artigo 107, parágrafo único que está previsto aqui.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Adelino Follador, com Emenda do Deputado Jesuíno Boabaid. Em discussão e votação. Os Deputados favoráveis...

O SR. LAERTE GOMES – O encaminhamento é o Deputado Jesuíno na sua Emenda, eu acho que foi um erro de digitação isso, a gente encaminha pela Emenda também.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Os Deputados favoráveis permaneçam como estão e os contrários se manifestem. Parecer aprovado.

Vamos à votação. Em primeira discussão do Projeto de Lei nº 423 do Poder Executivo, com Emenda do Deputado Jesuíno Boabaid. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão e os contrários se manifestem. Projeto aprovado. Vai à segunda votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO. Requer à Mesa, nos termos do parágrafo único do artigo 199 do Regimento Interno, seja dispensado o interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação dos Projetos de Lei: 423/16; 444/16; PL 451/16; PL 452/16; PL 456/16; Projeto de Lei Complementar 106/16; Projeto de Lei Complementar 108/16.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Em votação os Requerimentos do Deputado Lebrão. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão e os contrários se manifestem. Aprovado.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Não há mais matéria, encerrada a Ordem do Dia, Sr. Presidente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para em seguida com a finalidade de apreciar em segunda discussão, as matérias aprovadas nesta Sessão.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 18 horas e 47 minutos)

**ATA DA 37ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR
SOBRE OS APROVADOS NO CONCURSO DE
SOCIOEDUCADORES DO ESTADO DE RONDÔNIA.**

Em 15 de agosto de 2016

**Presidência do Sr.
Léo Moraes-Deputado**

(Às 15 horas e 18 minutos é aberta a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores, boa tarde. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo requerimento do Exmº Sr. Deputado Estadual Léo Moraes, realiza audiência pública objetivando debater sobre os aprovados no concurso de

socioeducadores do Estado de Rondônia. Convidamos para compor a mesa o Exmº Sr. Deputado Léo Moraes, proponente desta audiência pública; Exmº Sr. Dr. Leonardo Werneck, Defensor Público representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia; Sr. Raul Sousa, aprovado no concurso de socioeducadores e vai falar pelos demais colegas.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta esta audiência pública que tem a finalidade de discutir acerca do concurso de nossos socioeducadores do Estado de Rondônia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para ouvirmos o hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Dr. José de Melo e Silva.

(Execução do hino Céus de Rondônia)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Nós gostaríamos de lembrar a todos os senhores que esta audiência pública e sessões na Assembleia Legislativa são transmitidas ao vivo através do site da Assembleia www.al.ro.leg.br, caso queiram acompanhar ou enviar whatsapp para acompanhar em casa o endereço é esse, está bom? Queremos saudar aqui a todos senhoras e senhores aprovados no concurso de socioeducadores, e também já está inscrito aqui o senhor Pablo de Tarso um dos aprovados também do concurso socioeducadores, e a partir deste momento toda audiência pública será conduzida por S.Exª o Sr. Deputado Léo Moraes.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Bem, desejar uma boa tarde a todos, agradecer a Deus pela oportunidade. Gostaria de cumprimentar a todas as pessoas aqui presentes, o Dr. Leonardo Werneck, Defensor Público representando toda Defensoria Pública do Estado de Rondônia que tem sido grande parceiro deste Poder e tem colaborado de forma inofensável para o sucesso e êxito de algumas demandas que, inclusive, contempla servidores da SEJUS. Gostaria que mandassem, encaminhassem, enviassem um abraço para o defensor Público Geral e em nome de toda instituição Assembleia nós agradecemos da forma como tem conduzido as ações e conduzida a Defensoria Pública. Cumprimentar o Raul Sousa, nosso colega, é um batalhador, um lutador assim como vocês, que nada mais quer do que o cumprimento de um direito e um dever de Estado que é empossar quem presta concurso, paga inscrição, é aprovado e tem o direito líquido e certo para ser encaminhado e infelizmente não acontece. Nós estamos digladiando, enfrentando a Secretaria de Justiça há muito tempo neste sentido, não tem sido fácil algumas conquistas e muitas frustrações, em algum momento nós achávamos que seria mais simples, Raul, quando nos reunimos na Secretaria de Justiça e nós trabalhamos nesse sentido à moda antiga que nos ensina que nós temos que confiar em palavra, nós temos que confiar em pessoas, nós temos que confiar em compromisso e nos foi feito compromisso de início da academia dos socioeducadores e eu não preciso dizer que isso não aconteceu, se não nós não estaríamos agora deflagrando mais uma audiência pública para tratar sobre esse tema. É com muito pesar e muita decepção que eu faço uma leitura de um ofício que chegou ao meio dia e cinquenta e oito, no email da Assembleia Legislativa, e fisicamente ainda mais tarde. “Ofício nº 2771/2016/GAB/SEJUS.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Ofício nº 2.771/2016/GAB/SEJUS

A Sua Excelência o Senhor Maurão de Carvalho Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Assunto: solicitar redesignação de audiência pública
Senhor Presidente,

Com os nossos cordiais cumprimentos, em atenção ao convite recebido neste gabinete em 12.08.2016, às 12:00 horas, para participação na audiência pública que ocorrerá dia 15/08/2016, às 15hs no Plenário de Deliberações dessa Casa, vimos informar o que segue:

O Secretário de Estado da Justiça – Marcos José Rocha dos Santos na data e horário solicitados estará participando da reunião do Comitê Multidisciplinar e Interinstitucional de Classificação de Apenados, não sendo possível reagendá-la, uma vez que envolve autoridades de diversos órgãos, bem como de servidores do Departamento Penitenciário Nacional que já se encontram nesta cidade.

No período de 16 a 19/08/2016, o Secretário titular estará na capital de Belo Horizonte/MG em duas atividades desta Secretaria, quais sejam: visita à Associação de Proteção e Assistência ao Condenado local e 426ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Ademais, o Secretário Adjunto – Marcos Amaral estará na Comarca de Jaru/RO participando de audiência designada pelo Juiz de Direito Luís Marcelo Batista para as 16hs da mesma data.

Ante o exposto, solicitamos a designação de nova data para a realização desta audiência pública, bem como seja estendido o convite à Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas, considerando a pauta em questão.

Certos de contarmos com vossa compreensão, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos e apresentamos votos de estima e consideração. Atenciosamente, Valdenir Carlos Góes – Major da Polícia Militar – Diretor Executivo/ SEJUS.

Nós recebemos agora a pouco, nós não tínhamos conhecimento. A gente fica um tanto quanto frustrado, decepcionado, Dr. Leonardo, porque foi feito há algum tempo esse convite. O nosso Cerimonial costuma encaminhar, inclusive para todas as Secretarias e pastas não somente atinentes ao debate proposto, mas como ordenadores de alguma maneira, e braços da administração pública para, caso tenham interesse em participar, até como forma de informações, aprendizado e tantas outras questões. Outra coisa que me chama a atenção é que nesse ofício deixa bem registrado que o Secretário está participando de audiência designada pelo Juiz de Direito. Nós sabemos que mais do que uma audiência, já tivemos sentença, despachos de Juiz, a exemplo do Dr. Marcelo Tramontini, que apresenta a carência e o déficit de servidores para a questão dos socioeducadores, para a questão das nossas Unidades Socioeducativas. E não foi tomada a mesma velocidade e energia para participar dessas proposições, dessas discussões e principalmente para dirimir os problemas, como nós estamos vendo aqui hoje nada foi feito e nós continuamos carentes no que diz respeito aos servidores. Parece que tomam comportamentos distintos para a mesma necessidade. Depende de quem arguir e depende de quem conclama o debate. Isso a gente fica muito preocupado quando neste momento nós estamos na Assembleia Legislativa, local mais genuíno, puro para de-

bate de demandas, enfrentamento dos problemas e, logicamente, apontamento de soluções, e não é isso que nós vemos no dia de hoje. Fico muito preocupado, porque quando aqui fui Vereador, na Câmara Municipal de Porto Velho, Dr. Leonardo, algo que nos chamava a atenção e que nós criticávamos sistematicamente era que a administração municipal virava as costas para as demandas que aportavam naquele Poder, que nos parecia que perdia o sentido de através do voto, investidos do sufrágio, legitimados pelo poder do povo de representá-los, não era suficiente para abrir o diálogo. E a Assembleia sempre foi feita de forma distinta. Os Poderes e, principalmente o Poder Executivo, através das suas Secretarias, sempre se fizeram presentes de forma democrática e republicana, entendendo as esferas e o que cada qual deve fazer, mas sempre estiveram sentados nessas fileiras aí, sentados na composição desta Mesa. E o que nós vemos hoje? Nós vemos hoje a Defensoria Pública, que nunca se furtou em debater, em combater o bom combate, nós e vocês que são os necessitados de, se não solucionar, pelo menos minimizar, porque o maior dos problemas é ficarmos nesta angústia, o maior dos problemas é não ter expectativa, o maior dos problemas é nós falarmos aos ventos e não ter encaminhamento. Eu queria e gostaria de solicitar à Taquigrafia que registrasse em ata esse ofício que foi lido. E que também faça o pedido de informações ao Cerimonial para saber se ambos os Poderes e os órgãos foram convidados. Por exemplo, vejo aqui, que ele acabou de comentar no ofício, para você ver que ironia do destino, acaba de chegar a Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas. É isso? Superintendência, SEGEPE que está aqui conosco Bruno Afonso e Ercília Fonseca, representantes da SEGEPE, que deixa bem claro que esse ofício, no mínimo foi feito de forma equivocada, produzido sem atenção aos dados aqui elencados. Porque a SEGEPE se faz presente, ao contrário do que fala aqui. Então a gente fica mais preocupado ainda. Agradece a presença, a SEGEPE sempre participou, eu não teria dúvidas que participaria também do nosso evento de hoje.

(Lista de protocolo de entrega de convites para participação desta Audiência Pública, conforme Cerimonial da Assembleia Legislativa: Governador do Estado de Rondônia Confúcio Aires Moura; Vice-Governador do Estado de Rondônia Daniel Pereira; Casa Civil – Emerson Castro, Waldemar Cavalcante Albuquerque; SEAS – Hérika Lima Fontenele, Eliana Gomes da Silva; SUPEL – Marcio Rogerio Gabriel; SEFIN – Wagner Garcia Freitas; CRE – Wilson Cesar Carvalho; SESDEC – Dr. Antônio Carlos dos Reis; SEJUS – Marcos José Rocha dos Santos, David Inácio Santos Filho, Anderson Dias, Thiago Avaroma; SEAE – Rosana Cristina Vieira; SUGESPE – Isis Gomes Queiroz; SEPOG – George Alessandro Gonçalves Braga; SUDER – Basílio Leandro de Oliveira; PGE – Juraci Jorge da Silva, Leri Antônio Souza e Silva; SEARH – Helena da Costa Bezerra; Tribunal de Justiça - Des. Sansão Batista Saldanha, Des. Isaías Fonseca Moraes; Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – Conselheiros Edilson de Souza Silva, José Euler Potiguara de Melo, Paulo Curi Neto, Benedito Antônio Alves, Francisco Carvalho da Silva, Wilber Carlos dos Santos Coimbra, Adilson Moreira de Medeiros; Polícia Civil - Dr. Eliseu Muller de Siqueira; SINGEPERON - Anderson Pereira, Alexandre Ronald Lopes; SINSEPOL – Antônio Jales Moreira; Defensoria Pública – Dr. Antônio Fontoura Coimbra, Dr. Marcus Edson de Lima, Dr. Leo-

nardo Werneck, Dra. Luiziane Teles Anacleto; Ministério Público – Dr. Airtton Pedro Marin Filho, Dr. Osvaldo Luiz de Araújo, Dr. Weverson Muniz, Marcelo Lima de Oliveira, Dra. Sandra Lelane; OAB – Dr. Andrey Cavalcante, Dr. Rodolfo de Freitas Jacarandá; Tribunal de Justiça – Dr. Marcelo Tramontini; Tribunal Regional do Trabalho do Estado de Rondônia – Dr. Francisco Pinheiro Cruz, Dr. Ilson Alves Pequeno Júnior; Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa de Rondônia).

Eu queria deixar registrado que a Audiência Pública tem o fito de ouvir os problemas, num tempo que seja razoável, mas quem quiser se inscrever que se inscreva, que faça parte do nosso debate e gostaria de convidar um dos membros da SEGEPE para que faça parte da nossa Mesa aqui para nós discutirmos a questão dos socioeducadores. Pode ser o Bruno Afonso. Por gentileza, Bruno, se faça presente aqui, debata conosco e nos esclareça alguns pontos ainda não sabidos pelos nossos socioeducadores.

Eu queria passar a palavra, em ato contínuo, já para o nosso Defensor Público, o Dr. Leonardo Werneck e lembrá-los que naquela conquista dos Agentes Penitenciários, da Academia, e que nós estivemos presentes todo o tempo, a ferro e a fogo, a Defensoria foi fundamental. Foram eles que motivaram aquela Audiência Pública na Vara da Fazenda, onde ali ficou consignado o chamamento da primeira turma e logo na sequência a segunda turma. Então eu queria enaltecer o papel que esse Poder e essa Defensoria Pública tem, da forma como tem atuado em defesa dos que mais necessitam aqui no nosso Estado de Rondônia.

A palavra está com o Dr. Werneck, pelo tempo de 05 minutos.

O SR. LEONARDO WERNECK – Primeiramente boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar o Deputado Léo Moraes que vem se destacando, entre outras aptidões, entre outras bandeiras na defesa intransigente dos concursados; cumprimentar também os demais agentes, melhor, os socioeducadores, na figura do Raul, aqui na Mesa, e também a Secretaria SEGEPE.

Bom, primeiramente eu vejo alguns rostos conhecidos aqui e outros nem tantos, só para esclarecer um pouco o papel da Defensoria Pública nessa questão.

A Defensoria Pública ela atua dos vulneráveis, dos hipossuficientes. Então, todo aquele que se encontra numa situação de vulnerabilidade ele pode ser assistido pela Defensoria Pública, de modo que, a Defensoria Pública vem tendo uma atuação muito proeminente na questão dos concursos públicos, porque muitos concursos públicos são flamulados, são deflagrados e posteriormente a posse é retardada, é postergada e isso envolve um problema jurídico.

Mas também gostaria de frisar que a nossa atuação ela prima pelo aspecto jurídico e é muito importante também que várias estratégias, não só a jurídica, sejam engendradas, por exemplo, a atuação política, essa pressão política, as questões de informação, as convocações de Audiência Pública que não obstante a figura do Secretário de Justiça não esteja presente, claro que isso de algum modo dificulta um pouco o debate porque as partes envolvidas não estão todas à Mesa, mas isso não diminui a Audiência aqui hoje de que nós vamos, por ventura, chegar algumas soluções.

Bom, no aspecto jurídico, eu gostaria de fazer só algumas pontuações.

Primeiramente, com relação ao cargo de Socioeducador. A Lei ela prevê 900 cargos de Socioeducador, hoje, as informações oficiais dão conta de 451 cargos estão ocupados, de modo que, a uma defasagem hoje de 50% de vagas em aberto. São informações oficiais, informações que a Defensoria Pública colheu junto a própria Secretaria de Justiça.

Segundo ponto. Com relação especificamente ao Concurso de Socioeducador. O concurso é formado por cinco etapas: prova objetiva, prova de título e avaliação psicológica. Essas três etapas todos, todos que estão aqui me parece que fizeram. Só uma pergunta, tem algum psicólogo aqui?

Que o Edital também fala dos Psicólogos e os Psicólogos possuem só três fases. O concurso já terminou no caso.

No caso dos socioeducadores, existem mais duas fases, a 4ª fase é o Curso de Formação e a 5ª fase é a fase de Investigação Social. De modo que, sem o curso de formação a parte jurídica de cobrança fica muito prejudicada, a nossa, vamos dizer assim, luta, inicialmente é para que haja o curso de formação, porque a posse sem o Curso de Formação é uma demanda judicial que lá na frente não vai se mostrar exitosa. Outra ponderação que gostaria de fazer. A 1ª Turma do Curso de Formação ela contemplou 150 Socioeducadores, 150 candidatos. Desses 150 somente 117 tomaram posse, de modo que, há uma diferença de 33 cargos. Esses 33 cargos na visão da Defensoria Pública eles possuem direitos subjetivo, direito imediato ao Curso de Formação, por quê? Se a Administração Pública notabilizou a necessidade de 150 vagas e só assumiram 117 existem 33 que antes não tinham o direito subjetivo, tinham uma expectativa, mas à medida em que, os 33 não tomaram posse os 33 seguintes de expectativa passam a ter direito subjetivo. Isso é Jurisprudência Pacífica do Tribunal, do Superior Tribunal de Justiça, então quanto a isso nós estamos muito seguros.

Bom, outra informação importante, que também tem relevância jurídica é de que no período em que vocês fizeram o concurso até hoje de 2014 até agora há 13 cargos Deputado, 13 cargos vago e houve 17 exonerações, de modo que, ao número de 33 nós somamos mais 30 cargos que foram por algum motivo desocupados seja por vacância, seja por exoneração. Então, 33 mais 30 nós chegamos a um número de 63 candidatos que no sentir da Defensoria Pública possuem direito subjetivo ao Curso de Formação, tá pessoal, é importante ressaltar isso, quem não fez o curso de formação para fins técnicos, ainda não está aprovado no concurso, tá. É uma etapa imprescindível o curso de formação. Eu vou, talvez durante o debate surja mais dúvidas, eu trouxe até aqui algumas decisões judiciais com relação ao tema e me coloco a disposição aí de todos para tirar alguma dúvida também, inclusive quanto ao argumento da Lei de Responsabilidade Fiscal, também que nós colhemos algumas informações. Obrigado Deputado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer ao Dr. Leonardo Werneck pelos seus esclarecimentos iniciais, é importantíssimo nós termos essa fundamentação técnica e jurídica dessa demanda que nós estamos aqui propondo. Eu gostaria de passar a palavra de imediato já ao Raul, ao Raul para que ele apresente as questões aí que são as mais importantes e que nós queremos esclarecimentos por parte das autoridades.

O SR. RAUL SOUZA – Primeiramente boa tarde Deputado. Boa tarde ao Dr. Leonardo que está sempre aí dando apoio a gente; agradecer o comparecimento da SEGEPE. Hoje eu fico

muito triste, porque essa Audiência Pública, ela foi marcada com tempo hábil e em cima da hora um Secretário de Justiça, de uma Secretaria que é tão importante para sociedade, como todas as outras são, mas é que trata de menores infratores, de reclusos não se faz presente, manda um documento desse, nós temos nossos colegas que se destacaram de Ji-Paraná para cá, Ariqueles; tem os efetivos que estão aqui dando o apoio para gente que estão necessitando também desse apoio dentro das unidades e o cara infelizmente não cumpre com o que ele vem dizendo há tempos e tempos. Porque desde dezembro do ano passado, ele prometeu, deu a palavra dele juntamente na presença do Deputado que a Academia sairia em fevereiro e até hoje nada. Tivemos uma reunião com ele, ele gravou um áudio com a gente se comprometendo a fazer Academia em julho, nós já estamos em agosto. E hoje que era para nós colocarmos, lavar roupa suja que é que nem o povo fala, o Secretário não aparece e isso nos deixa chateado, a gente fica revoltado, porque eu sou de um tempo Deputado, que o homem tem que ter hombridade. Não é porque ele é militar, ele vai pegar, não prometer e depois não vai cumprir. Eu sou de um tempo que palavra é válida e ele deu a palavra dele para gente e até hoje ele não cumpriu. E isso aí revolta não só eu, como todos que estão aqui aguardando essa tão esperada Academia. É só isso que eu tenho para dizer e vamos ver o que vai decorrer daqui para lá. Porque os cálculos Deputado, até onde chegou nossas informações, foram feitos, a parte da SEJUS, que nem eu falei para os companheiros mais cedo, ele fez o pedido doutor, ele fez o pedido para SEGEPE, ele encaminhou para SEGEPE, foi enviado para cálculo e esses cálculos estão prontos, mas está parado o processo e ninguém dá resposta de nada. É só: o Estado não pode contratar, o Estado não pode contratar, o Estado não tem dinheiro. Aí a gente fica sem saber, o Estado não tem dinheiro para contratar, mas toda vez que entra um IMS lá, aí o agente é contratado, um servidor X é contratado e o Estado não tem dinheiro para contratar. Já contratou quase 158 Agentes Penitenciários que estavam aguardando a contratação, que o Estado não tinha dinheiro para contratar. É isso aí que a gente fica boiando, querendo saber o quê, que realmente o Estado tem ou não tem dinheiro. As Unidades estão precárias, estão necessitando de servidores. Sexta-feira agora a Unidade II lá levou uma fuga de 04 adolescentes, serraram, porque não tinha servidor suficiente para conter; partiram com as cadeiras para cima, isso aí nós ficamos sabendo dos próprios servidores que também somam com a gente, eles precisam desse apoio. Hoje era para estar aqui o Coordenador da SEJUS, do Sistema Socioeducativo, já que o Secretário não poderia vir, ele mandasse o representante. Cadê o gerente do Sistema Socioeducativo? Não está aqui. Isso aí a gente fica revoltado, porque nós não temos dentro, não fazemos parte do quadro ainda, mas nós sabemos a situação que se encontra as unidades, até porque eu como muitos aqui que estão sentados aqui, foram emergenciais e fomos substituídos pelos aprovados e quando nós como emergenciais, 150 emergenciais que nós éramos, nós trabalhávamos em escala de plantões com 05 plantonistas numa Unidade com 40 internos. 08 plantonistas para uma Unidade com 70, 80 internos. Isso aí é visível para a sociedade, a gente tem até um material aqui para passar aqui depois se tiver oportunidade passar no telão aqui um material que os meninos fizeram. As ocorrências só esse ano, a gente nem terminou o ano, o índice de ocorrência dentro das unidades socioeducativa que aumentou, triplicou em vista de 2013, 2014, e 2015. A gente espera da Secretaria, da SEGEPE que nos dê uma posição sobre essa questão do impacto financeiro

que vai causar essa contratação de cento e cinquenta socioeducadores que foi o pedido que o Secretário Marcos Rocha, fez. É só isso que eu tenho para dizer.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer ao Raul, pela sua explanação, explanação muito sincera e que eu participei em alguns momentos também de reuniões na Secretaria e que foi feito esse compromisso de início da academia e até hoje não aconteceu. Passar a palavra para o Bruno Afonso, que representa a Secretaria de Gestão de Pessoas para que também faça as suas considerações.

Boa tarde a todos. Deputado, O senhor Raul, falou aqui a respeito do cálculo de impacto que já estaria lá junto a MENP para decisão, deliberação sobre aceitação ou não do início do curso de formação, entretanto, você já falou que foi, mas as nossas informações que o cálculo ainda não está concluso. Foi o que a gente no caso o servidor Brancalhão que atua junto ao grupo que é o que faz o cálculo de impacto, foi dito que ainda não estaria pronto o cálculo de impacto, Cleberson Brancalhão, isso mesmo. Eu não posso dizer algumas partes sobre a questão das fugas, das questões que é propriamente da SEJUS, mas uma coisa que eu posso dizer aqui é sobre um ponto que o senhor disse, que é sobre o Estado não ter dinheiro e é feito as contratações por meio do concurso público, por meio do judiciário. A questão é que no caso, existe a Lei de Responsabilidade Fiscal, não é que não tenha dinheiro, e que a gente tem um limite para gasto com pessoal, e a partir do momento que a gente efetua essa contratação direta pela administração a gente quebra o limite fiscal e aí a gente entra em ato de improbidade administrativa, não que a gente esteja se socorrendo do Judiciário para começar a fazer essas contratações, mas é que a gente fica impossibilitado por isso, entendeu. Acho que Deputado, a não ser que tenha algumas perguntas que eu possa responder, mas não tenho mais explanação para fazer.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado ao Bruno. Passar a palavra para o Pablo de Tarso, Pablo, pode sim, por favor, tempo de três minutos Pablo, fique à vontade. Se alguém mais quiser se inscrever chame o Cerimonial que as servidoras os atendem e passam o papel para a gente.

O SR. PABLO DE TARSO – Boa tarde a todos, meu nome é Pablo, eu queria cumprimentar o Raul, que foi um dos precursores aqui a formar essa situação dessa Audiência Pública ao Deputado, ao Defensor, ao Bruno, da SEGEF. Eu queria explicar algumas coisas sobre a questão do Sistema Socioeducativo, primeiro sobre as unidades, na provisória a gente tem aí um total de vinte e três adolescentes, na Rio de Janeiro mais ou menos uma faixa de cinquenta e oito, eu coloquei uma observação aqui que nesses últimos dias agora tiveram dez fugas, e na Unidade II mais ou menos quarenta, um total aí somando com tudo cento e onze fugas, cento e onze internos contando com as fugas aí. O total de Unidades Regionais, ela diminuiu, ela foi para onze com a nova reforma da SEJUS. Então, eu gostaria de perguntar ao Dr. Bruno, sobre a situação dos CDS, porque na época de campanha o Governo mesmo, eu não vou citar o nome porque todo mundo já sabe, o Governo mesmo, ele prometeu a retirada dos CDS para entrada de concursados e efetivos certo, então, o que acontece? Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, eu venho responder aqui que praticamente todos foram instintos os CDS. Estivemos em conversa, eu, o Marcel, o Leandro que é o representante do interior, uma comissão de Ji-Paraná, certo, com o Raul, então, o que acontece? Foram destituídos os cargos de CDS para que fossem cha-

mados os contratados, então, essa Lei de Responsabilidade Fiscal, a gente queria dizer que eu acredito que o Estado, ele tem a necessidade e tem como chamar esses concursados. Sobre a primeira academia, a gente tem uma evasão aí como o Deputado Léo Moraes, falou de uma porcentagem grande de socioeducadores, que foram para outros concursos, que migraram para outras situações. Então, a gente tem aí o sistema uma completa defasagem, e essa defasagem o que acontece? Acaba em fuga, acaba em mortes. Depredações dos prédios públicos, certo? Pô, tudo isso também por falta de Efetivo. E a questão do cálculo de impacto, depois eu vou pedir para o Marcel, que é um companheiro aqui que sempre está na ativa, para ele passar o número do Processo para o Doutor Bruno, porque segundo informações até mesmo informação com propriedade, que eu fui a Secretaria pertinente a esse processo, que esse processo ele já está calculado. Ele já está finalizado, então o que acontece? Depende de uma resposta de quem é de direito, certo? Outro ponto que eu vou colocar aqui é uma resposta ao Secretário Marcos Rocha, que não está presente, mas mesmo assim eu vou falar uma coisa que ele citou na última entrevista, que eram pessoas que se encontravam em desespero, e não sei o quê. Não. A situação não é essa. Eu venho dizer aqui ao colega que se encontra presente na Mesa que o que é que acontece? Nós fizemos o teste físico. Nós não compramos a vaga, nós subimos de escala, nós fomos atrás e a gente obteve esse resultado. Então o que é que eu quero dizer para o Secretário Marcos, que aqui nós temos uma Comissão de pessoas, que tem uma multidisciplinaridade de conhecimentos. E isso venha somar no sistema sócio educativo. Então não é por desespero, nós estamos dentro das vagas, o sistema necessita de pessoas é que estão dentro das vagas, eles não podem contratar CDS se tem pai de famílias e outras pessoas como o Secretário Marcos Rocha disse que estão desesperados, não é desespero, nós corremos atrás a vaga, nós corremos no Marcelo Cândia para obter um objetivo, e nós esperamos uma resposta junto com o Defensor Público que está nos apoiando, junto ao Deputado Léo Moraes, e o Secretário Marcos Rocha que não compareceu de última hora mandou um ofício dizendo que não poderia vir, que nós estamos aqui para contar para somar com o sistema socioeducativo, não é um desespero, é uma realidade nossa, é nossa vaga. E sobre a questão do cálculo de impacto é isso que eu tenho para falar para vocês, que depois eu vou pegar o número do processo e passar para ele. E retomando só a questão da academia, para o sistema socioeducativo, ele ficar completo, nós sabemos que 150, como foi o pedido da SEJUS, ele não supre a necessidade, ele não supre nem de imediato se chamar os 150. Porque segundo o SINASE, são dois socioeducadores para um adolescente. Então o que é que acontece? Hoje nós não temos isso. Hoje nós temos como os meninos levantaram escala de plantão exaustiva, os servidores se desdobrando para dar conta do recado. São fugas em massa, por quê? Porque não se tem um efetivo. Então, o que é que acontece? Com a chamada destes 150, que é muito pouco, o certo seria chamar todos, mas como o colega disse que não tem condições, que o Estado estouraria a Folha, esses 150 então já seria um amenizado. Mas eu gostaria de dizer que se faz necessário, sim, a chamada dos 150 ou mais porque o Sistema está falido. Parece que os socioeducadores eles são esquecidos. Eu trabalhei em um sistema por dois anos, um colega trabalhou por algum tempo e outros mais que parece que são escalas, Polícia Civil, PM, Agentes. Não discriminando nada, mas parece que estão em primeiro escalão. Aí os socioeducadores: não, vamos empurrar-

do com a barriga. E na época de campanha o que é que acontece? Se faz um renovo dessas ideias para que a gente fique engolindo com a política de pão e circo. E o que a gente não quer, no entanto estamos hoje aqui, agradeço aqueles que fizeram parte para que essa Audiência Pública aconteça, e eu gostaria de dizer de novo ao Doutor Bruno, que nós temos boas ideias.

Eu vou passar aqui para o Defensor Público, da época que eu trabalhava lá e esse projeto acabou, é um Projeto Xadrez, assim como o Projeto Horta que tinha também, que não se deram continuidade. De repente é por falta de nós, por falta de ideias nossas, que isso está faltando. Queria passar para ele e queria dizer sobre a questão da Responsabilidade Fiscal, frisar de novo que todos os CDS foram demitidos. Então para quê? Para que fossem contratados, concursados, que essa foi a promessa do Governo. Agora vamos ver se o Governo tem de cumprir com a palavra, o Secretário tem de cumprir com a palavra. E que o colega reveja o cálculo de impacto, que ele não deixe parado como ele está achando que está. Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Parabenizar o Pablo de Tarso pelas suas colocações. E deixar registrado também em Ata, que nós iremos encaminhar um Ofício direcionando para o Governador do Estado de Rondônia, para registrar a ausência de autoridades em nossa Audiência Pública. Secretaria de Justiça que não se faz presente, Secretaria de Finanças também não se faz presente, SEPOG que não se faz presente. E eu gostaria de deixar registrado e já anunciar que será encaminhado ao Gabinete do Governador essa nossa Ata em relação a essa nossa Audiência Pública, porque isso daí eu tenho certeza que não é orientação do chefe do Executivo, é um absurdo, é uma afronta ao nosso poder, ao nosso direito de debater com pessoas, sendo que aqui parece mais ou menos uma conversa de comadre, que não vai a muito lugar porque não tem caminho para ir, já que as pessoas não estão presentes. E Antes de passar a palavra para o Sr. Leandro Nunes que está aqui conosco, eu recebi aqui um balanço do quadrimestre através das mãos do Dr. Leonardo Werneck e aqui explica exatamente os valores de arrecadação e de receita, a receita corrente líquida do Estado é de R\$ 5.882.366.000,00, a despesa total com pessoal é de R\$ 2.623.428.000,00, corresponde a 44.61%, o limite máximo que está estipulado, previsto em lei é 49% de despesa com pessoal, o limite prudencial que tanto é ventilado e anunciado pelo Poder Executivo é de 46,55%, isso quer dizer que nós estamos ainda quase 2% de chegar ao limite prudencial e o que seria 150 novos servidores recebendo dois mil reais para esse valor que está anunciado aqui nesta folha? Isso quer dizer que não é problema de folha, não é problema de limite prudencial, que nós não chegamos ainda no limite prudencial e não seriam com 150 novos valorosos servidores que estouraríamos a folha de pagamento do limite de gastos. É isso que nos chama atenção, é isso que nos preocupa porque parece que são dados ou são informações desconstruídas de uma gestão míope quando não quer enxergar, e é isso que tem acontecido na realidade dos socioeducadores que tanto nos chama a atenção. Eu vou pedir para tirar uma cópia, lógico que isso aqui é do Portal Transparência, Dr. Leonardo Werneck, não é isso? Isso todos têm acesso a informação, é algo que todos podem obter. Dr. Leonardo quer fazer uma pequena contribuição, é importante.

O SR. LEONARDO WERNECK – Deputado Léo Moraes, acerca desse documento, isso é até bom que vocês saibam, existe um

site que é o Portal da Transparência e ele consta lá todas as despesas do Estado, então é uma forma do cidadão, da gente fazer o controle do que está sendo gasto e é repetido como um mantra 'olha, não temos recursos para contratar pessoal', e lá no site do Portal da Transparência vocês, nós podemos ter a certeza daquela argumentação e eventualmente até contrapor, é claro que a gente não quer que o Estado gaste mais do que pode, mas é uma forma que todos nós possamos fiscalizar e contrapor eventual argumento que está sendo dado, é só digitar no Google 'Portal Transparência Rondônia' e é um documento bem simples, não tem muita dificuldade para verificar a questão do percentual e o limite de gastos do Estado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado. Eu queria também registrar aqui que a gente luta de forma diuturna para que os aprovados sejam empossados justamente porque é um direito, não é nada para desmerecer ou diminuir servidores comissionados. Tem um projeto tramitando aqui a passos de tartaruga, Dr. Leonardo, para que o índice de servidores comissionados seja apenas em 20%, é um projeto de minha autoria, mas que tem demorado muito para caminhar aqui dentro das comissões, a gente fica muito preocupado. E também deixar registrado bons exemplos dentro da administração, nós tivemos, por exemplo, a Defensoria Pública que com o próprio orçamento sem ter uma suplementação orçamentária tem conseguido chamar os aprovados. O DETRAN exonerou 32 para conseguir também convocar os aprovados mediante concurso, a SEDAM exonerou 33 e já deu posse para os novos servidores da sua respectiva pasta, isso quer dizer falta gestão, falta interesse, falta boa vontade do chefe daquela Secretaria, não tem como desmerecer o entusiasmo de debate em detrimento da inoperância e letargia do chefe do Poder, do chefe da secretaria, do ordenador de despesa, como é que as outras secretarias conseguiram avançar? Nós sabemos que também nós temos quadros de transposição dentro da SEJUS que deixa de ser gasto, o Clayton sabe que é o sindicato, ora e porquê que não recoloca, realoca imediatamente ao interesse dos concursados aprovados? Então tem alguma coisa que não bate, e o pior de tudo que a gente nunca vai saber porque no momento do debate não se faz presente, Dr. Leonardo. Então a gente também tem que deixar bem claro a opinião e registrar o desinteresse em pelo menos diminuir os ruídos, se são ruídos ou arestas ou falta de informações, esse era o momento oportuno. Então a gente fica, lógico, muito preocupado porque oportunidade nós estamos dando e também capacidade de gestão nós sabemos que também existe dentro do Poder Executivo, secretários já tem conseguido avançar nesse sentido. A SEJUS até hoje não avançou em nada, muito pelo contrário, faz contratação de reserva remunerada, consegue colocar novos comissionados, mas não os aprovados mediante concurso que tem que ser sempre prioritariamente privilegiado e prestigiado. Essa é a nossa preocupação. Eu gostaria de passar a palavra para o senhor Leandro Nunes que é aprovado no concurso também de socioeducadores, com a palavra pelo tempo de 03 minutos.

O SR. LEANDRO NUNES – Boa tarde a todos. Primeiramente é um prazer estar aqui nesta Casa de leis, e agradecer a presença das autoridades a presença das autoridades. Primeiro quero citar, em nome dos aprovados, que é uma insatisfação muito grande o Secretário não estar fazendo presença. Parece que tudo é mais importante, menos esta Audiência Pública. Há quanto tempo que o Secretário está sabendo desta Audiência e infelizmente não se faz presente. Audiência se tornou

irrelevante sem a presença dele aqui, perdeu a graça. E parece, eu não vou falar muitas coisas, porque tudo que a gente tinha para falar já foi citado, mas a gente pode notar que no primeiro curso de formação, como o Defensor disse, foram 150 convocados pelo curso de formação e apenas 117 tomaram posse. Hoje nós temos informação que menos de 100 estão em exercício, sendo que eram 150 CDS, não trocou nem seis por meia dúzia, trocou seis por quatro. Até quando o Estado vai entender que essas agressões, que essas fugas, que as mortes, só este ano, senhor Defensor, foram 03 mortes dentro das Unidades. E quando, isso, nota-se que isso é culpa exclusiva do Estado. Uma negligência, não vou nem dizer negligência, eu vou dizer dolo. Essas crianças estão morrendo, os menores infratores estão morrendo e o Estado não faz nada. Isso é um absurdo! A gente também pode notar que é um descaso absoluto da parte do Secretário Marcos Rocha. É um descaso! Nós não estamos aqui, é óbvio que temos interesse próprio por sermos servidores. Como ele disse: "ah, eles querem ser servidores". Lógico que queremos, mas acima disso é o interesse público. A comunidade está clamando por esse sistema. Esse sistema tem que melhorar. Está explicitamente comprovado que é por falta de efetivo. Temos interesse sim, mas o interesse público é maior, o interesse público de contratar efetivo, de nos contatar, de fazer esse curso de formação. Nós estamos aqui porque o Secretário Marcos Rocha já deu duas datas de previsão para essa Academia. Ele deu duas datas do curso de formação e infelizmente vem descumprindo com sua palavra. Fica aqui a minha indignação. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Passar a palavra para o senhor Fabiano da Silva, que já é socioeducador, para que contribua aqui com o nosso debate. Por gentileza.

O SR. FABIANO DA SILVA – Boa tarde a todos. Boa tarde aos nossos Deputados e autoridades. Primeiramente eu pontuei algumas coisas aqui relacionadas ao sistema. Nós socioeducadores que já estamos trabalhando, apoiamos a nova Academia com certeza, porque a necessidade é muito grande e estamos trabalhando duramente. A segunda coisa, nós estamos lutando por um porte de arma fora da Unidade, devido constantes ameaças, constantes, uma tal de uma lista de morte de servidores que estão atuando no momento. E também o policiamento externo, fora das Unidades, porque a Unidade que eu trabalho hoje e a Unidade II. Eu era lotado na Rio de Janeiro, porém fui afastado, fui perseguido. Agora estou na II e continuo sendo perseguido, mas não estou mais afastado. E o terceiro ponto aqui é também falar sobre os nossos auxílios que até hoje não recebemos. Nosso salário continua R\$ 1.677,00, sem o adicional, o adicional vem, mas vem bem pouquinho. Sem também a nossa insalubridade e a nossa periculosidade, que não recebemos nada ainda. Outra coisa sobre, hoje o sistema, o que é que está acontecendo? Hoje, o socioeducador nem a caneta está podendo ter mais para trabalhar. Antigamente tinham algumas coisas que ajudavam, hoje não tem nada. Hoje você não pode olhar, falar e nem... Na verdade você não pode fazer nada, porque tudo que você faz, se você fala vem contra você de forma terrível. Neste momento fugiram 04 adolescentes. Esses 04 adolescentes fugiram porque serraram, poderia ser evitado? Poderia. Só que temos alguns diretores, temos coordenadores e gerentes que nem aqui vêm, porque para eles tanto faz, eles também não apoiam uma revista, não apoiam uma junção de toda categoria para entrar dentro de uma Unidade Socioeducativa e tirar todos os adolescentes para fora e revistar tudo, porque hoje não tem

esse tipo de apoio mais. E infelizmente nós estamos sofrendo com isso, porque quando foge acontece o que está acontecendo agora. Todo mundo fala, 'ah, mais, poxa, não deram conta'. A questão não é dar conta, eu sei que vocês não falam isso, mas eu já ouvi falar 'ah, não dá conta'. A questão é que você não pode olhar torto, você não pode... Se o moleque vir para cima de você, ou você apanha ou você corre, porque se você chegar a agredir vai acontecer o que aconteceu comigo. Eu não agredi, e sem agredir eu fui afastado. Então, fui vítima. Graças a Deus arrumei um advogado e saí e agora, provavelmente, vou falar, mas daqui a duas semanas algo há de aparecer contra mim de novo, porque hoje o gerente está na Unidade ouvindo adolescente, em vez de estar aqui ouvindo a gente, entendeu? Infelizmente é desse jeito. É uma arbitrariedade, não sei nem falar esse nome direito, mas é um abuso de poder enorme, porque eles fazem o que querem, eles dispensam quem eles querem, eles afastam quem eles querem, eles trocam de Unidade quem eles querem. Por exemplo, eu sou de Ouro Preto fiz concurso para Porto Velho, Trabalho em Porto Velho, não tem problema algum. Pedi uma escala especial ela foi indeferida, por causa da minha faculdade, estou dando o meu jeito, estou dando conta.

A última coisa que eu quero falar é sobre o Curso de Armamento dos Socioeducadores, que é o curso que a gente está brigando para ter, infelizmente até hoje não deram nada, seria a única coisa para nos defender no momento. Obrigando, desculpa aí a fala.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Nós agradecemos o Fabiano pela sua contribuição, agradecemos os Socioeducadores que já estão na ativa e se fazem presente aqui, que com certeza também defendem a posse dos demais colegas que vai ser muito importante para o atendimento nas Unidades Socioeducativas e as pessoas que são alheias a esse processo que de repente vieram prestigiar, é bom que entendam que os Socioeducadores eles já passam por algumas dificuldades em relação ao agente penitenciário, no tempo de aposentadoria, por exemplo, vocês sabem disso, na questão também da titulação, também é outra questão difícil para vocês. Vocês enfrentam mais animosidade dentro das Unidades até mesmo do que os presídios e às vezes não é dado o devido reconhecimento, até o nome, a nomenclatura não é como deveria ser. Agente Penitenciário deve ser Agente Penitenciário e Socioeducador deve ser Agente Socioeducador para que dentro do Estatuto e dentro do Plano de Cargos, Carreiras e Salários as devidas assunções, as devidas progressões devam ser feitas de forma adequada e a gente entende isso e tem debatido exaustivamente e como eu sempre costumo comentar, tivemos uma conquista que foi o encaminhamento do Plano de Cargos, Carreiras e Salários através de um termo expedido aqui nesta Mesa, nesse mesmo ambiente que nós fizemos e em um prazo de 90 dias eles nos entregarem, depois que nos entregam como eles já entregaram de forma totalmente equivocada, retirando os direitos, não beneficiando os servidores, nós encaminhamos a quem de fato tem o poder e a prerrogativa de tratar essa demanda que é o Sindicato e o Sindicato agora, o Sindicato dos Agentes Penitenciários tem feito os devidos debates com a Secretaria de Justiça e tomara a Deus que nós tenhamos no fim de tudo isso entre mortos e feridos nós tenhamos o tão aguardado e sonhado Plano de Cargos e também o Estatuto que nós não temos até hoje dentro do Sistema Penitenciário do Estado de Rondônia.

Nos entregaram aqui um processo, um processo Socioeducador, quem entregou isso aqui? Isso daqui eu vou juntar com essa questão, amanhã na Tribuna também vou falar, fazer menção ao balanço do 1º quadrimestre que não tem folha de pagamento estourada coisa alguma, não tem limite prudencial estourado coisa alguma, são outros motivos, outras diretrizes, outro planejamento que não é esse. Então, que pelo menos nos falem a verdade porque eu fiquei preocupado com essas informações que recebi e é bom que vocês também nos ajudem a fazer essa pressão, uma pressão saudável, uma pressão positiva, a fim de que nós tenhamos o avanço de tudo isso.

Fiquei preocupado quando soube do PL, do Projeto de Lei 257 que retira os direitos que congela direitos e contratações em nível federal que estava tramitando e parece que foi aprovado, mas foi retirado o dispositivo no que diz respeito as contratações, não é isso Dr. Leonardo? Então, nesse tocante a gente fica relativamente tranquilo e pode voltar a discutir em âmbito local.

Nós também sustamos um Ato do Executivo aqui, fui o autor do Decreto que sustou os Atos do Executivo que também retirava direitos adquiridos, retirava licença prêmio de servidores com estabilidade e impedia contratação de novos servidores. Foi um avanço que saiu desta Casa através de uma medida, atitude nossa. Então nós estamos vigilantes, nós estamos policiando as ações do Executivo, mas muitas coisas têm que vir através de vocês que são tão interessados quanto à própria sociedade.

O Raul volta e meia me manda WhatsApp, manda mensagem: “Deputado, como é que está isso, como é que está aquilo”. É importante. Hoje eu me sinto tão frustrado quanto vocês em chegar aqui debater, conversar, avançar através do Dr. Leonardo que foi importante, mas também não ter uma resposta definitiva.

Ainda que outros momentos tivemos respostas definitivas apalavradas com Ata e não resolveram coisa alguma de Socioeducador.

Então gente, eu acho que é mais um chute dado nesse jogo, nesse jogo de xadrez na verdade, não é? Que a gente tem enfrentado dificuldades e a gente eu acho que tem que fazer mais do que isso, ir até a Secretaria de Justiça mais uma vez, ter a humildade para conversar com o gestor da Secretaria de Justiça, quem sabe receber mais uma porta fechada como nós já recebemos Raul, ou uma palavra dada e não cumprida, o que nós não podemos fazer é deixar de lutar pelos nossos direitos.

Esse documento é extremamente importante, a Ata já está aqui quase confeccionada, nós entregaremos em relação à ausência do Secretário, nós entregaremos a conhecimento do Governador do Estado e vamos discutir a questão da Lei de Responsabilidade do limite prudencial, já começar na Mesa de Negociação, conversar com a Secretária a Dona Helena, para que ela alcance o Dr. Tiago, que é o Procurador a disposição daquela pasta, que encaminhe a Secretaria de Justiça, que a gente infelizmente mais uma vez retome tudo que nós já fizemos lá atrás quando a gente achou que estava certo, que já estava a batalha vencida, nós voltamos praticamente à estaca zero. Então, eu queria pedir para vocês que fossem resilientes, que fossem guerreiros como sempre foram para gente continuar essa luta, porque nós avançamos menos do que achávamos que tinha avançado e a gente precisa de todos vocês aí nessa frente de batalha, de fazer a boa política e luta pelo interesse da sociedade. Está bom?

O SR. PABLO DE TARSO – Deputado, posso fazer uma pergunta.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Pablo de Tarso, pode. Pode usar aí se quiser.

O SR. PABLO DE TARSO – (fora do microfone) - Eu queria, já que vários agentes vieram do interior e vieram em comitiva e o Secretário não compareceu. Eu queria saber o que pode ser feito, os meus colegas de Estado que está representando o Estado. Qual o passo que ele pode dar dentro da Secretaria dele, que ele trabalha nessa situação. Ele disse que sobre a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, ele falou sobre a questão do processo. Então, hoje se tem um marco que ele mesmo estabeleceu e se o processo está parado. O que ele pode dá para nós de contrapartida como representação do Estado. Seria bom, que esse processo está parado e não se tem uma resposta e de repente se sai de uma Audiência dessa e o processo está parado dentro da comissão.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Pablo, até para eu me antecipar eu acho que é razoável a pergunta e a resposta deve ser feita. Cara, eu participei de várias Mesas de Negociações já em relação a várias categorias e alguns nós avançamos. É muito claro que essa Mesa de Negociação, ela foi criada para protelar decisões, para não convocar e dar posse para pessoas, a grande verdade é essa. Eu acho que foi um grande mal feito para quem de fato merece tomar posse, por exemplo. Então, talvez ele tenha resposta, mas acho difícil, o mais importante é a gente chegar lá e pressionar para saber em que pé que está, porque talvez não tenha resposta que nós gostaríamos de ouvir aqui nesse momento. Mas, passo a palavra para o Dr. Bruno.

O SR. BRUNO AFONSO – Quanto ao prazo, fica muito difícil eu dar esse prazo, exatamente porque a gente é uma Secretaria que auxilia o Secretário de Planejamento, que no caso é o atual Presidente da MENP, ela corre em paralela as Secretarias, mas, ela não pertence a nossa. Então, fica difícil eu te dar esse prazo, até porque eu não tenho o cronograma de reuniões e nem nada do tipo. Quanto a questão do impacto, foi dada essa informação aqui por mim, mas é por falta de informação, eu falei que aparentemente não teria, porque a gente foi solicitar o processo e foi nos dito que não poderia ser entregue agora pelo Brancalhão, que ele estava numa reunião, ele não poderia nos entregar o processo agora. Subentendi que ele não teria o cálculo de impacto pronto. Mas, pelas informações dele aqui, já conversado diretamente com o Dr. Tiago que já teria o cálculo de impacto, acredito que já tenha sido feito, restando apenas uma reunião para deliberação definitiva. Com relação a Lei de Responsabilidade Fiscal, vocês até falaram, eu de forma alguma disse da atual situação, até porque não tinha conhecimento, não é minha área de atuação. O que eu explanei é apenas quando se fala a respeito da época, que eu já cheguei a participar da MENP secretariando; que não poderia se fazer contratações, era por causa que exatamente na época, dezembro do ano passado tinha estourado o limite prudencial. Não pelo apresentado aqui, até pelo Portal Transparência, não atual situação. Teremos agora em agosto um novo, um novo cálculo porque ele é feito de quadrimestre em quadrimestre, o último foi em abril, agora em agosto vai finalizar mais um. Mas, essas informações eu não tenho em mãos atualmente, uma forma que eu posso te dar de forma mais precisa. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Quem que é do interior aqui que veio somente para esta Audiência levantar o braço. Pelo menos umas 15 pessoas, não é isso? Que saíram do interior somente para participar desta Audiência Pública. Se quiser Claiton, fazer uso da palavra.

O SR. CLAITON JÚNIOR – (fora do microfone)

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Não, nós vamos inclusive, eu vou em nome do Poder e o Poder Legislativo, ele é presidencialista, quem sabe tem até o maior alcance, o poder de alcançar sucesso. Eu vou comunicar também ao Deputado Maurão de Carvalho, que é o Presidente da Assembleia Legislativa, para nós fazermos uma visita com a presença de vocês na Secretaria de Justiça. Assim quando nós conquistamos aqui o Plano de Cargos, eu fiz questão de convidar o Presidente Maurão de Carvalho para que ele nos acompanhasse, para que entenda que é um pleito de 24 Deputados Estaduais, ganha maior força. Nós vamos novamente voltar a marcar reunião Raul, para essa semana o mais tardar outra semana, que a gente consiga falar com o Secretário e pelo menos, pelo menos ouça uma nova conversa fiada, porque nem isso nós ouvimos hoje, nem isso nós ouvimos. Da outra vez a gente ouviu uma conversa fiada, porque até hoje não aconteceu, aí depois falam que a gente é muito agressivo, que a gente desafia. Não é nada disso, é dignidade, é respeito, é consideração, pessoas vieram do interior para participar disso daqui, aqui ninguém está brincado, todo mundo tem seus afazeres, todo mundo podia está com a família, podia estar até num momento de lazer que seja, ou pelo menos procurando um novo emprego, mas está aqui discutindo a possibilidade de tomar posse num concurso que fizeram e tem o direito, então, é somente isso, não é porque a gente pega no pé. Então, nós vamos novamente falar com a Secretaria de Justiça para que ele dê a resposta, falar ‘olha gente, nós não vamos, procurem a justiça’. Bem, já é alguma coisa Doutor, já é uma coisa, procurem a justiça não nos enganem. Eu entreguei Emenda Parlamentar, vocês lembram o Raul, lembra, eu entreguei Emenda Parlamentar, recursos que o Deputado tem direito para que de alguma maneira, eles iniciassem academia de vocês, e ele falou o que Raul? Está tudo certo, nós vamos iniciar a academia dessa forma a gente consegue, demoraram dois meses para falar que não tinham como através da Emenda iniciar academia dos socioeducadores. Então, fuge muitas vezes da nossa alçada, do nosso nível de competência, a gente tem que pressionar, eu estou aqui para pressionar, eu estou aqui para ir lá para frente do CPA para pegar sol, chuva, para a gente entrar naquela secretaria e cobrar desses caras, é isso que a gente precisa, é isso que a gente precisa, não queria nunca chegar a nesse nível de conversa numa Audiência Pública, mas é isso que nós precisamos, porque é desdenho, eu acho que é falta de consideração, é desrespeito com seres humanos acima de qualquer coisa. Então, já fica aqui deliberado que a gente vai marcar uma nova reunião com a Secretaria de Justiça para que eles não falem o que de fato tem acontecido, porque simplesmente chegar aqui e falar, SEGEPE está para cálculo, não está? Vai

depender sempre da secretaria de origem, porque se não, eles que pedem que a SEGEPE comece a trabalhar no processo, o que a SEGEPE faz? Ela incorpora o status da secretaria pedinte, reclamante, Secretaria de Segurança, gente eu quero que a SEGEPE faça um cálculo em relação à academia de Polícia Civil, a SEGEPE começa a trabalhar em cima do pedido da secretaria. Então, nós temos que cobrar da secretaria de origem, e a secretaria de origem é a SEJUS, não é algo nada pessoal, nada contrário, até porque eu o conheci nas trincheiras desse debate desfaldando a bandeira dos servidores da Secretaria de Justiça, e eu não vou me omitir em nenhum momento, eu vou capitular em deixar de fazer o que eu penso que é certo. Então, fica aqui deliberado a todos vocês, já está aqui na ata a questão do Ofício para ir ao Governador do Estado, nós vamos procurar novamente a Secretaria de Justiça para cobrar respostas sejam elas quais forem, pode ser a pior possível, mas nós precisamos ter essa resposta e pediremos essa resposta por Ofício e documentada, e que vocês saberão através do Raul, e de qualquer outra pessoa que queira fazer parte desse grupo, dessa liderança que a gente vai montar, está bom, pode ser? Acho que é isso aí.

Eu quero, quero agradecer aí os servidores que vieram também, acho que é muito importante essa integração show de bola, aquelas faixas que estão penduradas ali é algo que chama muita atenção, brigas, fugas e mortes, quantas pessoas a gente viu violentadas, ameaçadas até colocada um pescoço no chuchu, que a gente vê que acontece, chuchu que tem acontecido até porque xixo é alcatra com pimentão e cebola, não é? Que a gente come na churrascaria. E ali está bem inscrito lá olha, Estado, chega de negligência, chaga de postos vagos, academia e contratação já, o sistema necessita de mais servidores, é o pedido de todos, é um pedido da sociedade, é um pedido da Assembleia Legislativa. Então, fazemos esse compromisso aqui, peço ao Dr. Bruno, que nos passe as informações que de repente comente, converse de imediato com o Doutor Thiago Denger, que ele estava caminhando conosco e depois acabou que não encontramos mais, também fico preocupado, parece que ainda não concluíram alguma coisa nesse sentido, que nos passem essa informação para que a gente lá na Secretaria de Justiça possa falar, a SEGEPE está ok, na Secretaria de Gestão de Pessoas está tudo redondo, só falta o interesse da secretaria de origem, é a Secretaria de Justiça que tem sido negligente no decorrer desses dois anos que eu estou aqui como Deputado Estadual. Eu agradeço a Deus a presença e a participação de alguma maneira, peço desculpas aos colegas que vieram de Ariquemes e de Ji-Paraná, eu também fui pego de surpresa como vocês em cima do laço, porque se não nós poderíamos pelo menos avisar para o Raul, para as pessoas não se deslocarem do interior até o nosso encontro, até a Casa do povo.

Eu encerro essa audiência agradecendo e invocando a proteção de Deus e também já os convidando para um coquetel que será servido aqui no salão nobre, obrigado fiquem com Deus e continuem com a gente.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 16 horas e 26 minutos).

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO**ATO Nº 013/2016-P/ALE**

Prorroga prazo de Comissão Temporária Especial que menciona.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do § 1º do Art. 14 c/c o artigo 32, todos do Regimento Interno, e em conformidade com o Requerimento nº 688/16, aprovado na Sessão Plenária do dia 16/08/2016,

R E S O L V E :

Art. 1º. Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo da Comissão Temporária Especial destinada a analisar as tarifas de energia elétrica, água e esgoto no âmbito do Estado de Rondônia.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 17 de agosto de 2016.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

RESOLUÇÃO Nº 350, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

Regulamenta a concessão de licença-paternidade aos Membros e servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA aprovou, e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. A licença-paternidade dos Membros e servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, concedida nos casos de nascimento, adoção ou guarda judicial para fins de adoção, é de 5 (cinco) dias, prorrogáveis por mais 15 (quinze) dias.

§ 1º. A prorrogação da licença será concedida automática e imediatamente após a fruição dos 5 (cinco) dias iniciais da licença-paternidade, não sendo admitida a hipótese de prorrogação posterior ao retorno do interessado às suas atividades.

§ 2º. Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se criança a pessoa de até 12 (doze) anos de idade incompletos.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de agosto de 2016.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente - ALE/RO

RESOLUÇÃO Nº 351, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

Institui, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, a Frente Parlamentar

Permanente em defesa da BR-364, em todo o seu trecho dentro do Estado de Rondônia, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA aprovou, e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito da Assembleia Legislativa, a Frente Parlamentar em defesa da BR-364, no trecho entre o município de Vilhena a Porto Velho, composta de 5 (cinco) parlamentares que serão indicados na forma regimental e nomeados por ato da Mesa Diretora.

Art. 2º. A Frente Parlamentar em Defesa da BR-364, tem por objetivo a mobilização da sociedade, dos Deputados Federais, dos Senadores da República e dos responsáveis pelos Órgãos Públicos Federais responsáveis pela infraestrutura nacional.

Art. 3º. Compete à Frente Parlamentar em Defesa da BR-364, promover reuniões, Audiências Públicas, solicitar à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa que contrate profissionais especializados objetivando assegurar meios necessários para a garantia da segurança da população do Estado de Rondônia.

Art. 4º. As atividades da Frente Parlamentar em Defesa da BR-364 serão propostas por cada membro, devendo a pauta ser deliberada por seu colegiado.

§ 1º. A Frente Parlamentar ora instituída reger-se-á por regimento próprio e aprovado pelos seus membros.

§ 2º. As reuniões da Frente Parlamentar serão públicas, realizadas na periodicidade e local estabelecidos pelos seus integrantes que também definirão o regimento interno para seu funcionamento.

§ 3º. Os trabalhos da Frente Parlamentar serão coordenados por um Presidente e um Vice-Presidente que terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por igual período e escolhidos mediante aprovação da maioria absoluta de seus membros.

Art. 5º. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia disponibilizará os meios adequados ao bom funcionamento e para divulgação das atividades desenvolvidas pela Frente Parlamentar.

Art. 6º. Serão produzidos relatórios das atividades da Frente Parlamentar, com sumários das conclusões das reuniões, audiências públicas, simpósios, seminários e encontros, que serão publicados por esta Casa de Leis.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Art. 8º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de agosto de 2016.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente - ALE/RO